

FEV  
200  
PRETO

EDUCAÇÃO PARA E PELO TRABALHO  
PROPOSTA REVOLUCIONÁRIA OU NOVA FORMA DE CONTROLE

e  
Lucia Luiz Pinto

POLÍTICA PARA E PELO TRABALHO  
PROPOSTA REVOLUCIONÁRIA OU NOVA FORMA DE CONTROLE  
Política Setorial do Governo

Orientador: Carlos Plastino

Dissertação de Mestrado submetida co  
mo requisito parcial para a obtenção  
do grau de mestre em Educação.

67

Rio de Janeiro  
Fundação Getúlio Vargas  
Instituto de Estudos Avançados em Educação  
Departamento de Filosofia

1988

Agradeço a Sandra Castro, Gilda Delgado, Silvia Helena Padilha, Hebe Gonçalves, companheiras inseparáveis de discussão, idas ao campo com as mesmas angústias e perplexidades, e, principalmente, compartilhando o mesmo compromisso político com estas crianças e jovens.

## SUMÁRIO

	Pag.
PREFÁCIO	
RESUMO	
CAPÍTULO I	
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	2
CAPÍTULO II	
CONTEXTO SOCIAL .....	7
II.1 - Educação e trabalho: uma questão dos anos oitenta .....	13
II.2 - Quem são eles .....	15
II.3 - O que fazem nas ruas .....	22
CAPÍTULO III	
A POLÍTICA DO BEM ESTAR DO MENOR E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO PARA E PELO TRABALHO .....	34
III.1 - O discurso mineiro .....	36
CAPÍTULO IV	
A INTERVENÇÃO INSTITUCIONALIZADA	
IV.1 - As propostas .....	42
IV.2 - O discurso do Estado .....	55
IV.3 - O controle do Estado .....	58
CAPÍTULO V	
RELATO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS .....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	173
BIBLIOGRAFIA .....	176
ANEXOS:	
Anexo 1: Escola Barão de Camargo - proposta .....	179
Anexo 2: Repropondo a Aldeia Juvenil.....	188

## PREFÁCIO

Este trabalho longe de ser um estudo exaustivo ou conter uma discussão teórica sobre os conceitos que organizam o mundo da educação e o mundo do trabalho, pretende problematizar um aspecto setorial da Política Social do Governo para as camadas da população de baixa ou nenhuma renda.

A Política Nacional do Bem Estar do Menor, tratada neste estudo, surge em 1964, através da transformação do antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DO MENOR, órgão federal com funções normativas e propósitos tutelares bem definidos. Sua clientela "alvo" são as crianças e jovens das camadas populares, que a margem dos outros sistemas (educação, saúde, habitação) necessitam de atendimento específico que impeça o processo de "marginalização".

A Política Nacional do Bem Estar do Menor, dependendo da conjuntura política na qual se exerce, assume contornos diferenciados, sem perder no entanto seu atributo básico - controle/intervenção.

A orientação para a consecução deste trabalho, privilegiou por desvelar os pressupostos que fundamentam as práticas atuais da Política Nacional do Bem Estar do Menor em sua formulação mais recente - que associa Educação e Trabalho - avaliando seus efeitos, formas e contradições em casos bem concretos. Através de estudos empíricos (observação "in loco" de formas diferenciadas de atendimento relacionadas a educação/trabalho) e da análise dos discursos /

propostas que organizam a execução do atendimento, construímos parâmetros de análise que permitiriam desvendar a lógica interna destes discursos, sua transformação em práticas voltadas para a população e suas vinculações com o contexto mais amplo da questão social brasileira.

O fato da Política Nacional do Bem Estar do Menor, ter desde o início explicitada sua função de controle social, tendo como aliados básicos os Juizados e o Código de Menores, fundamenta nossa preocupação de verificar até que ponto novos discursos e novas práticas sustentam ou se opõem a esta função básica.

Ao ocorrer um deslocamento do eixo desta política, que do atendimento convencional (grandes internatos, casas de segurança máxima) centrado na educação formal, passa a assumir propostas de educação para e pelo trabalho (1980), repassando recursos e incentivando o surgimento de programas diversificados (vide anexos) é imprescindível observar se de fato esta mudança implica em reformulação ideológica e qual a participação da sociedade civil nestes trabalhos.

Os novos discursos utilizam-se de conceitos retirados da área econômica: fala-se em "geração de renda", "cooperativismo", "trabalhador autônomo", "mercado formal ou informal", e finalmente o grande achado: "inserção das crianças no mundo da produção". Não que não exista uma enorme utilização da mão-de-obra infantil no mercado formal de trabalho (fábricas, comércio, etc.) mas, quando delimitamos nosso objeto (cap. III.I) fica claro que as crianças e jovens passíveis da ação da P.N.B.E.M., não são estes. São aque-

les, que já trabalham, de forma assistemática no chamado "mercado informal".

A tendência de priorizar o trabalho do menor como forma de "re-socialização", "re-integração", "re-educação", não é nova. Em 1910, já se dizia "Aos pobres e ociosos, há que pô-los a trabalhar"<sup>1</sup>. No entanto, a partir de 1980, ganha novos contornos e passa a refletir direcionamento geral desta política.

Tanto os organismos vinculados ao sistema oficial de atendimento quanto as entidades particulares que recebem recursos públicos (grupos, igrejas, escolas, prefeituras) passam a orientar suas ações objetivando implementar a filosofia "Educação para e pelo trabalho".

Ao irmos a campo, observar o que ocorre, em locais tão diferenciados quanto São Paulo, Olinda, Goiás entre outros, levantamos algumas questões norteadoras, resultantes de bibliografia existente, conhecimento profissional desta área e da prática exercida na instituição oficial (FUNABEM) que permitiram construir as hipóteses discutidas no decorrer do texto.

Contribuíram para a realização deste trabalho, por sua produção na área, pelas discussões formais e informais, pelo rigor na leitura dos primeiros textos Emir Sader, Luiz Cavallieri Bazilio e José Almino Alencar. Agradeço à Yolanda Maciel de Pinho que me deu a tranquilidade e infra-estrutura necessárias a organização final desta tese.

## RESUMO

A evolução de política social no Brasil, gera uma série de políticas setoriais específicas. Em 1964 surge a Política Nacional do Bem Estar do Menor, com nítida função de controle social. Surgem os grandes internatos gerenciados pelo Estado e a questão corretiva assume um papel deslocado ao lado da questão educacional. Como esta política insere-se numa conjuntura arbitrária, sua abrangência permite a fetar um contingente expressivo da população brasileira, as crianças e jovens das classes pauperizadas, colocando-as nos internatos.

Nos anos oitenta esta política reformula seus dis cursos e práticas, adequando-se formalmente à sociedade de transição política, e introduz a questão do trabalho como diretriz renovadora e mesmo libertária para as ações assistenciais desenvolvidas pelo Estado. A população infanto-ju venil, objeto dos programas e projetos é aquela, que a margem dos programas oficiais de educação, exercem atividades escassamente capitalizadas, habitando em sua maioria o cha mado mundo do Rua-longe que significou uma mudança real, a perspectiva deste setor da política social do governo, mantém seu caráter institucionalizado de intervenção e controle, segregando e excluindo estas crianças e jovens do acesso aos bens culturais existentes, mesmo quando os agentes executores desta política, são outras instituições.

As principais questões desenvolvidas neste estudo, foram organizadas de forma a construir um quadro geral que



permita a visão da abrangência da Política Nacional do Bem Estar do Menor enquanto passível de afetar um continente expressivo da população brasileira e um corte nos discursos que fundamentam sua execução.

No segundo capítulo, situa-se a questão social mais geral, a inserção do binômio educação/trabalho como questão dos anos oitenta e delimita-se o grupo afeto a política estudada.

No terceiro capítulo, verifica-se o binômio educação/trabalho absorvido pela Política Nacional do Bem Estar do Menor através da análise do discurso mineiro, fundador desta "nova" vertente.

No quarto capítulo, esta política é tratada do ponto de vista de seu caráter institucionalizado de intervenção a partir de suas propostas, do discurso do Estado e do controle exercido pelas diversas intâncias.

No quinto capítulo temos a transformação destes discursos e propostas em ações concretas — experiências que são relatadas e analisadas.

**CAPÍTULO I**  
**PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Ao se estudar um tema como este é necessário que fiquem explicitados alguns pressupostos que orientaram a consecução do trabalho. Não se trata evidentemente, neste caso, de avançar exaustivamente uma discussão sobre o modelo econômico brasileiro nem sobre as teorias da marginalidade. Os conceitos fundamentais utilizados neste trabalho originam-se das questões abordadas por Lúcio Kovarick, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Janice Perlman entre outros. No decorrer deste estudo dada a especificidade do objeto, retomar-se-ão alguns pontos globais que fundamentaram os parâmetros de análise utilizados. Estudando a formação da economia capitalista no Brasil nos deparamos com o fato inconstestável da exploração da mão-de-obra infantil. Segundo Sadi Del Rosso, os menores fazem parte, assim como mais tarde as mulheres, de uma reserva inesgotável de força de trabalho utilizada, em níveis variáveis, por desde estabelecimentos pequenos familiares (campo e cidade) até grandes empresas. Os menores de idade em determinadas fases do desenvolvimento e da acumulação capitalista são imprescindíveis à produção da riqueza social, fazendo parte significativa do total da força de trabalho. É curioso lembrar que, por outro lado, associava-se seu trabalho a imagens pictóricas — Jorge Street, industrial de São Paulo dizia ver com prazer na saída de sua fábrica que as crianças eram *"alegres e saltitantes como andorinhas"*, o que evidentemente se torna incompreensível pois tinham trabalhado 10 horas.<sup>2</sup>

Ao elegermos o estudo de uma vertente da Políti-

ca Social do Governo, que recupera a questão do trabalho como pedagógica, saneadora e até mesmo revolucionária, optamos por fazer um recorte na população infantil trabalhadora, utilizando como exemplo as crianças e jovens que estão em atividades escassamente capitalizadas, tangenciando a ilegalidade, e que, portanto são o alvo desta Política. A especialidade deste recorte está no fato de que esta parcela da mão-de-obra infantil é sujeita permanentemente a ação direta dos aparelhos de Estado tanto de coação quanto de coerção. Na verdade neste caso, os aparelhos de estado serão considerados como agências de repressão, assistência e controle, para que se possa entender os discursos oficiais e as práticas que deles decorrem.

Ao retomarmos as questões contidas na intervenção do Estado sobre as crianças e jovens de baixa renda, alvo desta intervenção, que na verdade ganha estatuto de Política Social, ressaltando nosso elemento principal - "novas práticas" que utilizam-se da questão do trabalho como princípio norteador, estaremos como premissa implícita re-discutindo a real função desta Política do Bem Estar do Menor. O ponto chave desta retomada pauta-se na mudança ocorrida entre os castigos e penalidades do início do século, para a criminalização seletiva e penalização legitimada de um contingente da população de menoridade, que aparentemente fora da esfera produtiva (do ponto de vista do Mercado Formal de Trabalho) constituem-se em grupo numericamente expressivo - 36 milhões - que sob pena de constituir-se em ameaça a ordem estabelecida precisam ser adaptadas, pelas

mais variadas formas de intervenção.

Ao utilizarmos o pressuposto da situação de pobreza absoluta e relativa em que vive a maioria da população brasileira, estamos configurando um quadro que de forma alguma quer eludir a questão da exploração do trabalho do menor e as relações existentes entre este trabalho e o modo de produção vigente no Brasil. Ao contrário, o que procuramos mostrar no decorrer deste estudo são as incoerências existentes entre os discursos e prática exercida pelas instituições de assistência que executam as políticas sociais. Incoerências que longe de serem inocentes, se baseiam na utilização de referências teóricas inadequadas, que conduzem à ações de intervenção equivocadas e controladoras.

Não pretendemos negar a validade e a honestidade de alguns dos casos estudados. Nosso intuito é, ao problematizar sua prática, tornar visível a lógica interna que orienta esses programas, seus aportes teóricos e ideológicos, estabelecendo parâmetros que norteiam a compreensão sobre o que se está fazendo hoje, no Brasil, com um contingente expressivo de crianças e jovens das classes trabalhadoras pauperizadas. Para atingir este objetivo construímos hipóteses, arroladas a seguir, que orientaram a análise do material levantado:

- o novo discurso da Educação para e pelo trabalho que permeia hoje as práticas de assistência às crianças e jovens de baixa renda, utilizando inclusive referencial teórico-marxista "da libertação e formação da consciência crítica pela inserção nas relações de produção" (Es-

cola Barão de Camargos, anexo 1), permitiria a manutenção do controle social sobre estas crianças, sob novas formas adequadas a realidade atual sócio-política.

- a inserção prematura de crianças e jovens (oriundas das camadas populares) na esfera da produção, mantém estas crianças excluídas do acesso ao saber vigente e afastaria a possibilidade de inserção em outras formas de participação na cultura política dominante, inviabilizando a capacidade de decodificar esta cultura e a ideologia que a orienta.

- o deslocamento do eixo das atividades das crianças do mundo escolar para o mundo do trabalho como possibilidade única, fazendo-se premente reflexão sistemática que desvele os interesses, os mecanismos e a ideologia que orientam esta prática, dirigida mais uma vez à população de baixa renda, ou melhor conceituando, às classes populares.

CAPÍTULO II  
CONTEXTO SOCIAL

As promessas do futuro no Brasil do pós-guerra a pontavam para a industrialização, a modernização, o desenvolvimento tecnológico e a urbanização como os grandes instrumentos a partir dos quais chegariam o progresso e, como seu corolário, o bem-estar social. Várias décadas depois, um levantamento sobre "o estado social da nação" (Nota: Brasil, 2.000", Editora Paz e Terra, Helio Jaguaribe e outros), conclui:

"O Brasil se caracteriza por um brutal contraste entre seus indicadores econômicos — que o situam como a oitava economia do mundo ocidental — e seus indicadores sociais, de nível afro-asiático" (pag. 21).

Os critérios utilizados são aqueles universalmente aceitos: "acesso à educação, oportunidade de emprego, nível de renda, condições habitacionais, expectativa de vida, assistência à saúde, proteção ao trabalho e segurança social (sistemas previdenciários e outros). A este núcleo de países mais desenvolvidos usam adicionar tempo e uso do lazer, convivência social, apatia política, entre outros indicadores mais elaborados" (Idem, pag. 38).

Na conclusão se inclui a constatação de que a "fortíssima concentração da renda no topo da pirâmide social, acompanhada pelo imenso achatamento dos salários baixos, faz do Brasil o país de mais alta taxa de desigualdade econômica do mundo.



A pesquisa mais recente do IBGE, publicada resumidamente nos jornais, fornece dados não menos assustadores. Entre eles estão os de que:

- a) Desde 1981 houve redução do número de escolas de 1º grau. Caiu o número de pessoas que frequentam tanto o 1º como o 2º grau;
- b) Houve um aumento nos casos de poliomelite, sarampo, tuberculose (que duplicou), malária e peste. Em 1983 houve 45 casos de paralisia infantil; em 1986 eles aumentaram para 612 casos;
- c) No que se refere à concentração de renda, 1986 a situação seguiu sua tendência negativa:

- 1% dos ricos se apropriam de 14,4% dos rendimentos nacionais;

42% dos trabalhadores ganham *atê* (isto é, *menos*) de 1 salário mínimo; este dado significa 27 milhões e 300 mil pessoas; como resultado, 2/3 dos brasileiros (isto é, dois de cada três) vivem em híbrida situação entre um estado considerado "da miséria à estrita pobreza".

- Apenas esses dados são suficientes para demonstrar como as promessas do pós-guerra não se realizaram. O inegável desenvolvimento econômico não foi acompanhado pela generalização do bem-estar social. Esse fenômeno, típico dos países do Terceiro Mundo, assumiu características particularmente agravadas no Brasil, tanto pela sua expansão econômica relativamente maior, quanto pelos índices sociais mais negativos.

Sem pretender abordar todos os fatores que possam ter provocado essa situação, mencionaremos alguns deles, na perspectiva de tentar resumir algumas das questões

que as políticas sociais tem que enfrentar no Brasil, na década de 80, época onde se insere a questão que estamos estudando;

- Uma das características diferenciadoras do Brasil em relação à quase totalidade dos outros países da América Latina advém de que a própria independência política não se deu sob a forma da ruptura com o colonialismo e da sua expulsão, com o advento da república, mas pela forma de sua transição pactada com a família real e a instauração da monarquia. Assim o Estado brasileiro já nasceu sob o signo da composição híbrida entre o novo e o velho, com forte presença deste.

Em continuidade com essas formas de transição política em base a pactos de elite, a revolução de 1930 foi feita sob o signo do "façamos a revolução antes que o povo a faça" (Antonio Carlos). Suas conseqüências se revelaram transcendentais na passagem da hegemonia de oligarquia agro-comercial exportadora para um bloco no poder que passaria a incluir a burguesia industrial, em aliança com setores das classes médias e mesmo de fragmentos dos trabalhadores. Mas mesmo essa passagem foi desenvolvida pelo getulismo sob a forma de vai-e-vens ambíguos, que tampouco possibilitaram uma organização política e partidária dos principais sujeitos sociais e uma identidade de interesses mais clara e transparente. Ao contrário, alijaram amplos setores sociais ao Estado.

Posteriormente, o próprio movimento de 1964 se desenvolveu como uma mobilização "anti-ditatorial", "liberal", na defesa dos valores da sociedade civil, mas desembocou em um regime ditatorial. A saída desse regime terminou também ganhando a forma de um pacto — marcado pelo Colégio Eleitoral — que não possibilitou toda a transparência que a passagem de uma ditadura à democracia exigem.

- Essa trajetória, brevemente resumida, tem na sua base uma ambivalente relação com o liberalismo – a ideologia em nome da qual a democracia parlamentar e o bem-estar social foram levados adiante. Se nas metrópoles industrializadas o liberalismo – econômico e político – foram bandeiras da democracia e da industrialização, aqui tiveram um sentido inverso. Liberalismo econômico ("laissez-faire") significava falta de proteção para o crescimento industrial e continuidade da dominação agro-exportadora, beneficiária do livre-comércio. O liberalismo político, por sua vez, conviveu com a desigualdade explícita da escravidão, em que cidadãos não eram iguais perante a lei.

Enquanto o liberalismo foi assumido por setores oligárquicos, o getulismo associou as reivindicações nacionais (como "o petróleo é nosso") e as sociais (como a legislação do trabalho) a um regime de força ditatorial (imposto em 1937, com o Estado Novo). As questões associadas ao tema *nacional e popular* ficaram dissociadas das questões *democráticas*, o que contribuiu ainda mais para embaralhar os campos políticos e ideológicos no país.

- O último quarto de século esteve firmemente marcado por um processo de expansão econômica, em detrimento da distribuição de renda e da democracia política. Os sonhos de que a industrialização traria embutida junto com a urbanização e o desenvolvimento tecnológico, o bem-estar social e a democracia, foram por água abaixo com a instauração da ditadura militar de 1964.

A transição democrática assumiu a forma, mais uma vez, de um processo híbrido, prolongado, com uma herança social grave, expressa pelo esgotamento do poder do Estado para seguir funcionando como investidor, a partir da captação de empréstimos externos. Ao mesmo tempo, o mercado se comporta conforme suas próprias leis privadas, sem incluir espontaneamente os interesses coletivos, obrigação estatal, como zelador do bem público. (Sader, Emir, 1987 - mimeo)

Dentro deste quadro, se inserem as políticas sociais do governo, gerenciadas por agências federais, estaduais e municipais, englobando entidades particulares, através de repasse de recursos, que conseqüentemente obedecem as mudanças conjunturais, e, ao mesmo tempo, são as responsáveis pelas parcelas da população que não estão inseridas como força de pressão na cultura política brasi-leira. Estas políticas sociais sofrem do mesmo "embara -  
lhamento político e ideológico", o que se manifesta de imediato em seus discursos e práticas.

Para entendermos as políticas do bem-estar tor-  
na-se indispensável retrocedermos no tempo e identificar-  
mos sua origem nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa e  
seu aperfeiçoamento como técnica de controle no século XX  
nos Estados Unidos. Podem ser considerados como marcos  
na história do bem-estar social a promulgação da Portaria  
de 1601 na Inglaterra.

A criação dos hospitais gerais para os abriga -  
dos desvalidos na França, no mesmo século (ver a respeito  
Paul Singer et alii. Prevenir e criar o controle social a  
través dos Serviços de Saúde). O surgimento do capitalisis  
mo fundado numa produção anárquica passou para o Estado a  
incumbência de assistir esse contingente que já começava  
a engrossar as fileiras e que anteriormente era atendido  
pela Igreja.

Este novo tipo de atendimento consistia em pre-  
servar a força de trabalho responsável por um lado e por  
outro, distinguir os incapacitados para o trabalho, os ca

pazes para o trabalho sem emprego e os capazes que se recusavam a trabalhar. A lógica tanto era separar do convívio social aqueles que perturbavam a ordem e assistir os verdadeiros necessitados, sem excessos, para não estimular a ociosidade. (O mundo do menor infrator, Coleção Teoria e Práticas Sociais, 1986).

As instituições sociais no Brasil, de bem-estar, tem também trajetória semelhante as da Europa e dos EUA. As exigências da nova sociedade brasileira resultantes da industrialização, nos anos 30, vão exigir uma atualização ou criação de novas instituições, entre as quais as de bem-estar. A assistência ao menor por meio de programas e instituições do Estado também se origina nesta época. O que havia anteriormente era a assistência prestada por instituições religiosas, como a Roda dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia.

Contudo será após 1964 que o problema do menor receberá um estatuto de problema social, que deverá ser submetido aos preceitos da ideologia de Segurança Nacional. Desta forma o "menor" deixa de ser responsabilidade de instituições privadas e de alguns organismos governamentais para ser coordenado pelos objetivos nacionais explicitados pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (Mário Altenfelder). Discurso proferido no Instituto Oscar Freire e publicado na Revista Brasil Jovem, nº IV) cuja responsabilidade passa a ser da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM.

Com a centralização dos programas de atendimen-

to ao menor, reconhece-se definitivamente que o "problema do menor" é uma questão de Estado. Questão esta que se coloca a partir de 1964 e se orienta numa busca para definir mais claramente os grandes dilemas brasileiros. Porém ao se estruturar de maneira autoritária e visando atingir os setores mais pauperizados das classes trabalhadoras, como um alvo a ser definitivamente atingido, amplia o espaço do bem-estar enquanto ação do Estado.

A FUNABEM apresenta-se vinculada a idéia da necessidade da prevenção e do controle do problema do menor em geral. Como salienta Paul Singer, a finalidade dos serviços de controle está em desenvolver técnicas possíveis para evitar que qualquer contradição (entre sociedade e Estado) se agudize. Portanto, sejam elas no plano econômico, social ou político, desde que ameacem o chamado mundo das mercadorias, dentro da ordem, devem ser acionados mecanismos de prevenção e controle (preventivos, punitivos, ou repressivos, objetivando recolocar o indivíduo numa situação de ajustamento.

## II.1 Educação e Trabalho: uma questão nos anos oitenta

Ora, entre as questões polêmicas que compõem a pauta de discussão em todas as instâncias, no momento em que a sociedade brasileira rearticula seu movimento de democratização situa-se inegavelmente a questão da educação e mais recentemente a retomada da junção educação/trabalho, pela Política do Bem-Estar do Menor.

Considera-se aqui os dois grupos que se consti-

tuem a partir da seleção da escola – os que permanecem  
 – os que são excluídos  
 e que se apropriam diferentemente do saber sobre o trabalho, cabendo a ressalva do grupo que está inserido no mundo informal do trabalho e cujas práticas não são apreendidas na escola formal. Ao preconizar-se as práticas escolares (disciplina, mudança ascendente de série) como formadoras para o mundo do trabalho, percebe-se claramente o distanciamento entre as práticas necessárias ao mundo dito informal. Mais ainda, a exclusão do mundo escolar garante a divisão social do trabalho: aos que permanecem na escola caberá o exercício das funções intelectuais – técnicos de nível médio e superior. Embora desvinculados de imediato da prática concreta das relações e articulações do mundo do trabalho, a apropriação do saber lhes garantirá maior espaço de articulação e negociação. Neste caso a prevalência será dada pela qualidade do conteúdo fornecido pela escola formal.

Ao grupo dos excluídos do acesso ao saber diante de forma completa, resta o aprendizado na prática do "fazer".

E, é fundamentalmente deste grupo, que estamos tratando, incluídos entre os 92% da população escolarizável, que não completa o 1º grau. (a)

Cabe, sem sombra de dúvidas retornar à definição desta população de crianças e jovens que se encontram fora do "mundo educacional" – excluídas pelo capital – e dentro do "mundo do trabalho – exploradas pelo capital.

a) Fonte: IBCE/SEPLAN/IPEA. O menor e a pobreza - 1985.

## II-2 - Delimitação do objeto - Quem são eles

Em torno de 45% da população brasileira é constituída por menores de 18 anos, representando aproximadamente 60 milhões de pessoas em 1985. Trata-se de contingente expressivo. E o que mostram algumas das informações econômicas sociais disponíveis? Mostram por exemplo que:

- em torno de 41 milhões de menores de 18 anos vivem em famílias que possuem rendimento familiar "per capi - ta" até 1/2 salário-mínimo, ou seja, pouco mais de 60% dos menores pertencem a famílias que vivem em situação de pobreza absoluta e relativa;

- para cerca de 20% das famílias brasileiras, boa parte da responsabilidade de mantê-las cabe a menores e jovens, e estes sobrevivem na pobreza extrema;

- dos quase 30% dos familiares sem um cônjuge cerca dos 20% dos filhos que trabalham tem menos de 10 anos de idade;

- apenas 20% dos que iniciam a 1ª. série concluem o 1º grau em oito anos;

- o déficit escolar entre as crianças de 7 a 14 anos atinge entre 7 e 8 milhões;

- estima-se que 7 milhões de crianças e jovens estão nas ruas, no considerado estado de "abandono" total, fazendo da rua seu domicílio e local de trabalho;

- 400 mil internados no sistema oficial e destes 14 mil em encarceramento total e provisório por serem considerados infratores.



Por estes dados pode-se perceber que a "infantilização" do mercado de trabalho, tem uma relação muito estreita com a pobreza do núcleo familiar em que vivem estas crianças e jovens.

Por outro lado, os efeitos mais marcantes da crise econômica (descrescimento da renda "per capita", elevação dos níveis de subutilização da força de trabalho, e sua dilapidação, desemprego aberto, desocupação) fazem com que os menores de 10 a 17 anos tenham visto decrescer suas oportunidades e alternativas nos empregos que podem ser captados pelos censos demográficos e pesquisas domiciliares. A diminuição das margens de sobrevivência das parcelas mais vulneráveis da população - situação de pobreza absoluta - orienta o seu dia-a-dia. Os jovens e crianças, quando ocorre dificuldade de emprego para o membro adulto, de imediato engrossam o considerado mercado informal, constituindo-se alvo das agências de repressão pois fazem da rua, espaço público, seu espaço de trabalho, lazer, consumo, moradia e utiliza-se de atos considerados ilegais para sobreviverem.

Assim, as consequências advindas do desemprego e do sub-emprego, das precárias condições de saúde, habitação e educação são atributos de uma situação social definida pela realidade econômica, determinando a forma de viver de grande parte da população brasileira menor de idade.

Incontestavelmente, as crianças e jovens estão trabalhando. As atividades econômicas são visíveis, principalmente, nas ruas onde encontramos vendedores ambulantes de picolé, amendoim, flores, balas, jornais, e prestadores de serviços, guardadores de carro, engraxates, carregadores em feiras livres, prostitutas, pedintes e "trombadinhas".

A cada dia é possível observar a diminuição da faixa etária das crianças – de ambos os sexos – que lançam mão do trabalho para a obtenção de ganho imediato. Observa-se até então um grande número de meninos; encontra-se, hoje, quase que em igual número, um contingente feminino, o que torna bastante significativa a amplitude que vem tomando o fenômeno do trabalho infantil.

Cabe ressaltar que essas práticas de trabalho, aparentemente desvinculadas das relações de produção capitalista, são também de apropriação exclusiva do capital. Elas se dão no bojo das relações sociais incorporadas na produção social, embora fora do chamado "mercado formal" (De Paoli, Célia), uma vez que se colocam na esfera da circulação da mercadoria excedente.

Por outro lado, o sistema educacional – quando chega a integrar parcela da população – é alienante – pois articula-se também com o capital, no processo de distribuição controlada do saber acumulado. No modo de *produção capitalista*, tanto Trabalho quanto Educação são apropriação do capital, portanto geram práticas alienantes em relação aos diversos grupos sociais (classes).

Partindo dessa premissa, é possível compreender que, em formações sociais historicamente determinadas, articulam-se diversos modos de produção, sendo que um é dominante e imprime no todo uma especificidade que lhe é própria (o caso brasileiro).

Nessa medida, é possível encontrar também formas socializantes de organização de trabalho, que propiciam uma consciência crítica do mesmo. E é só nesse sentido que se poderia entender a Educação pelo Trabalho.

Ao pensarmos nas crianças e jovens que se encontram fora do "mundo educacional" — excluídos pelo capital — e dentro do "mundo do trabalho" — exploradas pelo capital — podemos dimensionar o significado de uma política que de fato queira intervir para transformar esta realidade.

É fato que hoje as crianças pertencentes a classe operária pauperizada estão inseridas no "mundo do trabalho" e excluídas no "mundo da educação".

O significado real deste fenômeno pode ser entendido quando se compreende a forma de reprodução social da classe operária, hoje.

No dizer de Miriam Warde, a classe operária se reproduz a si mesma e se enquadra socialmente a partir das exigências do mercado; e de outro lado ela gera um lumpen do qual os "menores" constituem o contingente mais significativo.

As alternativas de sobrevivência assumidas pelas

famílias de baixa renda, sem perspectiva a curto prazo de colocação do chefe de família no mercado de trabalho, levam os filhos menores a deslocarem-se para atividades nem sempre legais, que garantem o seu provimento. A descrença na sociedade em geral, somada à impossibilidade de encontrar formas de sobreviver com seu próprio trabalho, pode impulsionar à criminalidade permanente.

Segundo o Prof. Pedro Demo, em seu trabalho "Menor-Marginalidade Social", a forma mais estrutural de redistribuir renda é a inserção no mercado de trabalho, variável fundamental da postura sócio-econômica. Olhando o perfil de absorção da mão-de-obra no Brasil, é fácil ver que aí reside fonte expressiva do surgimento do fenômeno do menor carenciado, abandonado e infrator. São sobretudo filhos da pobreza sócio-econômica, da família que não têm como prover um sustento material mínimo. Por isso, filhos são abandonados, ou vivem carências profundas, que os obrigam a trabalhar precocemente, prejudicando a obrigação escolar ou a obstaculizando por completo e mesmo a recorrer à infração para sobreviver.

Fica claro que ações isoladas de "tratamento" e "repressão" são inócuas e ineficientes, pois se furtam de uma ação comprometida com a compreensão da questão real da vida destas crianças e de sua atribuída "deliquência".

Dados estatísticos a respeito das ocorrências policiais na cidade do Rio de Janeiro — 2º centro urbano do país — revelam algumas das características dos menores que sofrem a ação policial. Trata-se de levantamento efetua -

do, nos meses de janeiro a janeiro de 198 / <sup>3</sup>, na Divisão de Segurança e Proteção ao Menor, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, encarregado do recebimento e encaminhamento da maioria dos menores apreendidos como infratores ou perambulantes.

Os dados referem-se ao total de 1.235 menores atendidos, segundo sexo, número de entradas, motivo de entrada e motivo de apreensão. Ao voltarmos para a análise do motivo da apreensão dos menores infratores, verificamos que a maior incidência de delitos se encontra em roubo e furto.

Do total de meninos apreendidos nota-se que o número de perambulantes, meninos que se encontram ociosos ou exercendo atividades de subsistência, foi proporcionalmente o mesmo que o de meninos de conduta anti-social e/ou autores de infração penal. Significativamente, todos os meninos pertencem a famílias de baixo poder aquisitivo, não estudam e, na sua grande maioria, inclusive os infratores, trabalham em atividades não reconhecidas pelo mercado formal, conforme demonstrou estudo por amostragem realizado na mesma Delegacia só com meninos de infração penal.

Confirma-se assim a afirmação de que

"A infração do menor está entre os casos mais típicos de crime social, ou seja, por razão de sobrevivência. Não é tanto uma transgressão à lei, quanto um recurso de sobrevivência. Esta realidade explica, pelo menos em parte, a proliferação do trabalho de menores, sobretudo no mercado informal: engraxate, jornaleiro, contínuo, carregador, etc.. Ao mesmo tempo, premido pela fome e pobreza, o menor passa a buscar da família, na rua, ocasião de seu sustento, procurando na esmo

la, nos objetivos, em trabalhos eventuais, mas também na infração, uma via de sobrevivência"<sup>4</sup>.

Necessário é considerar que o fato da delinquência no Brasil encontrar como causa o contexto social não exclui os casos de desvios de ordem psicológica. Não se trata, no entanto, de analisar aqui comportamentos específicos de grupos já estigmatizados.

A interpretação dos motivos que levaram menores a cometer uma ação anti-social toma, muitas vezes, como verdadeiras, as concepções do senso comum construídas a partir da vivência de uma camada da sociedade.

Esta visão deturpada da realidade, faz com que as pré-concepções transformem-se em expectativas ou mesmo em exigências de comportamento que são incompatíveis com a situação real de existência dos menores. Por não corresponderem a estas expectativas tornam-se desacreditados e estigmatizados.

A questão central na vida de um indivíduo estigmatizado está nas relações que as pessoas mantêm com ele. Há uma tendência de inferir uma série de "imperfeições" aos indivíduos que não se enquadram nos padrões idealizados como normais<sup>5</sup>.

Daí, a impossibilidade de corresponder às exigências de comportamentos socialmente aceitos resulta num processo de auto-marginalização, a partir de atributos que lhe são conferidos, passando a agir de acordo com o esperado. Poderíamos apreender, que não é a situação de miséria em

si que leva a delinquência, mas são as condições existentes na miséria que desencadeiam um processo legitimador das estratégias marginais como formas de sobrevivência.

### II.3 O que fazem nas ruas

"... de uma vez, descobri que eu era invisível, estava todo dia lá, debaixo da marquisa e ninguém olhava. Aí, vi aquele prédio grande e pensei: se estou invisível, posso ir lá vender as canetas, mas o homem de farda me segurou: Que que é, pive-te, não pode entrar aí não..."

(Luiz Carlos, 10 anos, RJ)

Ao assumir a perspectiva dos meninos que estão nas ruas dos grandes centros urbanos, entende-se que sua percepção do mundo, faz da rua o espaço privilegiado que lhe permite a satisfação de suas necessidades mais prementes. Estão desempenhando algum tipo de atividade, visando obter algum rendimento.

Reconhece-se que a condição — limite de sobrevivência humana em que vivem estas crianças e suas famílias é favorável, às vezes, a opção pela considerada delinquência do mesmo modo como mostrou-se anteriormente que a sociedade de modo geral atribui a delinquência às camadas mais carentes da população.

Alguns teóricos da marginalidade delegam a esta camada da população a responsabilidade ou "culpa" por sua situação, o que vai inclusive ser interiorizado por ela. O estereótipo de "PIVETE", por exemplo, é um dos muitos atributos que estas crianças recebem do grupo dominante.

Ora, ao se considerar a rua como palco onde se estabelecem as relações: trabalho x vida e luta x sobrevivência e que é na rua que o menino encontra os seus companheiros e também concilia lazer com trabalho, constata-se que este espaço da rua duramente conquistado constitui seu mundo e sua maior lição de vida, pois é a única escola que frequenta. O dado social permite modificar a visão que normalmente se tem das crianças e de suas famílias: não são "delinquentes", explorados por familiares "parasitários", que os rejeitam por opção própria mas, a partir de sua própria inserção no contexto brasileiro, são grupos solidários que se desenvolvem com suas próprias regras e normas, ditadas pela sobrevivência.

O que se verifica é que os grupos familiares, vivendo em situação de penúria, buscam na atividade de rua a satisfação de suas necessidades básicas, construindo suas estratégias apoiadas no trabalho das crianças e dos demais membros desse núcleo familiar doméstico. Entretanto, essas pessoas continuam unidas em sua miséria, sempre a procura de novas possibilidades de sobrevivência com um pouco mais de segurança.

O tipo de estrutura e/ou de organização que caracteriza o "grupo de residência localizado", baseia-se em necessidades imediatas que criam solidariedade para moradia e trabalho. Neste sentido, a estratégia de sobrevivência vai redefinir os papéis familiares: as crianças passam da condição de dependentes a produtores, de crianças a adultos, de filhos a pais, de irmãos e irmãs a pais e mães



(no caso dos filhos mais velhos). Enfim, a família (grupo de residência localizado) é importante em função das exigências de organização própria que lhes assegura sobreviver. O que permite a compreensão dos laços existentes e que, mantidos de forma distinta por esse grupo, configura uma relação afetiva e de companheirismo, na qual se observa o apoio em todas as situações. Não se pode classificar esses laços pelos parâmetros sociais dominantes, mas entendê-los a partir das situações apresentadas (Cheniaux, Sonia).

Por sua especial inserção na estrutura de classes da sociedade brasileira, — os meninos de rua, oriundos das camadas populares, pauperizadas amadurecem cedo, e desde a mais tenra idade contribuem de forma efetiva e permanente para a manutenção do seu grupo familiar e face a isso, eles indiferentemente podem ser classificados como crianças, jovens, adolescentes ou menores. E, se o seu comportamento algumas vezes diverge do esperado, dito "normal" e "aceito" pelo grupo dominante, é porque sua "marginalidade" é determinada pela organização social brasileira, que impede o menor e a família de participarem do processo de produção e do usufruto de bens e serviços.

Não se constata, junto a essa população, a consciência de que a utilização da mão-de-obra do menor seja uma forma de exploração. Ela se configura como parte de uma estratégia para o consumo e a sobrevivência. O compartir de responsabilidade na família é natural, e a criança assume desde cedo o que lhe cabe no desempenho de papéis

familiares<sup>6</sup>.

Em pesquisa realizada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Piauí (1984), considerado um dos Estados mais carentes da federação, foram entrevistados 700 (setecentos) menores, em pontos estratégicos de grande movimento da cidade. Os resultados opõem-se claramente ao ponto de vista do senso comum em relação à classe trabalhadora: famílias desagregadas, pais "vagabundos", meninos "delinquentes". Podemos confirmar algumas das afirmativas anteriores pelos dados de que as crianças que estão nas ruas do Piauí ou de qualquer estado da federação estão exercendo atividades de subsistência, possuem família com a qual mantêm vínculos (dormem, levam rendimentos) e têm aspirações futuras calcadas nos mitos das camadas médias. Vê-se o efeito direto da relação trabalho/renda (ocupação responsável) e principalmente é excluído o dado infração.

# 1) Trabalho

## - Ocupação do Menor

Características	Frequência	Porcentagem (%)
- Trabalha	562	81
- Não trabalha	139	10

\*Fonte: Secretaria de Trabalho de Ação Social do Piauí - 1984.

- Aspectos da vida do menor

Características	Frequência	Porcentagem (%)
- Já foi preso	31	4
- Não foi preso	670	96

- Lugar onde dorme

Características	Frequência	Porcentagem (%)
- Na casa dos pais	663	96
- Na casa de colegas menores	04	0,6
- Em escombros	02	0,3
- Nas praças	02	0,3
- Na rua	14	2
- Outros	05	0,8

- Aspirações para o Futuro

Características	Frequência	Porcentagem (%)
Professor	57	8
Médico	140	20
Engenheiro	80	11
Jogador	60	9
Bancário	19	3
Cientista	03	0,4
Motorista	69	10
Soldado	45	6
Mecânico	18	0,3
Comerciante	44	6
Advogado	19	3
Piloto	13	2
Trabalhar e estudar	10	1
Só importa o presente	01	0,1
Não sabe	25	4
Cantor	16	2
Governador	01	0,1
Outros	81	12

- Aspectos Familiares

Características	Frequência	Porcentagem (%)
Mora com os pais	469	67
Mora só com a mãe	124	18
Mora só com o pai	30	4
Mora com parente	67	10
Mora com amigos menores	02	0,3
Não tem habitação fixa	09	0,7

Outra pesquisa realizada pela FEBEM - Ceará - em 1985, dá como resultados preliminares, dados que confirmam as assertivas que estamos demonstrando.

Os menores entrevistados, no total de 220, estão em sua maioria na faixa etária entre 12 e 15 anos (47.2%); são do sexo masculino (98,7%) e precedentes de Fortaleza (65,5%), apresentando maior incidência os residentes no bairro do Lagamar (19,1%), que concentra superpopulação caracterizada pelo baixo poder aquisitivo, cujos problemas sociais como marginalização e prostituição já atingiram índices significativos.

Constata-se que 84,5% dos entrevistados residem com os pais, sendo que 19,5% moram com a mãe e irmãos, predominando a incidência de 6 a 7 pessoas por domicílio.

Pelos dados coletados na referida pesquisa o índice de escolaridade mais elevado na 1a. série do 1º grau, atingindo um percentual de 16,3%, enquanto que a 8a. série atingiu apenas 1,0% dos entrevistados.

Com base na situação de extrema pobreza a que estão sujeitas as famílias envolvidas neste trabalho, verificou-se que 23% das crianças deixaram a escola e 15,3% em idade escolar não tiveram acesso à mesma. Tal fato se justifica pelo número insuficiente de escolas para o atendimento à população, aliado a impossibilidade de aquisição de fardamento e material escolar.

No que concerne aos motivos para a escolha da ocupação, 50,8% dos entrevistados responderam que desenvolvem estas atividades por necessidade de sobrevivência familiar, enquanto a incidência menor, 0,8% recai na "oferta de lucro".

Para o deslocamento desses menores ao seu local de trabalho, ou seja, os referidos cruzamentos, 30,4% utilizam o transporte coletivo pago, enquanto 29,5% recorrem ao mesmo transporte gratuitamente.

Das atividades desempenhadas, houve predomínio na prestação de serviços (limpeza de carros), que apresentou o índice de 62,2%, ficando a ocupação de vendas (jornal), (frutas) em 37,8%.

Enfatizando a situação dos menores envolvidos na função de revendedores, verificou-se, que a faixa predominantemente de renda, situa-se entre 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a Cr\$2.000,00 (dois mil cruzeiros) diários, representando um percentual de 32,5%, ocorrendo o mesmo com aqueles que trabalham por conta própria.

No caso específico dos que trabalham com prestação de serviços, observa-se que a gratificação diária percebida pelos entrevistados, varia de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Um dos pontos levantados neste estudo, ou seja, a não compatibilização entre as propostas alternativas (que em nome de um respeito a cultura do sujeito, mantém os menores na situação em que se encontram e apenas organizam

suas atividades) e a realidade destas crianças frente a ação do Estado, ao comércio local – e as expectativas de que o trabalho é fonte restauradora de uma situação muito mais complexa – pode ser ilustrada através do exemplo dos meninos que trabalham como vendedores na feira de São Brás, Belém.

Uma pesquisa oratória, realizada entre dezembro de 1984 a março de 1985<sup>7</sup> acompanhou vinte e cinco menores trabalhadores, que desempenhavam as atividades de "vendedores de cheiro", "vendedores de unha de carangueijo", "vendedores de saco de frutas regionais" e "guardadores e lavadores de carro".

Estes menores tinham entre 5 e 16 anos e suas atividades eram integradas no local em que as desenvolviam. Feira, em Belém do Pará, com turistas, população local, etc. Nenhum dos vinte e cinco havia cometido qualquer delito ou tinha passagem por instituições oficiais. Originários da periferia chegavam sozinhos ou com seus pais por volta de 7 horas até às 13 horas (horário da feira). Trabalhavam com a família (ajudantes, sem salário) para o patrão (feirante ou dono da mercadoria), por conta própria (lavadores e guardadores de carro). Ora, uma das situações cotidianamente enfrentadas pelos menores refere-se a violência exercida por fiscais, administradores, feirantes, peixeiros e açougueiros. "Os fiscais criam caso com a gente sim. Quanto a gente tá vendendo coisas eles tiram a coisa da gente". "Os fiscais levam a gente lá pra cima e só larga quando acaba a feira. Tira a camisa da gente, deixa no

frio e depois dá uma ralhada".

O depoimento do fiscal, na mesma pesquisa, é bastante esclarecedor pois representa a justificativa por parte das autoridades da prática de violência contra as crianças, além de reproduzir todo o sistema ideológico repressor que permanentemente pesa sobre estas crianças. Vale ressaltar as contradições exteriorizadas nas representações sobre "pena" sentida e o determinismo sobre o futuro, que é a mesma encontrada nos discursos oficiais.

"Esses meninos dão muito trabalho. É preciso ter muita cabeça fria. Agora... é preciso ter muito cuidado. Às vezes eles se amontoam e um deles é pra roubar. Aí a gente tem que ter muita cabeça fria, senão MATA, BRIGA ou então MORRE. Mas EU SOU CONTRA A VIOLENCIA..." (grifo da autora).

"A quantidade de menor que vende verdura não é grande. Atrapalha a venda dos locatários (barraqueiros do mercado) que pagam imposto e outras taxas. Aí quando eles tão muito teimoso, eu prendo a verdura deles e mando para o Colégio Berço de Belém. Mas eu tenho recibo da doação. Agora eu não mando mais porque uma freira disse, porque eu não mandava mais cedo. Ora bolas, além de ser de graça, ela ainda faz exigência. Agora, quando eu apreendo os meninos, não é pra prejudicar... Às vezes eu trago eles pra cá (guarita) e deixo passar uns quinze minutos e digo que se eles continuarem com molecagem vão pro posto policial".

Ora, a discriminação com relação a estes meninos e meninas está tão introjetada que uma obra assistencial, recebe mercadoria roubada dos menores trabalhadores.



Continua o fiscal:

"Eu tenho pena destes meninos. (Que estão trabalhando). Desse jeito, vão virar ladrão, marginais e prostitutas. Coitados, eles não tem uma boa educação, uma instrução melhor. Às vezes são filhos de mãe solteira..."

### CAPÍTULO III

A POLÍTICA DO BEM ESTAR DO MENOR E A QUESTÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

A discussão da situação deste contingente, privilegiando a questão do trabalho e da educação, só poderá fornecer subsídios para uma ação se partirmos do suposto que a Educação (aqui entendida como Educação formal) não faz parte do seu cotidiano (fora das instituições de atendimento), sendo que seu aprendizado é feito através do trabalho (aqui entendido como qualquer atividade que propicie ganho).

Por outro lado fazê-lo adquirir, através deste aprendizado imediatista, a consciência do trabalho, só poderá se concretizar através de uma intervenção nesta realidade.

"Os "programas de atendimento a menores" executam esta intervenção utilizando em suas propostas diferentes concepções e estratégias de Educação e Trabalho. Deles, de fato, pode-se selecionar as alternativas existentes que sirvam como modelo para a elaboração de políticas sociais voltadas para este segmento de classe<sup>(b)</sup>.

Necessário assinalar que estas crianças representam um objeto singular, embora sejam elas a grande maioria da população infantil, e como tal devem ser vistas e com -

---

Obs.:

(b) Quanto à origem social deste grupo, alguns autores caracterizam essa população sobrando "massa marginal" (lumpen); outros, como segmentos pauperizados da classe trabalhadora.

preendidas. De singular há o fato de que elas já se encontram inseridas no "mundo do trabalho". Contudo, poucos são os estudos que demonstram a inserção da mão-de-obra infantil no "mundo de trabalho".

Cabe ainda esclarecer que a FUNABEM deve ser entendida enquanto órgão oficial normativo, cuja ação se estende a todas as instituições por ela conveniadas. É sob este ponto de vista que sua política toma um caráter nacional.

A questão da Educação e do Trabalho do "menor", para a FUNABEM, tem sido tratada formalmente enquanto técnica de atendimento e não tomada enquanto pressuposto de ação.

Isto se explica pelo caráter burocrático/administrativo que a FUNABEM tem adotado para firmar e avaliar seus convênios, assim como pelas injunções político-conjunturais às quais ela se submete. O seu caráter nacional (enquanto órgão Político) é dado pelos repasses financeiros aos órgãos subordinados nos Estados.

A diversidade das práticas adotadas em seu Centro-Piloto (Rio de Janeiro) demonstra as assertivas acima, não merecendo aqui referências específicas por não terem servido enquanto modelo de análise.

Se generalizarmos, podemos afirmar que a Educação oferecida no âmbito do atendimento oficial<sup>(c)</sup> (salvo pa

---

(c) experiências empreendidas por organismos particulares, uma vez que em algumas delas se encontram explicitadas propostas que tem presente a correlação Educação/Trabalho.

ra exceções) é apenas uma prática formal que, cumprindo os preceitos legais, ocupa o tempo dos "menores", não o instrumentalizando para o trabalho nem os preparando para o exercício da cidadania, embora encontre-se no decorrer de sua história o discurso pedagógico. No entanto, não se pode dizer o mesmo de algumas experiências empreendidas por organismos particulares, uma vez que em alguns deles se encontram explicitadas propostas que tem presente a correlação Educação/Trabalho.<sup>8</sup>

### III.I O Discurso Mineiro

O ponto de partida oficial para a implantação de programas de "Educação para e pelo Trabalho" para crianças e jovens de baixa renda, foi sem dúvida a experiência da FEBEM – Minas Gerais, através da implantação da Escola Barão de Camargo em 1977. Esta escola destina-se a meninas consideradas de conduta anti-social, com idade compreendida entre 12 e 18 anos. Utilizando-se material colhido na própria escola, junto a equipe (diretor, sua mulher e 1 enfermeiro), temos uma descrição sucinta de que meninas são atendidas: "Meninas das camadas marginalizadas, com conduta anti-social caracterizada por:

- . agressividade
- . roubo
- . prostituição
- . vícios (cigarros, bebidas, drogas)

e cujos traços psíquicos mais acentuados são "insegurança e dependência, baixa tolerância à frustração, dificuldade em

estabelecer relacionamentos significativos" (Anexo 1).

Por outro lado estas meninas tinham uma história de vida comum (internas, passagem por outras instituições), o que, associado a questão da puberdade, já coloca em dúvida os atributos acima descritos.

A partir de referências a Makarenko, Freinet e Paulo Freire, a escola organizou seu trabalho intitulan - do-o "Educação Para e Pelo Trabalho".

A grande proposta teórica de seu fundador (anexo 1) seu papel posterior de Presidente da FEBEM-MG, fez com que, a partir de 1980 até os dias de hoje, se imprimisse novas idéias ao sistema oficial de atendimento a "menores" no Brasil. Em seu texto básico destacamos alguns pontos que devem ser ressaltados para que se compreenda os rumos que foram tomados.

"Se tivesse que organizar esta escolha do povo, apoiar-me-ia no princípio que condi - ciona a vida dos homens, que estimula e orienta os seus pensamentos, o que justifica o seu comportamento individual e social, e que é o trabalho, em tudo o que ele tem hoje de complexo e de socialmente organizado; o tra - balho motor essencial, elemento de progres - so e de dignidade, símbolo de paz e de fra - ternidade" (Freinet).

Com esta citação, apresenta-se o texto Educação pelo Trabalho. FEBEM-MG, que explicita a proposta de uma nova orientação para a política social voltada para crian - ças e jovens de baixa renda.

De início já podemos levantar algumas questões sobre a reificação do trabalho tal como é apresentada por Freinet e a situação social a qual ela se reporta no caso estu -

dado, uma vez que é citada como premissa básica.

A centralidade do trabalho como valor e como representação nas práticas educacionais e na ideologia por estas transmitidas, coloca a necessidade de uma diferenciação, que existe em sociedades divididas em classes: preparar a criança das classes populares o mais rapidamente possível para o trabalho ou adiar ao máximo – crianças das classes média/alta – sua relação com o mundo do trabalho.

Diante da questão da alienação do trabalho na sociedade de classes, como pensa essa teoria uma ética do trabalho? Como relaciona para as camadas populares o trabalho e o lazer?

Analisando este texto, que foi o fundador de uma nova ética na Política Social do Menor verifica-se que as questões encaminham-se no sentido de fortalecer a ligação Educação e Trabalho e posteriormente, vamos acompanhar o resultado prático, através das experiências analisadas até chegarmos ao Pacote de outubro de 1986 (Pres. República)<sup>(d)</sup> que legisla e reitera a inserção no mundo do Trabalho das crianças e jovens das classes trabalhadoras pauperizadas.

O autor introduz sua proposta colocando a universalidade da mesma

"Não cremos, que esta concepção do trabalho educativo tenha sua validade circunscrita ao universo das crianças e adolescentes a quem dirigimos nosso trabalho assistencial e educativo".

---

(d) Projeto Bom Menino - Pres. José Sarney - 12 de outubro de 1986.

No entanto, no parágrafo seguinte coloca-a como uma resposta as práticas e propostas repressivas assistencialistas voltadas para o menor marginalizado, excluídos dos "frutos do progresso e do bem estar social"<sup>9</sup>.

Sob o título de "concepções sustentadoras" constrói um marco teórico fundamentado nas seguintes categorias: Trabalho, Homem, Mundo, Consciência, Educação, Escola, Liberdade, Política, História, Conhecimento.

Partindo de concepções marxistas como a alienação do trabalho e a divisão entre trabalho intelectual e manual, retoma um tipo de postura liberal/clássica educativa associando trabalho educativo à dimensão produtiva e à dimensão formativa.

As relações capitalistas de produção, a exploração das classes trabalhadoras e a questão da reprodução do capital se mostram passíveis de solução no interior de âmbito educativo restrito (assistencial). Ao propor que a "*vivência concreta de formas desalienadas*" de trabalho possibilita ao educando ascender a condição de "membro consciente da classe trabalhadora", percebe-se que a discussão educação/trabalho e sua inter-relação com uma sociedade de classes, é deslocada para um locus particular aonde se privilegiaria a inserção prematura na produção (vivência concreta).

Ao destacarmos no início que as crianças e jovens estão trabalhando e estamos nos referindo a atividades informais, até este momento, esta proposta deslocou-se



de seus pressupostos iniciais e gerou uma multiplicidade de intervenções na esfera das políticas sociais voltada para a questão do "menor".

CAPÍTULO IV  
A INTERVENÇÃO INSTITUCIONALIZADA

#### IV.1 - As Propostas

As atividades exercidas nas ruas têm uma forma própria de organização, que não está amparada legalmente.

A intervenção no trabalho de crianças e jovens dá-se de diversas formas, dependendo do compromisso ideológico dos agentes de intervenção.

O atendimento pode tomar para si o papel de gerenciar as diferentes formas de organização do trabalho, não interferindo diretamente na sua organização, mas sim deslocando o centro de decisões e administração, como também interferir diretamente na organização do trabalho, modificando-o estruturalmente, isto é, organizando-se forma cooperativista e solidária, possibilitando uma nova vivência.

Os modelos teóricos referentes às diferentes concepções do atendimento nacional, acima citado, possibilitam a análise de situação atual.

Há uma grande diversidade de propostas de atendimento acompanhadas de formas distintas de operacionalização; ou seja, aparentemente cada projeto, programa, escola, cada iniciativa enfim, se concretiza de uma forma singular. Pode-se afirmar que aparentemente elas são distintas entre si, embora voltadas para a mesma clientela.

Somente através da análise das suas concepções é possível identificá-las e classificá-las em três perspecti

vas globais, desvendando as suas similitudes e conseqüentemente o seu compromisso ideológico.

Esta foi uma análise comprometida com o desvendamento da contradição existente entre a teoria (do discurso) e a prática (do atendimento oficial).

Podem ser destacadas três grandes linhas que definem as ações desenvolvidas:

- . a perspectiva que prioriza a adequação do menor/trabalhador ao trabalho;

- . a perspectiva que prioriza a adequação do trabalho ao menor/trabalhador;

- . a perspectiva que estabelece a fusão entre trabalho e o menor/trabalhador<sup>10</sup>.

Assinalam-se as três perspectivas globais:

A - A priorização da adequação do menor/trabalhador ao trabalho (a)

Esta abordagem parte da preocupação com a impenhosa necessidade de recuperação da situação precária de sobrevivência de crianças, dada a sua situação de miséria.

Faz-se necessário, portanto, fornecer meios que possam de imediato superar esta situação. Nesta perspecti

---

(a) Projetos:

- . Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara - SC
- . Escola Stalla Maris - RJ
- . Centro de Inserção Social da FUBEM de São Bernardo do Campo - SP
- . Centro Salesiano do Menor (CESAM) - MG
- . Associação Adelino de Carvalho - GO

va, o trabalho é sinonimizado como emprego.

Pragmaticamente se compreende que através do aumento e da estabilidade de renda garante-se o acesso a bens e serviços, satisfazendo as necessidades básicas de sobrevivência. Uma vez satisfeitas as necessidades emergenciais, "o menor" terá condição de realizar outras atividades, também necessárias para o seu crescimento pessoal e desenvolvimento social.

Segundo esse enfoque, o fundamental é que o menor se adapte às exigências do mercado de trabalho bem como às formas de organização do trabalho já existentes e consagradas. Desta forma, o mercado vem a ser o modelo a partir do qual se orienta o processo de aprendizagem para o trabalho do menor, isto é, as necessidades do mercado de terminam as atividades a serem por ele desenvolvidas. O processo de conscientização do menor, segundo esta abordagem, implica no reconhecimento de que a realidade do mercado é imperiosa, sendo portanto fundamental a adaptação do menino a ela.

Por isso mesmo é necessário que o menor receba uma educação que promova, predominantemente, destreza e aquisição de habilidades práticas e específicas. Em função desta ótica de análise, a preocupação com o menor volta-se para aspectos parciais de seu comportamento, enfatizando as questões relativas aos seus hábitos de trabalho.

Por priorizar o problema imediato da sobrevivência, esta abordagem também tende a exigir resposta de curto prazo. Na medida em que as necessidades produtivas são

priorizadas, a educação faz um papel de "instrução", isto é, prioriza as exigências formais indispensáveis ao desempenho das funções exigidas pelo trabalho.

Segundo esta concepção, a educação formal oferece os meios que possibilitam a ascensão social, sendo portanto indispensável à formação do menor.

B - A priorização da adequação do trabalho ao menor/Trabalhador<sup>(b)</sup>

Esta abordagem parte do pressuposto que o menor de rua é um trágico símbolo e expressão das desigualdades sociais e, por causa disto, não vê possibilidade de acabar com sua problemática, sem também por fim à miséria vivida pelo seu grupo social.

Faz-se necessário, portanto, estabelecer estratégias voltadas diretamente para o indivíduo enquanto membro de um grupo, preocupa-se com seus problemas sociais, estimulando-o e capacitando-o para buscar melhorias que provoquem mudanças no seu grupo de origem.

Dentro desta ótica, o menor de rua representa muito mais que um menor a ser atendido, já que traz consigo a esperança e potencialidade de promover o progresso so

---

(b) Projetos:

- . Centro Educacional D. Bosco - PE
- . República P. Vendedor - PA
- . Aldeia Juvenil - GO
- . Escola Lar São José - GO Velho
- . Escola Aberta dos Menores das Ruas de Recife - PE
- . Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo - SP
- . Escola Agrícola Rainha dos Apóstulos - AM

cial do seu grupo.

Na prática, estas idéias se concretizam em atividades que enfatizam o desenvolvimento de capacidades críticas e organizacionais, gerando vontade de assumir responsabilidades na auto-gestão dos próprios programas da obra que o atende.

O trabalho é fonte geradora de renda, mas além disto é também um meio de preparar a criança para viver num mundo onde ela é vítima de distorções sociais.

A finalidade das ações, a partir desta perspectiva, é o de desenvolvimento de uma consciência social nos meninos, transformando-os em um agente de mudança e transformação do seu meio de origem. O desenvolvimento desta consciência levaria à compreensão de que a solução de seus problemas se daria a partir de sua reunião com os outros.

Assim sendo, a geração de renda, torna-se uma atividade entre várias, permitindo a experiência de convivência na comunidade e a oportunidade de valorização do convívio social.

O trabalho é valorizado mais pelas características sociais que ele oferece do que por suas características de gerar provisões (vencimentos).

Entendimento que o trabalho é a forma pela qual os meninos tomam consciência de sua capacidade de organização, é fundamental que ele se realize em situação onde possa desenvolver sua auto-estima através da relação com os colegas e a comunidade.

Para tal, segundo este enfoque é fundamental que o trabalho se adapte ao menor, não bastando, portanto, que ele consiga um "bom emprego". O trabalho deve gerar no menor hábitos de relacionamento grupal, estimulando sentimentos de solidariedade e consciência crítica de sua situação. Desta forma prioriza-se o atendimento às exigências sociais do menor mais que às econômicas e institucionais.

A partir desta visão conceitual, as atividades práticas são organizadas segundo o espírito da auto-gestão. Nestas linhas se encontram predominantemente cooperativas e outras formas de trabalho associativo, gerido pelo grupo de menores. Assim sendo, o trabalho é fonte geradora de renda, mas, além disso, é um meio de preparar o menor para a vida pessoal.

Logo, o desenvolvimento da consciência social do menor, decorrente da organização coletiva e autônoma do trabalho, é o "carro-chefe" desta abordagem.

Centrando sua preocupação na adequação entre trabalho e menor/trabalhador, esta perspectiva parte da fundamental necessidade de respeito à cultura do menor como estratégia de seu desenvolvimento.

Desta forma se constestam os elementos formais da cultura dominante que nega a contribuição cultural que estes meninos oferecem. A frequência à escola não se reveste de muita importância, segundo esta abordagem, que prefere optar por estratégias de educação popular baseada no respeito às formas de expressão dos menores.



O respeito à cultura de origem dos meninos determina uma forma própria e particular de organização do trabalho, procurando sempre formas alternativas que possibilitem aos meninos, fora do mercado formal, a montagem de um sistema de cooperação e dependência dentro do seu próprio grupo.

O trabalho autônomo livre das regras de mercado formal, é por excelência a opção de trabalho estimulada por esta perspectiva.

#### C - Fusão entre trabalho e o menor/trabalhador<sup>(c)</sup>

Esta abordagem concebe o menor de rua enquanto indivíduo potencialmente capaz, reunindo portanto as condições necessárias para superação de sua condição, através do desenvolvimento de suas possibilidades. Desta forma, esta abordagem centra suas estratégias de ação na potencialidade e não na carência do menor - atuando sobre o que ele tem, antes de tentar suprir o que ele não tem.

O importante, segundo esta concepção, é a compreensão do problema do menor de rua enquanto pessoa marginalizada socialmente, isto é, enquanto indivíduo posto de lado pela sociedade à qual deveria pertencer.

Assim compreendida a questão, o trabalho adquire importância capital, já que só através dele o menor deixa

---

#### (c) Projetos:

- . Fundação Casa das Crianças de Olinda - PE
- . Comunidade Estudantil Padre Anchieta - CE
- . Escola - FEBEM - "Barão de Camargos" - MG

de ser marginal para, integrando-se à produção, integrar-se a sociedade. Tornando-se trabalhador o menor transforma-se em cidadão, possuindo legitimamente direitos e deveres para com a sociedade.

Enfatiza-se, assim, a capacidade e a necessidade do menor assumir a responsabilidade de ser agente de seu próprio avanço pessoal e social.

Faz-se necessário, portanto, estabelecer estratégias voltadas para a promoção do desenvolvimento pessoal do menor, respeitando sua necessidade de ganho imediato mas, simultaneamente, respeitando e promovendo suas necessidades enquanto cidadão socialmente participante.

A partir desta visão conceitual o trabalho passa a ter um novo significado. É necessário que, além de executá-lo, o menino entenda o que ele significa. Este significado do trabalho deve ser apreendido no decorrer do processo produtivo e portanto, é necessário que o menor/trabalhador esteja envolvido em todas as etapas deste processo.

Só desta forma o menor/trabalhador deixa de ser um mero fator de produção para ser um trabalhador consciente, não só fazendo mas também compreendendo o que faz, já que o trabalho não se constitui simplesmente numa atividade onde, além do que produz, importa o como e o porque se produz.

Praticamente, estas idéias se operacionalizam através de um processo educativo construído a partir de uma nova proposta pedagógica: a pedagogia do trabalho. Esta etapa educacional deve ser anterior à integração do menor ao

mercado de trabalho, para que, além de saber fazer, ele também saiba compreender seu trabalho. Segundo esta abordagem, esta é a única possibilidade de desenvolvimento da consciência crítica do menor. Ou seja, considerando-se a população de menores marginalizados, a educação deve ter no trabalho seu elemento central. Desta forma educa-se o menor pelo trabalho e através do trabalho. A ênfase desta abordagem, nesta etapa inicial indispensável para a formação do menor/trabalhador, coloca-se na vigência deste processo educativo baseado na experiência direta.

No entanto, segundo esta visão pedagógica, o trabalho é presidido pela educação, contando com a efetiva participação do menor desde a confecção até a confecção e distribuição do produto.

Já tendo vivenciado este processo o menor poderá posteriormente, uma vez integrado ao sistema produtivo, avaliar criticamente o que faz e compreender todo o processo ao qual está integrado.

Nesta perspectiva, o trabalho não é simplesmente concebido como fonte geradora de renda mas, antes, como fonte geradora de consciência.

Assim, esta abordagem acha indispensável que o menor se integre ao processo produtivo, tal qual ele está organizado, para poder melhor compreender sua situação no mundo, através das relações de trabalho. Logo as necessidades do mercado e as necessidades do menor têm, antes de ajustar-se, que ser confrontadas através da prática de

trabalho.

A base da consciência está dada pela vivência desta alienação, devidamente compreendida e criticada a -  
través do processo educativo.

O fim das ações propostas por esta abordagem é levar o menor à compreensão de que suas necessidades reais - e não as aparentes - só serão satisfeitas através de um projeto de vida prospectivo e nunca imediatista.

Alguns "conceitos" que estão subjacentes às perspectivas de ação em relação ao Trabalho/Educação que sistematizamos anteriormente, merecem ser arrolados pois ajudam na compreensão da lógica própria interna a cada uma e quais os aportes ideológicos e culturais que as informa -  
ram:

A primeira perspectiva, que prioriza a adequação do menor trabalhador ao Trabalho, ou seja, sinonimiza trabalho e emprego, traz, no discurso de seus propagadores as seguintes justificativas: "Essas crianças tem que trabalhar porque as famílias não podem sustentá-las" - "O emprego é a resolução dos problemas imediatos do menor" - "São estes meninos que sustentam suas famílias" - "Meninos e meninas se prostituem para se sustentarem" - "O emprego deve ser utilizado como solução de seus problemas imediatos assim como os de sua família" - "O mercado de trabalho é uma realidade inegável" - "A forma educacional tem de conter um treinamento para a postura no trabalho" - "Há necessidade de se dirigir e treinar os meninos" - "A cultura subdesenvolvida não pode ser padrão. É importante su

perar esta condição".

Defendendo a segunda perspectiva, que prioriza a adequação do trabalho ao menor trabalhador, encontramos todo um corolário que teve origem na educação popular, nas comunidades eclesiais de base e Pastoral do Menor/SP. Nela a defesa do trabalho autônomo é a base das ações: "O trabalho autônomo e organizado leva o menino a uma maior emancipação" – "Não é importante o trabalho que ele vai realizar e sim executar atividades passíveis de dar-lhe habilidade e espaços de formar uma consciência sobre seu meio de origem" – "A forma como se organiza o trabalho (seja qual for) é que dá consciência a este menor" – "O maior problema para a formação da consciência crítica é a necessidade de permitir que estes meninos se tornem animadores de outros menores" – "O produto do trabalho deve ser o menino. A renda é utilizada como meio de formar uma consciência crítica, por serem os meninos agentes de mudança" – "O mercado formal leva o menino a se desvincular da família, o trabalho autônomo leva a uma maior emancipação" – "O menino tem mais responsabilidade quando o seu trabalho é imposição do seu grupo" – "O menino perde sua responsabilidade quando afastado de seu meio de origem".

A terceira perspectiva, que estabelece a fusão entre trabalho e o menor/trabalhador fundamenta-se através da inserção no mundo do trabalho como resgate da cidadania.

"Através do trabalho o menino adquire um projeto de vida".

"O destino dele tem que se ligar a um destino coletivo, o que sô pode ocorrer enquanto operário e não enquanto marginal".

"O menino tem que ser o agente de sua própria história".

"O menino acredita mais no curso dos acontecimentos do que no discurso sobre eles".

"O trabalho é *matríz* da consciência".

"Tudo isso está sendo vivido pelo menino e ele levará para fora não como tributo, mas a partir do choque entre a realidade vivida e a realidade confrontada".

Até a proposta fundadora vinda de Minas Gerais, que surge como uma "revolução" transformadora no sistema oficial de atendimento, pois tenta escapar dos estereótipos e estigma sobre este contingente da população, legitimados desde a República pela história assistencial no Brasil, - todos os discursos anteriores já se referiam a questão do trabalho:

"Aos pobres, indigentes e ociosos, há que pô-los a trabalhar desde a mais tenra idade, para que não vicejem os vícios e mazelas próprios dessa gente" (1905 - História do atendimento oficial no Brasil - Jane Russo).

Tais conceitos e pré-conceitos informaram as políticas sociais e os discursos que as sustentaram. Aos lermos as características atribuídas as mesmas (FUNABEM 1977) e aa justificativas para os "modernos programas" referidos anteriormente, podemos numa primeira leitura, perceber que o esbravejar higienista foi sucedido pelo discursos da "marginalidade social" e permaneceram as idéias de "re-educar",

"re-socializar" implícitos em qualquer ação dirigida as crianças e jovens, objeto de intervenção do Estado.

Mesmo os discursos mais avançados em termos de formação de consciência, engajamento nos grupos cooperativos, etc... partem de pressupostos já dados e assimilados de forma nem sempre explícita, o que torna por vezes incoerentes seus propósitos.

Encontramos nas diversas teorias que tentaram explicitar a questão da marginalidade social o ponto de partida para estas incongruências.

A "teoria da personalidade marginal" foi a primeira contribuição (1928) e voltou-se para descrever fenômenos individuais pesquisados ao nível psicológico interior. Outras contribuições relevantes foram as da "cultura da pobreza", que atribui à marginalidade um caráter de autoperpetuação, e demais posturas funcionalistas como a "teoria da modernização", que acredita na superação da pobreza apenas com novas atitudes dos cidadãos ou vencendo etapas históricas de desenvolvimento.

Estas teorias consideradas não abrangentes ou parciais, embora tenham servido de sustentação para diversas intervenções realizadas na América Latina, são preconceituosas e oferecem uma visão distorcida da realidade de vida das populações "marginais".

Entendemos, que a questão da marginalidade social está diretamente vinculada ao processo de acumulação de capital e se constitui em efeito do modelo econômico a

dotado pela sociedade brasileira. Nossa análise supera as manifestações aparentes da situação de pobreza em que essas populações estão inseridas e contempla o tema a partir da problemática capital/trabalho e da apropriação dos bens e serviços pelas diferentes classes sociais.

A afirmativa de que as populações marginais não participam do esforço pelo desenvolvimento econômico é leviana. Elas estão inseridas e são o excedente no mercado de trabalho rebaixando os custos de mão-de-obra e "longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação"<sup>11</sup>

#### IV.2 O discurso do estado

A construção do conceito de ressocialização nasceu com a tecnificação do castigo. O velho castigo, expresso nas penas institucionais, foi substituído pelo castigo humanitário dos nossos tempos. Surge a nova forma de sistema prisional e a pena entendida enquanto privacidade da liberdade. A violência simbólica, no momento em que o indivíduo é impedido de participar do sistema produtivo, político e social. Neste contexto, a ressocialização nada mais é do que a arquitetura do vigiar, através da hierarquia das relações de poder.

Na prática do trabalho com menores a ressocialização é escamoteada sob o tema da "reeducação" realizada através do internato que, decidida pelo Poder Judiciário, é praticada por tempo indeterminado, sem possibilidade de defesa ao acusado e sem instância de revisão ou ape



lação.

"A internação é a vergonha da justiça do menor. Ela é a primeira e maior punição que decretada pelo Juiz de Menores é executada não por esta instância de poder, mas a outros delegada. A internação está para a justiça de menor como a condenação para o Código Civil. Sobre a criança interna recai a culpa de ser mal-nascida e mal-amada".

Os conceitos de ressocialização e reeducação en contram-se em desajuste, porque as premissas fundamentais que constituíram e formaram tais termos não são passíveis de aplicabilidade em nossa realidade. Como pressupor que o indivíduo preso necessite de ser ressocializado ou reeducado quando a estrutura política e social do país não permitiu as classes populares acesso aos bens e serviços da sociedade? Tais indivíduos têm sido apontados pelo po der, como aqueles que devem ser penalizados, ressociados ou reeducados, porque o Estado exerce uma repressão sele tiva sobre os mesmos.

O discurso do Estado sobre ressocialização ou reeducação aparece dissimulando as contradições de clas se social, repassando uma ideologia de que esses indiví - duos não foram suficientemente socializados ou educados e que necessitam sê-lo através do retreinamento para o sis tema produtivo, político e social. Nas instituições que atendam menores a ênfase é dada para a educação formal e iniciação profissional. Dois aspectos podem ser questio - nados; o primeiro, de natureza filosófica, é de como com - patibilizar a vida do jovem confinado no interior de pesa - das estruturas com um processo de educação que os trans -

forme em sujeito do seu desenvolvimento. Como combinar custódia e tutela com educação libertadora? O segundo as pecto, não menos importante, questiona a eficácia da profissionalização oferecida nestes estabelecimentos que gera expectativas que dificilmente são alcançadas num mercado com mão-de-obra abundante.

Assim, os mitos da ressocialização ou reeducação sempre aparecem, iludindo os desatentos, fazendo com que os políticos e administradores apressem-se em deslocar verbas para construção de novos complexos. Tais mitos são produzidos para demonstrar que estas práticas são a única possibilidade dos indivíduos marginalizados serem felizes e retornarem ao convívio social.

Os conceitos historicamente produzidos pelas instituições oficiais para explicar a situação em que se encontra boa parte das crianças brasileiras são marcados por uma abordagem tosca, linear e simplista. Entender que a marginalidade é "o desvio progressivo de um processo normal de desenvolvimento", que os programas sociais são divididos em "preventivos" ou "terapêuticos" e que o menor abandonado é produto da família "desagregada"<sup>12</sup> não chega a ser uma contribuição brilhante. De fato, a elaboração nas últimas duas décadas e outros inúmeros conceitos serviu para justificar a gigantesca máquina burocrática/administrativa que se organizava.

A linguagem funcionalista que aparentemente ne gou a internação, colocando-a como último recurso a ser utilizado, na verdade, culpabiliza o menor e a família,

transformando as propostas e ação da política social em salvadoras ou redentoras desta população, buscando a cada ano, novos termos ou atividades que alcancem seus objetivos e legitimando a ação do Estado sobre ela.

#### IV.3 - O Controle do Estado

A utilização político-ideológica da delinquência em todos os níveis ganhou nos últimos anos espaços cada vez maiores na imprensa e desencadeou uma "campanha de dramatização da criminalidade". Esta nova estratégia de manutenção do Poder emerge no momento onde impera um clima de "abertura política" e consequente possibilidade de esfriamento dos aparelhos repressivos. A ordem pública não mais está ameaçada pelos subversivos e sim pelos "marginais", "pivetes", "desocupados", "trombadinhas" e "favelados".

Se esta campanha promove o preconceito e a estigmatização das classes sociais desfavoráveis, eles se refletem de uma forma mais vigorosa e nítida com relação aos seus filhos. Já é do senso-comum que grande parte dos crimes cometidos são realizados pelas crianças e adolescentes, que os meninos vendedores nos sinais ou perambulantes serão, inevitavelmente "marginais". É necessário combater com firmeza estas concepções que não são verdadeiros. Provocando e estimulando o clima de medo e tensão, as classes dominantes mantêm seus privilégios e consolidam sua hegemonia política.

A representação do menor "infrator" é hoje uma moeda corrente que permeia o universo de representações cotidianas nos mais variados discursos que se entrecruzam no país. De tema da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia, uma parte substancial das crianças e jovens brasileiros, a partir da década de 70, passou a ser objeto da psiquiatria, da criminalística, da sociologia, das colunas policiais, das campanhas pela pena de morte. Uma alteração radical ante as soluções anteriores que propugnavam que o problema — e o lugar dos menores — era a escola, quando fora da família.

A imagem dos internatos vinha mais da literatura, junto à dos colégios internos, formas punitivas para comportamentos considerados fora das normas, sem chegar ao plano da infração penal. O código de Menores parecia ser mais um instrumento de proteção dos jovens que haviam cometido infrações, do que um elemento enquadrador e esigmatizador.

A própria miséria social, por sua vez, estava associada às periferias sociais — o nordeste, por excelência — ou as zonas urbanas ainda não incluídas nos planos urbanísticos. O progresso era o principal antidoto, cuja aproximação poderia ser lenta, mas inexoravelmente recolocaria em seu universo aqueles resíduos e sobrevivência de um mundo ainda marginalizado. As teorias da marginalidade chamavam a atenção para a persistência desses fenômenos, mas sua concepção dualista da sociedade não resistiria à crítica teóricos e aos ímpetos de modernização industrial.<sup>13</sup>

Uma ideologia da modernização, do progresso, da industrialização, da urbanização, era solidária de uma visão dos problemas da marginalidade e da violência como resistências – consistentes, mas finalmente superáveis – da mudança social que, no seu bojo, traria os serviços sociais indispensáveis à integração social. Os índices de superação do analfabetismo, de diminuição da taxa de mortalidade infantil, de elevação da esperança de vida ao nascer, de extensão do número de residências atendidas pelos serviços sociais básicos – tudo levava a crer que a democracia social viria com a democracia política, via industrialização e urbanização, como um de seus epifenômenos. A generalização do sistema educacional e sua diversificação consistia no eixo central da ação social integradora.

A crise das teorias da modernização dissociou todas as conexões que se acreditava fossem imediatas entre democracia e industrialização, urbanização e superação da marginalidade, educação e elevação do poder aquisitivo. A crise teórica espelhava um processo concreto desgarrador, em que amplos bolsões de miséria social se transferiam para os próprios centros mais avançados de urbanização, concentrando violentamente a população e diversificando-a de forma ainda mais profunda que na dicotomia campo/cidade.

A própria educação como agente socializador, não acompanha a urbanização: "à exceção da região Nordeste, a maior porcentagem concentra-se nas áreas urbanas", afirma o relatório "Brasil 2.000" (Paz e Terra, 1986, pag. 40), referindo-se ao analfabetismo. A família, por sua vez viu

arrastada uma quantidade cada vez maior de seus membros para o mercado de trabalho – tanto a mãe, quanto boa parte das crianças – acelerando o processo de sua crise.

Se a sociedade civil se fortaleceu no transcurso da última década – sindicatos, partidos políticos populares, associações de base –, a família e a escola se enfraqueceram, deixando espaços para o surgimento e o desenvolvimento de outros tipos de organismos socializadores e, portanto, de imagens de identidade social para as crianças e os jovens.

Na confluência entre a concentração acentuada de renda, o inchamento das grandes concentrações urbanas, a deterioração dos equipamentos urbanos, o prolongado regime ditatorial, com o fortalecimento dos organismos policiais e a falta de controle sobre a ação das entidades judiciárias e das instituições totais, em meio ao referido vazio dos tradicionais mecanismos de socialização – se constituiu e se generalizou a imagem do menor infrator. Declarações de um oficial da polícia paulista em 1985 chegavam a atribuir aos "colarinhos brancos" e aos "menores infratores" a responsabilidade pela crise da segurança pública no país.

O processo de criação da imagem do menor infrator, assim como toda produção ideológica, assenta-se numa base material concreta que, neste caso, é de caráter sócio-econômico, mas também da esfera da trama das instituições – policiais, judiciárias –, assim como se situa no plano dos meios de comunicação social, da doutrina de segurança nacional, da crise moral gerada pelo capitalismo "selvagem"

(especulativo-financeiro), da deterioração social e moral da vida na periferia dos grandes centros e também da incapacidade de constituição de políticas populares alternativas ao continuismo político prevalecente<sup>14</sup>.

"A função do aparelho policial é a de reprimir direta e violentamente a conduta e os atos chamados "anti-sociais" que consistem, na maior parte das vezes, em crimes contra o patrimônio. O objeto e a lógica da ação da polícia é retirar de circulação, conter, prender, o jovem autor de infração penal ou o simples perambulante"<sup>15</sup>.

A apreensão desses jovens perambulantes ou dos menores de conduta anti-social se faz sob o rótulo da "reeducação", eles devem ser encaminhados a instituições especializadas (triagens/internatos) que, ao realizar o estudo de caso, deve concluir por devolvê-lo a família ou interná-lo em instituições abertas, semi abertas ou fechadas de acordo com o seu grau de marginalidade.

Na prática, as instituições criadas para garantir o bem-estar do menor estão inseridas na estratégia de contenção e são utilizadas como instrumentos de controle promovendo a "criminalização seletiva" dos jovens que lhes são confiados. Tal conceito cunhado pelos juizes franceses, no final da década de 70, explica que a única criminalidade que aparece como perigosa é aquela onde se manifesta uma ruptura com a ideologia dominante, ou seja, o roubo de veículos por atentar contra a propriedade privada; o u-

so de tóxicos, pois atentará contra produtividade; a liberdade sexual às estruturas familiares; o vandalismo às leis de submissão... Ao contrário, todos os ilegalismos específicos praticados pela burguesia (acidentes de trabalho, crimes de colarinhos branco, etc.) que constituem uma maximização da lógica especulativa que caracteriza nossas relações sociais, não aparecem como sendo da mesma natureza dos primeiros. Sua repressão é simbólica ou inexistente<sup>16</sup>.

E finalmente, o controle do Estado também é exercido pelo Poder Judiciário. Alicerçado sobre um Código de Menores perpassado por uma concepção linear e funcionalista da sociedade brasileira, este poder legitima o internamento e mantém a inquestionabilidade de todo o sistema.

Embora aparentemente tenhamos nos desviado do assunto que vínhamos tratando é importante ressaltar o papel formal do Estado frente as crianças e jovens de baixa renda, pois é a estas mesmas crianças que se oferecem as perspectivas transformadoras de libertação pelo trabalho. Ao organizar engraxates, criar cooperativas de guardadores mirins, ou qualquer outra coisa que se queira inventar, joga-se um véu sobre a questão principal: estas crianças, diferentemente das outras são passíveis todo o tempo de sofrerem a intervenção dos agentes repressivos do Estado.

Ao analisarmos brevemente os conceitos de ressocialização e reeducação e o poder de intervenção do Estado, uma pergunta aparece súbita e constante: porque se torna possível esta ação, que modalidades de ação são executadas pelas diversas agências e que princípios norteiam esta



intervenção.

Esta política, ao se descentralizar se passando recursos a órgãos oficiais, entidades particulares e grupos autônomos possibilitou diversas formas de atuação (vide relatos).

Ao acompanharmos as experiências no campo, analisando seu histórico, seus objetivos e suas práticas, evidencia-se um fato incontestável: sob a proposta "Educação para e pelo Trabalho", desenvolvem-se as mais diversas modalidades de atendimento, existindo sempre um contingente de crianças e jovens "disponíveis" para testá-las: qualquer pessoa ou entidade, faz o que quer com a população infanto-juvenil de baixa renda brasileira (menores) avaliados pelo Estado e suas agências representativas do sistema oficial.

**CAPÍTULO V**  
**RELATO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS**

Retomando alguns pontos principais que constam dos capítulos anteriores, podemos já problematizar algumas questões.

A Política Social do Governo voltada para populações de baixa renda ganha especificidade quando trata do grupo menor de idade. Há uma política setorial, que assume um corpo doutrinado próprio – Política Nacional do Bem Estar do Menor – em 1964 com organismo nacional e que, essencialmente, conforme foi demonstrado por Luis Cavalieri Bazílio<sup>17</sup> e forjada na Escola Superior de Guerra.<sup>17</sup> Com as mudanças ocorridas na conjuntura nacional, substitui-se o discurso explicitamente controlador e autoritário por novas propostas e formas de atuação. Por outro lado, estas crianças e jovens que compõem um contingente de mão-de-obra utilizável de acordo com o processo de reprodução e acumulação do capital<sup>18</sup> tornam-se objeto desta política, uma vez fora da esfera do trabalho formal. Ao serem alvos da intervenção do Estado, ganham atributos constituídos historicamente que transformam uma situação social num problema moral e levado a extremos, constituem-se problema de segurança nacional<sup>19</sup>. Constroem-se sobre estes menores atributos "abandonado", "infrator", "em vias de marginalização", "meninos de rua", e os discursos da re-educação e re-socialização.

Ao reconhecer que o regime de confinamento é custoso e ineficaz e que as crianças e jovens já estão trabalhando, o atendimento toma a si novos conteúdos e se

volta para o binômio Educação e Trabalho. No entanto o papel do Estado e as relações sociais existentes no Brasil, transformam na prática estas propostas em trabalho e educação. Tentando sistematizar em três perspectivas estas abordagens a partir de seus aportes teóricos e, ideológicos, chegamos na perspectiva cuja abordagem prioriza a adequação do menor trabalhador ao trabalho; na perspectiva que prioriza a adequação do trabalho ao menor trabalhador era que estabelece a fusão entre o trabalho e o menor trabalhador<sup>20</sup>. Optamos neste momento por uma ida a campo e selecionamos alguns programas em execução que retratassem, (embora de forma não linear, pois esta sistematização foi um recurso teórico) as perspectivas já explicadas anteriormente no segundo capítulo.

Permanecemos nos locais por três dias e fizemos um "relato das experiências", nos quais procuramos traçar o que são e o que pretendem. Em relação ao Centro Salesiano de Belo Horizonte (CESAM) e Associação Adelino Carvalho (IPAMERI) de Goiás, utilizamos os relatos existentes na publicação EU PRECISO TRABALHAR<sup>21</sup> pois perfeitamente aos objetivos deste trabalho.

É importante notar que, as vezes, os aspectos se misturam na mesma obra e que os relatos apresentam maior ou menor quantidade de dados, dependendo da disponibilidade dos entrevistados, da existência ou não de material produzido pela própria obra e da situação que atravessavam quando de nossa ida a campo. Finalmente, uma evidência se comprova — eles estão trabalhando — e as intervenções estuda

das reforçam sem dúvida este fato. A questão das propostas "revolucionárias" ultrapassarem a função de controle inerente a este tipo de intervenção, será discutida na análise dos programas, especialmente nas obras que propõem a fusão trabalho/menor trabalhador. Apesar de termos visitado todos os projetos arrolados no quarto capítulo, que ilustram as três perspectivas, utilizamos apenas dois exemplos para cada perspectiva por considerarmos que seriam experiências representativas:

- a) Centro Salesiano do Menor - Belo Horizonte  
Associação Adelina de Carvalho - Ipameri -GO
- b) Pastoral de São Paulo - Capital  
Aldeia Juvenil - Goiás
- c) Escola Barão de Camargos - Ouro Preto/MG  
Casa das Crianças - Olinda/PE

---

Obs.: Estas experiências foram visitadas no período 85/86 não implicam do portanto hoje, nas situações relatadas.

## CENTRO SALESIANO DO MENOR: CESAM

## 1 - Histórico

A congregação Salesiana foi fundada por São João Bosco que dedicou sua vida à educação dos menores carentes que, no século passado, perambulavam pelas ruas da Itália. Hoje os Salesianos, além de estender suas atividades pedagógicas a outras camadas sociais, continuam com uma grande preocupação com os filhos das famílias mais pobres. Na conjuntura brasileira atual, as famílias pobres concentram-se geralmente nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos, onde os filhos passam a infância num meio-ambiente de pobreza e marginalização social.

Belo Horizonte é uma cidade com apenas 80 anos e, por isso, suas favelas são recentes e seus habitantes são principalmente famílias provenientes das áreas rurais e, assim, não acostumados ao ritmo e às complexidades da vida urbana. Há então, um sério problema não só de pobreza como também de adaptação cultural. Os menores que crescem neste meio-ambiente não têm acesso aos benefícios da educação formal e à experiência dela decorrente que poderia levá-los a uma futura integração social.

Por volta de 1972, a Inspeção São João Bosco, cuja província da congregação Salesiana abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e o Distrito Federal, interessou-se pela questão da vinculação do menor da favela com as oportunidades e recursos da área urbana. Revisando o seu sistema tradicional de patronatos, espalhados em áreas rurais e oferecendo uma

profissionalização predominante agrícola, surgiu a necessidade de oferecer uma experiência mais adequada para os menores provenientes das favelas urbanas. Procedeu-se, então, a um levantamento de organizações públicas e particulares que trabalhavam com o menor carente, não só em Belo Horizonte como em outros Estados tão distantes como São Paulo e Pará e, a procura de idéias que fossem úteis para adaptar à realidade (de Belo Horizonte) local.

Ao mesmo tempo, iniciou-se um esforço no sentido de adquirir maior conhecimento sobre as condições de vida cotidiano dos menores pobres, para que as alternativas propostas pudessem se ajustar à sua realidade. O irmão encarregado de desenvolver o projeto pela Inspetoria começou a frequentar a "Cabana do Pai Tomás", uma favela dentre as mais pobres de Belo Horizonte, integrando-se a uma equipe de padres que trabalhavam no local.

Nessa época, constatou-se haver uma organização em Belo Horizonte especializada na colocação de menores no mercado de trabalho, que contava com o apoio de órgãos públicos e retinha durante um, dois e às vezes três meses os salários dos menores, cobrando-lhes também outras taxas caracterizando-se por outros procedimentos similares.

Esta organização enfrentou graves denúncias da comunidade e chegou à falência.

Foi a partir deste momento que os Salesianos fundaram o Centro Salesiano do Menor e assim, a partir de 1973, dedicaram-se à tarefa de preparação e colocação do menor

carente no mercado de trabalho, o que fez através do programa "Vigilantes Mirins".

Segundo o esquema original, o CESAM providenciaria a preparação do menor para o trabalho, e seu acompanhamento durante o emprego. A empresa empregaria o menor.

Porém, quando em 1973 o CESAM começou a visitar as empresas para vender a idéia de que elas empregassem menores com carteiras devidamente assinadas, nenhuma das 62 firmas abordadas aceitou-a, recusaram-se a manter um vínculo direto com o menor, pois havia relutância em assumir as responsabilidades administrativas e jurídicas implícitas numa relação direta de emprego. O problema principal era uma marcada falta de confiança quanto à sua própria capacidade de relacionar-se com o menor carente, além do temor de um aumento das despesas com supervisão e do risco de processo na Justiça. Aceitariam o rapaz trabalhar nos seus escritórios, mas recusavam-se a manter vínculo empregatício com eles.

Enfrentando tão completa rejeição ao seu propósito inicial, o CESAM reformulou suas linhas para colocar-se ele mesmo na posição de empregador do menor, assumindo todas as responsabilidades legais e colocando o menor funcionário nas empresas sob um convênio de prestação de serviços. Assim, o CESAM deixou de ser uma entidade pedagógica unicamente de preparação e acompanhamento, e passou a ser também estruturada como empresa se propondo a empregar menores. Desta forma, criava oportunidades de emprego através de sua capacidade de concorrer no mercado



como uma eficiente prestadora de serviços. O Programa adotou o nome de "Vigilante Mirim" e começou a funcionar em maio de 1973, com 50 menores colocados junto a 17 firmas.

Em 1973, a lei ainda fixava salários mínimos para menores a níveis mais baixos do que o salário mínimo do adulto, sendo de 50% do valor do salário mínimo de adulto para o menor com menos de 14 anos de idade e 75% para o menor de 14-16 anos. Em 1974, porém, a legislação trabalhista foi modificada, revogando a discriminação salarial e equiparando o salário do menor ao salário mínimo do adulto. Houve então a necessidade de refazer os convênios para ajustá-los às novas diretrizes. O CESAM viu-se de repente numa grave situação, pois havia dúvidas quanto à disposição das empresas em aceitar um aumento brusco nos salários dos Vigilantes Mirins.

Contando com as possibilidades mais pessimistas, o CESAM reuniu os então 78 menores na Obra, juntamente com seus familiares, para explicar a situação e pedir que os Vigilantes Mirins assinassem cartas de aviso prévio, caso as empresas disstissem de assinar novos convênios com o CESAM. A seguir, os Salesianos visitaram 26 firmas conveniadas, onde se reuniram com os gerentes e outros responsáveis para debater o futuro do Programa.

Houve uma grande surpresa. Das 26 empresas, apenas duas não aceitaram a renovação dos contratos de trabalho dos menores com base na nova lei trabalhista. Segundo o pessoal do CESAM, as duas firmas que desistiram deixaram claro que não se tratava de discordância e sim, de

dificuldades econômicas; simplesmente não tinham condições para arcar com o aumento dos custos. A partir desta experiência o CESAM praticamente não encontrou problemas para colocar o menor no mercado de trabalho de Belo Horizonte, recebendo o salário mínimo.

Com o êxito da experiência inicial em Belo Horizonte, o CESAM iniciou obras semelhantes em Brasília e Goiânia. Nestas cidades, porém, sempre tem encontrado uma disponibilidade muito menor por parte das empresas em aceitar o Vigilante Mirim. Especula-se no CESAM que, no caso de Belo Horizonte, durante um ano de salários mais baixos, as empresas perceberam que o trabalho dos Vigilantes era suficientemente produtivo e por isso valia a pena mantê-lo mesmo a custos significativamente mais altos. Segundo um gerente de um banco conveniado, o menor que faz bom serviço, ganhando salário mínimo, vale muito mais para o banco do que outro que produza menos, mesmo percebendo a metade.

A Ordem Salesiana ficou impressionada com o trabalho do CESAM e em 1978 o irmão direto da Obra foi chamado a Roma para apresentar o trabalho em uma reunião da Congregação Mundial, onde parece ter sido muito bem recebido, pois outras experiências semelhantes já vêm sendo realizadas em diversas partes do mundo.

O Programa cresceu paulatinamente até chegar a integrar aproximadamente 1.000 menores e 270 firmas conveniadas. No momento, não há pretensão de continuar a ex -

pandir-se, pois considera-se já ter sido atingido o limite dentro do qual é viável uma boa administração. Acredita-se, entretanto, que Belo Horizonte poderia acomodar-se, sem problemas, cinco obras deste tipo e porte. Em agosto de 1982, o CESAM deu início a um trabalho de implantação de uma experiência em Niterói, no Estado do Rio.

Refletindo sempre a significação e qualidade do seu trabalho, o CESAM começou em setembro de 1982 uma revisão geral da Obra inteira. Reunindo funcionários, voluntários, representantes comunitários e outros elementos diversos, partiu à procura de novas idéias e caminhos para melhorar os serviços de empregos já oferecidos ao menor carente.

## 2. CESAM - BELO HORIZONTE

### 2.1 Situação Atual

### 2.2 Objetivos e Finalidades

A primeira grande meta do CESAM é dar empregos aos menores das populações carentes de Belo Horizonte, oriundas principalmente de favelas e áreas suburbanas.

Esse objetivo, é estratégico para a realização de outro objetivo, mais abrangente e anterior a este. Promover social, econômica e culturalmente as famílias pobres — principalmente migrantes — que habitam a periferia de Belo Horizonte. Essa população, oriunda em sua maioria de meio rural, padece na cidade de imensas carências e encontra-se marginalizada das possibilidades de sobrevi

vência mais satisfatórias oferecidas pelos centros urbanos. Assim, quando atende o menor, oferecendo-se emprego (trabalho assalariado) e ensinando-lhe a comportar-se adequadamente na situação de trabalho, o CESAM objetiva o ferecer a estas famílias meios alternativos de integração social, através do papel socializador do menor.

Através dos encontros formais sistemáticos com os menores e suas famílias, o CESAM se propõe também a desenvolver nesta população uma consciência crítica e espírito comunitário necessários para a superação de suas dificuldades. A partir da formação destes novos valores, o CESAM visa promover não somente as pessoas como também os bairros onde residem e para os quais é canalizada grande parte da renda produzida pelos menores.

### 2.3 Clientela

O CESAM trabalha com menores carentes de Belo Horizonte, na faixa etária de 13 a 18 anos, do sexo masculino.

Em sua grande maioria os meninos procuram o serviço porque conhecem um vizinho ou têm um amigo que é ou já foi "Vigilante". Isto é um indicador da penetração deste trabalho na comunidade, notadamente na favela "Cabana do Pai Tomás" de onde provém cerca de 70% dos menores atendidos.

A seleção atende basicamente ao critério de pobreza a partir dos dados colhidos em entrevistas e visitas domiciliares, levando-se também em consideração o estado

de saúde dos membros da família, tendo em vista privilegiar os mais necessitados.

Outro aspecto considerado como condição "sine qua non" para admissão no programa é a motivação apresentada pelo menor para participar dele. É de vital importância que o menino demonstre interesse autêntico em se tornar em Vigilante Mirim, isto é, um trabalhador.

Desta forma, a população atendida pelo CESAM se constitui de menores que enfrentam sérios problemas de ordem sócio-econômica e estão firmemente dispostos a resolvê-los através da renda gerada pelo trabalho assalariado.

Apesar da faixa etária estender-se dos 13 a 18 anos, a preferência é para menores entre 14 a 15 anos, havendo o limite de 16 anos para ingresso. Estes critérios têm por base uma idade e um momento na vida destes garotos em que falta um apoio financeiro para poder continuar seus estudos, quando a ociosidade pode levá-los a atividades perigosas por um lado, e por outro, à necessidade de um tempo mínimo considerado necessário para que o menor e sua família possam adaptar-se à vida de trabalho e absorver novos valores e novas formas de lidar com seus conflitos e relacionamentos. Ao completar 18 anos, o desligamento é automático.

## 2.4 Programa

### Atividades de Trabalho

No mercado de trabalho, o CESAM cumpre a função

de uma empresa de prestação de serviços. Embora supervisionados pela empresa onde prestam serviços, os menores são funcionários do CESAM, de quem recebem o salário.

A estratégia de concorrência no mercado de trabalho utilizada pelo CESAM baseia-se na oferta de funcionários com excelente desempenho (os menores) a custos reduzidos para as empresas. O CESAM faz questão de observar a legislação que regulamenta o trabalho do menor colocando-o nas empresas sempre com contrato, carteira assinada, salário mínimo, podendo gozar dos direitos trabalhistas.

O Programa considera que, no mercado de trabalho de uma cidade desenvolvida como Belo Horizonte, uma boa reputação conquistada pela competência, um desempenho confiável e eficiente, tornam possível a colocação de menores no trabalho recebendo o salário mínimo integral. Esta abordagem parece acertada pois atualmente, dez anos após a sua fundação, o CESAM tem cerca de mil menores trabalhando em aproximadamente 270 firmas de vários tipos, a grande maioria em bancos, escritórios e supermercados.

Manter e expandir sua participação no mercado são dos grandes desafios que o CESAM enfrenta. Para fazer face a estes desafios tem que desenvolver uma clientela de firmas que se interessem por convênios referentes à colocação de menores, sendo ainda necessário manter um alto grau de qualidade no desempenho destes menores em serviços.

A obtenção de novos convênios geralmente se dá através das firmas já conveniadas. É comum a gerência de um escritório receber meninos uniformizados do CESAM fazendo entregas, trazendo documentos. Bem impressionados, eles procuram o CESAM interessados em utilizar seus serviços também. Por outro lado, a equipe do CESAM seleciona firmas que operem linhas de negócio apropriadas para o tipo de serviços que oferecem e que estejam dispostas a participarem destes trabalhos pelo menos como uma "participação" e não como um ato de caridade ou misericórdia. Mas o fator predominante na venda de serviços do CESAM é, sem dúvida, a sua reputação entre gerentes e empresários como fonte eficaz e confiável deste tipo de serviço.

O programa consegue manter um alto grau de qualidade no serviço dos seus funcionários não só devido a um bom treinamento preparatório, já descrito, mas também por um rigoroso sistema de acompanhamento. Pessoal especializado do CESAM faz visitas semanais aos locais de trabalho mantendo contato com os meninos, supervisores e outros funcionários responsáveis pela firma com o propósito de evitar ou solucionar mal-entendidos e outros problemas entre a firma e os meninos trabalhadores. Tanto o CESAM como as empresas destacam a importância desta função de intermediação para a manutenção de boas relações e um alto grau de desempenho pelos menores.

Em casos de faltas por problemas familiares, por exemplo, o CESAM intervém conversando com o menor, abordando o problema na família, esclarecendo a situação ao

supervisor e resolvendo o problema para que o rapaz volte a comparecer e continue no trabalho como um bom funcionário.

O acompanhamento sistemático tem também a função de identificar e resolver problemas de adaptação do menor a certos tipos de trabalho, o que sucede com frequência. Havendo desentendimento sério com a chefia ou a rotina do trabalho, o menor é imediatamente devolvido ao CESAM e substituído por outro na firma. Ao mesmo tempo o CESAM também atua no sentido de identificar maiores detalhes do desentendimento junto ao menor, assim como as suas necessidades, aconselhando-o quando necessário e procurando um local de trabalho mais adequado ao caso. Pode acontecer de serem necessárias duas ou três mudanças de firma até que o menor fique bem entrosado.

Os insucessos na colocação no trabalho decorrem por um lado da inexperiência do menor que dificulta sua adaptação mas por outro lado, resultam também de problemas oriundos das empresas. Uma das causas mais comuns de atritos entre supervisores e menores por exemplo, consiste no fato de que estes passam a receber ordens de vários elementos da firma, o que gera confusões e conflitos de orientações. Outra causa a ser apontada é a falta de experiência de alguns supervisores em trabalhar com menores, pois desconhecem os métodos mais eficazes de dirigir o trabalho do adolescente. Estas dificuldades são encontradas especialmente nos setores dos supermercados e copiadoras. Nestes casos, o acompanhamento do CESAM orienta o supervi



sor quanto às necessidades dos menores, procurando as mudanças necessárias para resolver o problema. Assim, este acompanhamento, por considerar os interesses das duas partes, torna-se agente de estabilidade e êxito no trabalho.

O CESAM considera que, para os menores ainda não acostumados à vida de trabalho numa empresa, é mais conveniente colocá-los em serviços onde haja menos exigência de escolaridade, supervisão não muito rigorosa e trabalho requerendo mais aptidão física. A melhor opção para o principiante, é então, o supermercado que satisfaz estas condições, para onde são encaminhados, portanto, os novos integrantes do Programa por um período inicial de até um ano. Após este período, são geralmente colocados em locais onde possam desenvolver outros tipos de trabalho e possam ter mais oportunidade de absorção e promoção. Esta inserção no mundo do trabalho através de etapas tem sido especialmente eficaz, segundo o CESAM, para os menores das famílias mais pobres e provenientes do interior. Às vezes o menino não consegue adaptar-se a tipo algum de trabalho ou envolve-se em faltas graves. Em tais situações, quando nem através do acompanhamento consegue-se resultados positivos, o menor poderá ser demitido mesmo do CESAM. Mas acontece também, por vezes, de funcionários das empresas resguardarem o menino de intervenções ou punições tão definitivas. A equipe do CESAM acredita que ao ajudar o menino a adaptar-se ao trabalho, esbarra-se em dois tipos de obstáculo: o paternalismo que o protege demais e a insensibilidade e falta de interesse por ele. Para o CESAM é importante que o trabalho executado pelo

menor esteja de acordo com a realidade, sem interferências artificiais.

A importância do acompanhamento realizado pelo CESAM ficou demonstrada quando decidiu-se, por julgar que era uma exigência a mais do CESAM, eliminar o acompanhamento através destas reuniões, julgando-se suficiente a supervisão das empresas. Como consequência, registrou-se um aumento expressivo do número de demissões e devolução de menores pelas empresas, que pediram a restauração do serviço de acompanhamento, pois, na falta dele, deparam-se com maiores problemas nas relações com os menores. Uma tentativa semelhante no Programa do CESAM em Goiânia conduziu aos mesmos resultados. Por isso, a equipe destaca o sistema de acompanhamento como absolutamente imprescindível para conseguir um bom índice de êxito, enfatizando que o sistema abrange também a família do menor. O contato com as famílias, através das visitas domiciliares e das reuniões dominicais, assegura para o menor a compreensão e o apoio familiar necessários para mantê-lo em seu trabalho.

A partir de sua experiência, o CESAM aponta como requisito indispensável para efetuar um bom trabalho de acompanhamento a capacidade de abordar os conflitos com muita habilidade e diplomacia, pois é preciso convencer sem ameaçar, ser aceito como amigo tanto pelos menores como pela empresa. Os menores não devem vê-lo como um chefe, a firma não deve vê-lo como um fiscal. Ele deve desempenhar o papel de um verdadeiro intermediário, compreendendo as perspectivas e necessidades de ambas as partes sem tomar partidos. Mas existe um limite na ação do funcionário que

faz este acompanhamento, além de que dispõe de um tempo limitado para cada empresa. Por isso, o CESAM considera importante fazer convênios só com empresas que apresentem condições e interesse genuíno em trabalhar com o menor e com a Obra.

### O Processo Educativo

Chegar a ser Vigilante Mirim é tarefa que depende essencialmente do menor, já que seu interesse em chegar até o CESAM é condição indispensável para poder ser admitido como postulante a seus cursos. Após esse primeiro contato — há que enfatizar que nenhum menor que chega até o CESAM sai dele sem ter sido bem recebido e com todas as informações que solicitou — o menor se inscreve como candidato ao Programa, preenchendo uma ficha com dados pessoais e familiares. Esta inscrição tem data pré-determinada para acontecer e sempre ocorre que o número de candidatos é muito superior às vagas oferecidas. Há que selecionar e os critérios adotados são os da pobreza e suas consequências sobre a dinâmica familiar — dados que são verificados "in loco" por voluntários que, num prazo entre 7 e 15 dias após a inscrição, visitam as casas dos candidatos.

É interessante apontar que mais de 80% desses menores já trabalhavam anteriormente, de forma assistemática

e sem qualquer tipo de proteção, nas ruas de Belo Horizonte — onde permaneciam dias inteiros. No entanto, apesar de acostumados a trabalhar, esses menores jamais haviam se submetido a uma situação de trabalho sistemático e estruturado, tendo, portanto, dificuldades em se adequar a algumas vezes a este programa, que passa a exigir horários, etc. É por esta razão que a principal atenção do CESAM se centra nos aspectos atitudinais e no acompanhamento dos menores.

A avaliação é realizada através de testes. Quando realizados os menores passam então a ser chamados de Vigilantes Mirins. Tais testes não têm finalidade de exclusão dos menos capacitados, mas de orientação no encaminhamento aos diversos setores de trabalho, mediante contato realizado entre empresa e a inspetoria São João Bosco, cabendo a esta, a responsabilidade quanto às obrigações sociais e trabalhistas. Dessa forma o Vigilante Mirim trabalha para uma empresa ou firma determinada, sendo, no entanto, funcionário da Inspeção.

Já nestes primeiros contatos inicia-se o trabalho educativo do CESAM, visando o estreitamento dos laços com as famílias dos menores. A promoção social das famílias e de seus locais de moradia (geralmente favelas e áreas suburbanas) são também objetivos do CESAM — viabilizados através dos menores. Nesse sentido, o Programa do CESAM tem presente uma grande preocupação com as populações migrantes, deslocadas de seu habitat de origem e marginalizadas não só econômica como também culturalmente.

Para fazer frente a essa situação, o CESAM acredita que integrando um menor dessa família no mercado de trabalho urbano estaria minimizando os efeitos dessa marginalização, abrindo canais alternativos de integração social.

Uma vez selecionados, os menores mais necessitados são integrados em cursos profissionalizantes intensivos, com duração de um mês, ministrados por Professor do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) – organismo com o qual o CESAM possui convênio.

Estes cursos visam uma preparação imediata no sentido de integrar os menores – em tempo curtíssimo – no mercado de trabalho. Para tal, mais do que conteúdos, os referidos cursos centram suas atenções nos aspectos atitudinais e comportamentais do menor (hábitos e atitudes). Como não se propõe, segundo suas próprias definições, a ser uma "agência de empregos, mas um instrumento de promoção humana", o CESAM não se empenha na formação de mão-de-obra qualificada, mas sim, na formação de uma mão-de-obra que satisfaça de maneira mais efetiva às demandas do mercado de trabalho, essencialmente na área de serviços. "O curso visa o amadurecimento do menor para uma vida de maior responsabilidade, de honestidade, de perseverança no trabalho, dedicação, seriedade e maturidade. É um esforço para prepará-lo para a vida".

Nesse momento o processo educativo desempenhado pelo CESAM amplia-se, já que este apenas se inicia em seus cursos preparatórios. Quando já trabalhando nas empresas

este processo continua a acontecer através do acompanhamento, entrosamento e reuniões sistemáticas realizadas entre membros do CESAM, empresa empregadora e menores. Nesse momento, as dificuldades são trabalhadas para prevenir dis -  
funções mais graves na situação de trabalho. Existem tam-  
bém reuniões mensais dos Vigilantes no Colégio Salesiano para avaliação do desempenho no trabalho, na escola e para atividades de lazer. E ainda para estreitar os laços com as famílias, acontecem reuniões mensais no Colégio Salesiano para discussão de temas previamente fixados pelos sale-  
sianos junto com os voluntários visando o aprofundamento do conhecimento sobre questões como noções religiosas, o significado das datas cívicas, noções sobre dinâmica do relacionamento familiar e os fatos importantes que se vive no momento, como eleições, greves, Natal, carnaval, etc. A presença dos Vigilantes e de seus pais a essas reuniões é controlada, podendo o menor ser punido até mesmo com a saída do emprego se faltar várias vezes sem justificativa a essa reuniões, já que este contato é considerado imprescindível para o êxito do Programa.

Todos esses elementos são aspectos constitutivos da estratégia educacional de preparar esses menores para a vida.

#### Serviços Assistenciais

O CESAM, através de suas atividades, não se res-  
tringe à simples preparação e encaminhamento ao trabalho, como também realiza o acompanhamento dos menores nas empreu

sas e nas áreas de origens (domicílio) a fim de melhor colaborarem com o desenvolvimento bio-psicossocial dos mesmos e de suas famílias.

O CESAM mantém em suas instalações uma equipe à disposição dos menores Vigilantes Mirins, no horário de 7:30hs às 10:00hs de domingo a domingo, tendo em vista possibilitar aos menores apresentar seus problemas junto às empresas. Para tal, possui uma programação de suas (2)reuniões mensais, uma para os menores - Vigilantes Mirins - e outra com os pais e responsáveis, com a finalidade de discutir os seus problemas de relacionamento e adaptação.

Além disso, o Serviço Assistencial da Congregação dos Salesianos proporciona o exame médico indispensável para o menor ter acesso às atividades na piscina; após os exames os aptos recebem carteira de identificação, incluindo retrato.

Existe também um consultório dentário, que foi montado com a colaboração financeira dos Salesianos dos Estados Unidos da América, possuindo moderna aparelhagem de Raio X, a serviço destes menores.

Note-se que, a manutenção desse consultório dentário está a cargo de benfeitores através de contribuições mensais. O Vigilante Mirim, beneficiado dos serviços deste setor, paga 5% sobre o total do orçamento do trabalho executado.

O CESAM também presta atendimento na área de saúde para os menores e seus familiares, através do encami-

nhamento dos mesmos realizado por voluntários para sistema de serviços de saúde tanto na área particular quanto oficial. Para aqueles que já se desenvolveram e que precisam de uma melhor preparação profissional existe uma escola de datilografia, oferta dos Salesianos da Alemanha, que funciona no CESAM com a participação do SENAC.

## 2.4 Estrutura

### Organizacional

O programa dos Vigilantes Mirins constitui-se como uma obra do Centro Salesiano do Menor (CESAM), Departamento da Inspeção São João Bosco, que é a entidade registrada e responsável. O CESAM desenvolve o seu programa em todos os estados que são abrangidos pela Inspeção tendo atualmente atividades não só em Minas Gerais, como também em Goiás, Brasília e Rio de Janeiro. O CESAM tem como Diretor um irmão Salesiano, que responde pelo seu trabalho junto à Inspeção, e que orienta o trabalho do Centro nos vários estados. Em cada lugar existe também alguém que supervisiona as atividades cotidianas, sendo que em Belo Horizonte — por razões de proximidade física — o diretor do CESAM desempenha os dois papéis.

O CESAM tem 8 funcionários pagos, mais 3 salesianos, um professor do SENAC e um responsável pela gerência do programa de tempo integral. Em funções de apoio também participam aproximadamente 50 voluntários de tempo parcial.



## 2.5 Recursos

### a) Financeiros e Materiais

Em Belo Horizonte, o CESAM serve como exemplo de uma obra auto-sustentável, no sentido de não depender de verbas diretas do governo para desenvolver a sua programação. Porém, no seu estabelecimento, recebeu dos Salesianos um forte apoio patrimonial e para cobrir as despesas correntes e concorrer no mercado, aproveita do governo subsídios indiretos na forma de isenções e estímulos permitidos por lei a entidades filantrópicas.

Desde seu início, a Obra sempre gozou da estrutura de recursos (como instalações, estrutura de administração e contabilidade, assessoria jurídica, serviços financeiros, técnicos, etc.) da congregação Salesiana. A ajuda patrimonial foi especialmente significativa, pois o CESAM está sediado em excelentes instalações ligadas a um grande colégio equipado com piscina, campo de futebol, e outros espaços disponíveis aos domingos para os Vigilantes Mirins. Fora das despesas de conservação, o CESAM recebe de graça o uso de suas instalações, compostas principalmente de escritórios e uma sala de aula.

Para manter-se, o Programa de Vigilantes Mirim tem que concorrer no mercado de prestação de serviços, o que requer uma estreita contenção de despesas, pois é necessário oferecer às firmas conveniadas não só um excelente desempenho no serviço, como também algumas vantagens financeiras. A possibilidade de colocar um Vigilante Mirim na empresa por menor custo que um funcionário diretamente

empregado, é uma chave essencial do êxito da Obra. Consegue-se esta vantagem de custos através de um hábil aproveitamento da legislação dando preferência às obras sociais afixados aos salários (veja tabela em anexo). Enquanto a empresa é obrigada por lei a pagar encargos sociais de aproximadamente 64% sobre o salário mínimo de funcionários diretos, o CESAM, por ser entidade filantrópica e de utilidade pública, paga muito menos. A poupança permite que o CESAM cobre, acima do salário do Vigilante Mirim, uma taxa de serviço de 30% mais o 13º salário. Esta taxa, junto com o direito de ficar com o Fundo de Garantia para investir em cadernetas de poupança ou outras fontes de renda é suficiente, dizem os administradores da obra, para pagar as despesas da mesma e deixar à empresa conveniada uma vantagem de custos de aproximadamente 20%.

Neste arranjo, o Vigilante Mirim não abre mão de qualquer direito ou serviço, tendo os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários atribuídos aos funcionários empregados diretamente pela empresa. Quem perde são, principalmente, os vários fundos do governo mantidos pelos encargos sociais sobre salários (INPS, SENAC, SENAI, etc.). A isenção de pagar a contribuição do empregado ao INPS foi parar a contribuição do empregado ao INPS foi extinta em 1976, só se permitindo a continuação desse procedimento para aquelas entidades que já faziam uso dela antes daquela data; não há novas inscrições, o que dá ao CESAM uma vantagem parcial que não seria possível a entidades novas. Cumpre esclarecer que o CESAM, efetivamente, satisfaz os

objetivos preceituados por essa legislação já que atende as famílias mais carentes de Belo Horizonte.

b) Humanos

O trabalho com os "Vigilantes Mirins" da Inspeção São João Bosco de Belo Horizonte conta com uma equipe integrada por padres e irmãos salesianos, além de elementos da Comunidade que prestam trabalho como voluntários. Entre funcionários administrativos e da limpeza e manutenção há 12 elementos, incluindo-se uma dentista, que são remunerados pela Inspeção São João Bosco. O SENAC também colabora com recursos humanos oferecendo os instrutores dos cursos profissionalizantes.

Mas a base do trabalho junto aos "Vigilantes Mirins" é o voluntariado. Os voluntários, geralmente ex-alunos do Colégio Salesiano, juntamente com as assistentes sociais, fazem as visitas domiciliares necessárias para a seleção, dirigem as reuniões de pais e dos Vigilantes realizadas aos domingos, coordenam os grupos (animador do grupo) e fazem também o trabalho de rua (os encontros informais e fortuitos nos ambientes frequentados habitualmente pelos menores) visando um aprofundamento do relacionamento que trará maior eficácia ao trabalho de orientação. Estas são as atividades geralmente desenvolvidas pelos voluntários mas, evidentemente cada um desempenha algumas destas, dentro de suas possibilidades.

Fica bem claro que esta iniciativa é economicamente viável por contar com os recursos da Inspeção pa-

ra pagamento de pessoal técnico e administrativo e com uma parcela bastante significativa de trabalho voluntário. Parece haver, entretanto, flexibilidade para contratação se constatada a necessidade para o bom desenvolvimento do trabalho. Esse foi o caso, por exemplo, de um funcionário, inicialmente voluntário e posteriormente contratado, pois sua atuação junto ao CESAM passou a exigir uma dedicação cada vez maior. Atualmente ele é elemento de contato entre o Vigilante e a empresa que atua intermediário, prevenindo consequências decorrentes de problemas de relacionamento.

Os cooperadores e voluntários do CESAM são pessoas genuinamente interessadas e com disponibilidade para desenvolver um trabalho voltado para as necessidades do menor, pois o Programa tem como critério não trabalhar com pessoas que se voluntariam para resolver seus problemas pessoais. Estes voluntários são pessoas mobilizadas por motivação de ordem humanística e religiosa.

### 3. Resultados

#### 3.1 A nível do Menor e da Família

A facilidade de colocação no mercado de trabalho dos Vigilantes, por ocasião de seu desligamento ao completarem 18 anos é a maior evidência dos resultados deste Programa. A avaliação sempre positiva do desempenho dos menores efetuada pelas firmas que utilizam sua mão-de-obra, ratifica a conclusão de que a participação no grupo Vigilantes Mirins prepara o jovem para o mundo do trabalho.

lho dentro das exigências feitas pela nossa sociedade.

A origem destes resultados começa no processo de seleção empregada pelo CESAM que só permite ingressarem no Programa os menores realmente interessados. O acompanhamento feito durante o período de permanência (que será de pelo menos 2 anos, pois a idade limite para ingresso é de 16 anos) vai contribuir para que o rapaz realize a adaptação necessária no que diz respeito a todos os aspectos da vida de trabalho numa empresa como: relações interpessoais, hábitos higiênicos, conhecimento da legislação trabalhista, etc. Além disso, pelo fato de colocar estes menores em contato com outros grupos sociais, através do emprego que lhes é oferecido, o CESAM abre perspectivas de ampliar suas chances de colocação no mercado de trabalho. Tal é o caso de um grande número de meninos que trabalham na Caixa Econômica, por exemplo, e que conseguem trabalho, após o desligamento, através da clientela da Caixa Econômica de quem se tornaram conhecidos.

Desta forma, oferecendo oportunidades aos que realmente pretendem aproveitá-la, ajudando-os a superar as dificuldades inerentes à sua condição sócio-cultural e abrindo perspectivas, o CESAM atinge seus objetivos, promovendo o menor carente e resgatando-o da marginalidade.

Observa-se que a ênfase do trabalho com os menores é no sentido da redução dos conflitos empregador-empregado. A maioria dos empresários aponta a intermediação do CESAM como a principal responsável pelo sucesso al

cançado pelo Programa.

A nível da família, os resultados obtidos não se restringem a um acréscimo de renda no orçamento familiar (e em muitos casos também o acesso aos benefícios da Previdência Social). Durante a permanência do menor no CESAM, a sua família recebe orientação no sentido de ajudá-la quanto aos problemas de relacionamento que iriam se refletir necessariamente no comportamento do Vigilante. Esta orientação, que se efetiva tanto nos encontros mensais sistemáticos como por ocasião de alguma necessidade específica, parece ser ao mesmo tempo uma das causas do êxito obtido e uma consequência da inserção do menor no Programa.

Assim, através do atendimento ao menor, o Programa atinge também sua família procurando promover uma melhor integração e relacionamento entre seus membros. É por considerar estes aspectos como da maior importância que o comparecimento às reuniões de orientação é obrigatório tanto para o menor como para sua família. Além disso, há a oportunidade para uso da área de lazer do Colégio Salesiano colocado à disposição das famílias todos os domingos.

Quanto ao número de menores atendidos, o Programa tem hoje no seu quadro cerca de mil menores, não havendo interesse em estender este atendimento a um número maior pois a massificação traria consequências negativas. Esta limitação que se dá, não em função de uma incapacidade de absorção do mercado, mas a partir de um posicionamento que

visa a qualidade do trabalho desenvolvido junto aos menores, é um indicador marcante da imagem formada junto às empresas e aos meninos que desejam tornar-se também Vigilante. Mas, além disso, tal situação fala em nome do sucesso alcançado pelo Programa na obtenção dos resultados pretendidos.

### 3.2 Econômicos e Sociais

Desde a sua fundação em 1973, o CESAM de Belo Horizonte empregou quase 8.000 menores que ficaram como Vigilantes Mirins uma média de aproximadamente três anos.

A partir de 1975, todos passaram a ganhar o salário mínimo (descontando-se a contribuição do funcionário para o INPS), 13º salário e férias (que são pagas pelo CESAM através de reembolso pela empresa). O Vigilante Mirim goza de todos os direitos trabalhistas num emprego onde é acompanhado por uma entidade que se preocupa com a sua proteção e está pronta para ajudá-lo em situações difíceis. A renda deste emprego, em quase todos os casos, destinou-se às famílias das camadas sociais mais pobres, especialmente da favela "Cabana do Pai Tomás".

Estes dados, entretanto, levantam uma questão fundamental: o CESAM, em alguma medida, cria empregos novos ou apenas troca um outro funcionário por um Vigilante?

Naturalmente, o fenômeno de troca existe, mas mesmo nesta troca as finalidades sociais podem ser atendidas. Pode-se citar o exemplo de um banco que mantém dois

programas para emprego de menores (todos com carteira assinada): o mais antigo existe para dar oportunidades aos filhos dos funcionários do banco, que são provenientes principalmente da classe média; o mais novo é o dos Vigilantes Mirins, servindo a uma população de baixa renda. Quando o CESAM firmou convênio com o banco, os Vigilantes Mirins constituíam apenas 20% dos menores empregados; agora já perfazem 80% deste contingente, tendo se reduzido a 20% a participação dos filhos dos funcionários, o que representa um significativo redirecionamento destes empregos para as famílias carentes. O gerente responsável pelo programa indica que, pelos custos reduzidos e o bom desempenho dos Vigilantes Mirins, o banco emprega preferencialmente a mão-de-obra do CESAM.

O sistema de locação de mão-de-obra do CESAM possibilita às empresas muitas vantagens nos custos operacionais tais como a redução dos gastos com a rotatividade de mão-de-obra e afastamento por licença do INAMPS, pois quando o Vigilante Mirim não se adapta ao serviço ou fica doente é substituído por outro sem encargos para a empresa. Além disso, à medida que aumenta a proporção de funcionários do CESAM reduzem-se os custos de contabilidade e setor de pessoal.

Neste banco, a gerência geral acaba de fazer um estudo do desempenho dos 38 ex-Vigilante Mirins absorvidos pela empresa. Verificou-se que, em todos os casos, os ex-Vigilantes tiveram um desempenho acima da média dos funcionários, sendo que alguns deles encontravam-se entre os



mais destacados. Como resultado deste estudo e do fato de o governo estadual ser o acionista majoritário do banco, decidiu-se integrar o banco mais 24 Vigilantes até o final de 1982. Como os ex-Vigilantes já absorvidos ocupam cargos de responsabilidade, inclusive de coordenação e supervisão, considera-se provável que as finalidades de promoção social estão sendo, de alguma forma, atendidas. Porém, um estudo sistemático sobre o que aconteceu com os ex-Vigilantes seria necessário para definir os efeitos de promoção social. Devido ao porte e desempenho desta Obra, tal estudo poderia ser de grande utilidade, não só para o CESAM como também para outras entidades interessadas em montar um programa deste tipo.

Análise:

### "EU SOU BOY"...

Quando da leitura do relato sobre a experiência dos salesianos em Belo Horizonte voltada especificamente para meninos oriundos da periferia, algumas das questões levantadas anteriormente começam a tomar forma concreta.

A proposta da obra, mediante a utilização do critério seletivo da pobreza e da motivação do mesmo em se tornar "trabalhador", referenda-se na perspectiva de a dequação do menor ao trabalho e de oferecer às famílias meios alternativos de integração social, através do papel socializador do menor. A questão da promoção social permeia todas as ações desenvolvidas com as crianças e suas famílias. A intenção, ao privilegiar-se a faixa etária de

14, 15 anos, tem como fim último dar apoio financeiro e assistencial em momento considerado perigoso (adolescência) e conflitado.

O trabalho oferecido se dá na esfera de prestação de serviços, que é a função do CESAM no mercado de trabalho. A forma encontrada de vencer a concorrência é simples: o CESAM oferece funcionários com excelente desempenho (os menores) a custo reduzido para as empresas. Pelo sistema de convênios com as empresas, os menores são funcionários do CESAM, de quem recebem salário. A legislação trabalhista é respeitada; o menino é colocado com contrato, carteira assinada e salário mínimo. Ao completar 18 anos sai automaticamente do programa e por consequente do emprego, embora o fato de terem pertencido ao CESAM lhes garanta colocação imediata.

Podemos entender que isto aconteça pelas finalidades educativas do CESAM: a ênfase do trabalho com os menores é no sentido da redução dos conflitos empregador / empregado. A boa reputação do CESAM conquistada pelo desempenho confiável e eficiente, garante a colocação de mil menores hoje, em 270 firmas: bancos, escritórios e supermercados.

Por outro lado o sistema de locação de mão-de-obra do CESAM possibilita às empresas muitas vantagens nos custos operacionais tais como a redução dos gastos com a rotatividade de mão-de-obra e afastamento por licença do INAMPS, pois quando o vigilante-mirim fica doente ou não se adapta é substituído por outro. Além disso reduz-se

os custos de contabilidade e setor de pessoal.

Pelo relato em anexo, no item Processo Educativo pode-se perceber que a ênfase da obra se dá nos aspectos atitudinais. Embora se promova os estudos formais, a gentileza, boa aparência, presteza e obediência são características indispensáveis ao vigilante-mirim. Estas crianças, cuja pobreza aliada a forte motivação de ser Vigilante, ingressam no mundo do trabalho formal com a perspectiva básica de se adaptarem as regras do jogo e se considerarem privilegiados por terem conseguido. Do ponto de vista social é louvável, pois foram arrancados do "perigo da marginalidade" (todos de alguma forma já trabalhavam as sistematicamente) e contribuíram para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

A ausência de um processo educativo que garanta a apropriação dos conteúdos críticos sobre o mundo do trabalho e suas contradições aliado ao baixo custo contábil, legítima, pelo ponto de vista do empregador, o sucesso deste programa (vide pg. 88).

## ASSOCIAÇÃO ADELINO DE CARVALHO - IPAMERI - GOIÁS

## 1. Objetivos e finalidades:

A Cerâmica Educacional Boa-Nova inicia, há a - proximadamente 13 anos, um trabalho com o objetivo principal de resolver, o problema dos menores perambulantes da cidade de Ipameri.

Este objetivo viabilizou-se através da coloca - ção destes menores em atividades de trabalho, partindo-se do pressuposto de que mantê-los ocupados com atividades mais dignas seria a forma mais eficaz de evitar a ociosi - dade e resgatá-los da marginalidade.

Mas, devido ao sucesso alcançado - Ipamerí não tem mais problemas de menores na rua - a Cerâmica Educa - cional Boa Nova desenvolve hoje o seu trabalho visando não mais uma ação terapêutica e sim uma ação a nível prevenivo. Dentro desta perspectiva, pode-se perceber então, u - ma preocupação com a formação moral do indivíduo e fato - res de integração familiar além da preocupação mais ime - diata de prevenir a vadiagem.

Quer seja no Departamento de Assistência ao Pe - queno Trabalhador, quer seja na Cerâmica, as atividades de senvoldidas pelo menor são orientadas não só no sentido de gerar renda, mas visando também seu adestramento, a formação de atitudes e o desenvolvimento de valores morais.

Da mesma forma, em relação às famílias, preten - de-se não somente propiciar melhores condições de existência (através da renda gerada pelo menor e do sistema de

cooperativa para gêneros alimentícios) como também influenciá-la, através de reuniões, quanto a questões morais e religiosas.

Outro objetivo claro, a nível da família, é o fortalecimento das relações infra-familiares propiciadas pela ação da Obra, já que estes laços são estimulados das mais diferentes maneiras, seja desde a exigência de que os menores almocem com suas famílias até mesmo aos produtos oferecidos pelo bazar — a maioria deles voltados para as necessidades familiares.

## 2. Clientela

A Cerâmica Educacional Boa-Nova e o Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador atendem aos menores carentes da cidade de Ipamerí abrangendo uma faixa etária que vai dos seis aos dezoito anos.

O único pré-requisito para postular um trabalho, seja no Departamento, seja na Cerâmica, seja na Horta, é ser filho de família carente moradora de Ipamerí. O critério para seleção desses menores é o de carência econômica, avaliada subjetivamente através de entrevista com a família. Em média, são admitidos menores oriundos de famílias com renda de até 3 salários mínimos (o que não é muito, considerando-se o grande número de pessoas existentes em cada família). O problema é muito criterioso nessa seleção já que muitos menores procuram o Departamento por ser praticamente a única fonte de emprego da cidade.

O ingresso do menor na Obra é geralmente feito

através do Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador. Enquanto permanece ligado ao Departamento, o menor recebe remuneração diferente da pessoa a quem presta serviços, havendo, portanto, vários critérios de remuneração. Após passar algum tempo trabalhando neste sistema e quando há oportunidade (por abrirem-se novas vagas) o menino passa a trabalhar na fábrica de Cerâmica.

Esta é a via normal de acesso à Cerâmica, lugar cobijado pela maioria dos menores por causa da remuneração fixa, isto é, o salário. Há exceções, entretanto, para alguns casos em que, devido a peculiaridade de sua situação familiar e emocional (de acordo com o responsável pela Obra), necessitam de uma proteção maior e por isso ingressam diretamente para trabalhar na Cerâmica, sem a prévia passagem pelo Departamento.

Tanto no Departamento quanto na Cerâmica e na Horta, a clientela da Obra é quase que exclusivamente composta por menores de sexo masculino. No momento, inicia-se um trabalho com meninas, que funciona nas instalações da Cerâmica, porém subordinadas ao Departamento. O atendimento às meninas, em pequena escala, encontra-se em fase de implantação, não havendo ainda remuneração definida, assemelhando-se mais a um aprendizado das atividades de bordado e "crochê" do que a um trabalho produtivo.

De uma maneira geral, os meninos de faixa etária menor encontram-se no Departamento e meninos mais velhos na Cerâmica, com exceção dos casos retromencionados que incluem menores de 6 a 10 anos. Estes, apesar de não

desenvolverem atividades produtivas na fabricação da cerâmica, pois não participam da linha de produção, executam tarefas auxiliares, geralmente serviços de limpeza. Além disso, exercitam-se na modelagem de algumas peças (bichinhos de cerâmica), sob a supervisão de um "monitor" que é um menino mais velho.

Já na Horta Boa-Nova não existe uma faixa etária determinada, havendo lá menores de várias idades. Alguns destes menores têm problema de conduta, mas trabalham lado a lado com outros sem tais dificuldades, para evitar sua estigmatização social.

### 3. PROGRAMA

#### 3.1 Atividades de Trabalho

A Cerâmica Educacional Boa-Nova se dedica à produção de artigos de Cerâmica baratos e assim acessíveis e atraentes para um amplo mercado. Fabricam-se vasos, jaras, cinzeiros, tigelas, e outros artigos úteis, bem como objetos de adorno. Quase todas as peças eram vendidas a menos de Cr\$1.000,00 (hum mil cruzeiros), em agosto de 1982, custando a maioria menos de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros). A linha principal é enfeitada com desenhos de flores e frutas, entalhados e pintados com tinta acrílica. A maioria das peças recebe acabamento final de verniz. O estilo desta linha pretende satisfazer ao gosto e ao bolso do consumidor de classe média ou baixa, atendendo a obra a um mercado popular.

As grandes lojas que absorvem quase toda a produção de cerâmica escolhem, por critérios econômicos, os poucos fornecedores dos quais compram a cerâmica para a revenda e deles encomendam peças segundo o movimento do produto dentro de suas lojas. Ultimamente, respondendo a algumas mudanças observadas no gosto do consumidor, estas lojas vêm pedindo linhas para substituir a atual. Para defender a sua posição no mercado, que ainda é boa, a Obra terá que gastar novas linhas a preços compatíveis, como essas lojas requerem. Atualmente já se fabrica uma linha mais cara e de gosto mais apurado e elegante; porém, esta linha nunca obteve boa aceitação popular e sua venda não ultrapassava mais de 20% das receitas da cerâmica.

A fabricação é de tecnologia simples. O barro, que se encontra há alguns quilômetros de Ipameri, trazido por caminhão, é usado principalmente para a confecção de cerâmica queimada a baixa temperatura. Este tipo de cerâmica, tradicionalmente artesanal, é de produção mais barata que as cerâmicas mais finas no que diz respeito ao controle dos fornos durante o processo de queima.

O processo produtivo é organizado de forma industrial, sendo cada peça trabalhada por várias pessoas, cada uma realizando uma função específica.

O bairro é preparado por um grupo de menores especializados nesta tarefa. Aproximadamente 15 jovens, dentre os mais habilitados na Obra, fazem individualmente quase todas as peças de cerâmica, no torno elétrico. Depois de secar, vem o acabamento, para alisar a superfície da peça.



Em seguida, ela passa por outro trabalhador . que faz o entalhe com um palito de madeira. Outra equipe se responsabiliza por colocar, queimar e retirar as peças do forno. Posteriormente, numa outra área da fábrica, equipes especializadas aplicam a pintura e verniz. Outro grupo faz caixas de madeira para que um outro faça o empacotamento e estocagem das peças a serem enviadas para fora.

Também existem equipes para controlar a encomenda e entrega, bem como uma equipe especial para criação de novas linhas. Todo trabalho de limpeza, preparação de comida, etc., é feito por equipes de menores. Até mesmo o escritório de administração é constituído exclusivamente por eles. Quase todo o trabalho de rotina é feito inteiramente pelos menores. Toda equipe tem um menor como chefe. O único adulto que trabalha na Obra, em tempo integral, atende aos fornos, um trabalho delicado e perigoso que exige muita experiência. Porém, o pessoal voluntário da Associação Adelino de Carvalho comparece todos os dias à Cerâmica para supervisionar as atividades e tratar de problemas especiais.

A tecnologia simples usada pela cerâmica, assim como a política de não empregar adultos para dirigi-la, resulta numa pequena indústria que oferece mais de 200 empregos estáveis a custos relativamente baixos. O sistema de controle de custos e o cálculo dos preços, refletem o principal propósito da Cerâmica — a geração de emprego — e portanto não se baseia em alguns conhecidos princípios comerciais. Assim sendo, no lugar de tentar baixar os custos de

produção ao mínimo, para oferecer o melhor preço e produzir o maior lucro possível, como seria o lógico em qualquer indústria particular, a Obra procura fixar o preço mais alto que o mercado tolere (maximizando seus custos) para dar o maior número de trabalho possível aos menores e ainda concorrer no mercado.

Esta estratégia faz com que a produtividade seja muito baixa. Voluntários da Associação afirmam que mesmo com 30% a menos de crianças trabalhando, o nível de produção atual poderia ser facilmente mantido. Por outro lado, como consequência, os salários também são baixos, para estender o trabalho ao maior número possível de pessoas.

Esta política de maximização do trabalho tem sido possível de manter, mesmo em período de recessão econômica, não tendo sido necessário dispensar nenhum menor, embora as novas vagas sejam reduzidas. Porém, a concorrência no mercado continua difícil, pois o preço da peça muda em função da economia e procura do mercado, e não dos custos de produção. Em meados de 1982, por exemplo, houve na Cerâmica um aumento de 50% nos custos de produção enquanto o preço de venda subiu apenas 30% o máximo possível para manter uma boa colocação no mercado. Assim, aceitando o preço da loja e ajustando a produção apropriadamente, não foi possível admitir na cerâmica mais menores para substituir alguns que foram desligados. Mesmo com tais dificuldades a Cerâmica Educacional Boa-Nova continua auto-sustentável.

Segundo informações de pessoas que trabalham na área de comercialização, o mercado maior continua sendo o

de peças padronizadas, que podem ser distribuídas através de uma rede nacional. Existe um mercado para peças mais finas e exclusivas, sendo, no entanto, pequeno e ainda não bem organizado. Por causa do isolamento de Ipamerí, a comercialização só se torna viável através de redes comerciais bem estruturadas. Apesar de o mercado ser reduzido, e existem algumas perspectivas interessantes. Por exemplo, a Cerâmica agora fabrica "abajours" de excelente gosto e vê possibilidade de ampliar a sua participação neste mercado.

## 2.5 O Processo Educativo

O trabalho com menores realizado pela Associação Adelino de Carvalho, em Ipamerí, iniciou-se a partir das atividades produtivas da Cerâmica Boa-Nova - uma pequena indústria idealizada para funcionar unicamente â base de mão-de-obra de menores.

Após alguns anos de sua implantação, verificou-se que este trabalho não era adequado (por suas próprias características) para os menores de faixa etária mais baixa e criou-se o Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador (D.A.P.T.), para atender a essa população.

Ainda para atender â especificidade de trabalho com outro tipo de menores - aqueles de conduta anti-social - criou-se uma Hortaliza para propiciar trabalho ao ar livre e menos sistemático na forma (levando-se em conta as características desta população) destinados aos meninos.

O conjunto dessas atividades integradas consti - tuem o trabalho junto a menores realizado pela Associação

Adelino de Carvalho:

"Quando me dei conta que não podia ajudar aquele menino que me pedia esmola, resolvi mudar todo o meu trabalho. Foi assim que me nasceu a idéia de arranjar meios para o menor trabalhar". Eis o ponto de partida do que vi - ria a se constituir na "Cerâmica Educacional Boa-Nova" - a maior fonte de trabalho para menores, em Ipameri/Goiás. E efetivamente todos os menores moradores dessa pequena cida de vêm na Cerâmica sua melhor, e portanto mais desejada al ternativa de emprego.

No entanto, para poder vir a ser trabalhador na Cerâmica o menor deve passar antes pelo Departamento de As sistência ao Pequeno Trabalhador (D.A.P.T.). Este é o res ponsável pela iniciação dos menores nas atividades de tra balho e funciona, hoje, como uma agência de serviços. A co munidade solicita determinado tipo de trabalho ao Departa mento e este, num prazo de 24 a 48 horas, atende a essa so licitação encaminhando a mão-de-obra solicitada. Esse tra balho pode ser fixo ou esporádico. A pessoa que contrata os serviços do menor com o Departamento é denominada "cola borador".

O D.A.P.T. surge, inicialmente, com a finalidade de agrupar aqueles menores que já trabalhavam na cidade por conta própria, sendo portanto, um programa de clubes e não de empregos. Os primeiros agrupados foram os engraxates e os vendedores de laranja e picolé. Em seguida foram se a grupando todos os demais clubes que hoje constituem o D.A. P.T. Inicialmente este clube atendia meramente a uma fun

ção social de promover a relação entre os trabalhadores mi  
rins da cidade. Com o passar do tempo, no entanto, os meno  
res foram solicitados a participação do Departamento tam -  
bém nas questões financeiras deste trabalho, criando-se as  
sim o atual sistema de organização e proteção ao trabalho  
do menor.

A faixa etária desses menores varia de 6 a 14 a-  
nos, possuindo hoje o Departamento 241 menores ativos e a-  
proximadamente 300 menores inscritos (representando em tor  
no de 250 famílias. A média diária de tempo de trabalho  
varia entre 3 e 4 horas.

A ação do D.A.P.T., no momento de sua criação não  
estava estreitamente relacionada aos trabalhos da Cerâmica,  
constituindo-se antes como um trabalho relativamente inde-  
pendente. No entanto, hoje, o D.A.P.T. funciona como um  
organismo responsável pela triagem dos menores que deverão  
ser posteriormente encaminhados para a Cerâmica e à Horta-  
liça. Essa mudança de rumos se deveu à avaliação, realiza  
da pelos responsáveis, de que a experiência de trabalho do  
menor deve ser realizada de forma gradativa. Por isso mes  
mo, as características das atividades do D.A.P.T., exigin-  
do menos tempo de dedicação e sendo menos ordenado e disci  
plinado que o trabalho da Cerâmica (que possui as caracte-  
rísticas e exigências da produção industrial) vêm a ser  
mais satisfatória para a iniciação dos menores no trabalho.

Quando um menor chega à "Central de Atendimento"  
do D.A.P.T. dispondo-se a trabalhar, a primeira exigência  
que tem que cumprir é assistir a pelo menos 4 reuniões con

secutivas, realizadas semanalmente aos domingos pela diretoria do Departamento com os menores.. Após a 4a. Reunião, o cadastramento do menor é feito mediante a presença dos pais ou responsáveis e a apresentação de uma fotocópia da certidão de nascimento. Em seguida, receberá um uniforme que o identificará como membro do Departamento perante a comunidade.

Uma vez cadastrado, o menor deverá optar pelo ingresso num dos vários clubes de trabalhos, quais sejam:

Clube do vendedor ambulante:

- picolé
- jornaleiro
- salgado
- artesanato
- outros

Clube do engraxate

Clube do Jardineiro

Clube do pajem

Clube do auxiliar doméstico

Clube do pequeno trabalhador volante

Clube do "office-boy"

A partir do ingresso num desses clubes, o menor deve participar das reuniões do Departamento que serão de fundamental importância para o desenvolvimento da consciência da importância das atividades frente ao trabalho e a comunidade. Essas reuniões possuem caráter de Orientação Educacional, com informações tanto a nível teórico (conhecimentos gerais, higiene e saúde, moral cristã, moral e cívica e boas maneiras) quanto prático (instruções específicas). O De

partamento ainda promove reuniões cívicas para comemoração de datas históricas relevantes. A frequência média dessas reuniões é de 180 menores.

Durante sua permanência no D.A.P.T., o menor é submetido a processo de organização e treinamento constantes, não devendo haver portanto interrupções no serviço que executa. Para acompanhar esse serviço, o Departamento realiza um sistemático controle do trabalho dos menores, bem como visitas domiciliares. Este "controle do trabalho" é realizado através do "talão de serviços", que deverá ser preenchido pelos clientes no ato da prestação do mesmo. O resumo desses talões é repassado para a "Folha de Avaliação" do trabalho do menor. No caso dos trabalhadores mensais, usa-se a "Ficha de Avaliação" aquela que é preenchida pelo "colaborador" até o dia 30 de cada mês. Estas medidas, além de permitir um efetivo acompanhamento do desempenho do menor, asseguram ainda a proteção desse trabalho.

O D.A.P.T. vem aprimorando seu trabalho gradativamente, revendo e ampliando suas estratégias no sentido de melhor atender ao menor. Com este fim, implantou-se um sistema de incentivos com fins pedagógicos, denominado "vales de disciplina", que operacionalmente são denominados de "cheques". Não existem critérios rígidos e pré-fixados para a distribuição desses cheques, ficando sua entrega — sempre semanal — sujeita à sensibilidade dos responsáveis pelo programa. Existem 7 tipos de "cheques", a saber:

1. Responsabilidade - por comparecer ao Departamento durante toda a semana.

2. Assiduidade - por comparecer às 4 reuniões semanais.

3. Higiene - por manter o uniforme limpo e bem passado.

4. Estudo - por alcançar média acima de 6 (seis) no boletim escolar.

5. Colaboração - por ajudar ao programa fazendo mandados.

6. Participação - por participar das atividades da comunidade ou Departamento.

7. Estímulo - para estimular crianças que não receberam outros cheques.

Após a distribuição estes "cheques" são então trocados por mercadorias num bazar, organizado pelo Departamento a partir de doações da comunidade. Quando os menores passam pelas residências e locais comerciais de IPAMERÍ para recolher estas doações, deixam em troca - como sempre - o brinde de um objeto feito pelos menores da Cerâmica. Esta atitude é de fundamental importância - segundo seus responsáveis - já que dessa forma os menores estabelecem com a comunidade uma troca, no lugar de estar simplesmente pedindo favores. A periodicidade do bazar é mensal.

No bazar o menor pode trocar, por exemplo, 1 cheque por 1 régua grande (ou 1 sabonete ou pasta dental, ect.), 2 cheques por um par de meias (ou óleo de cozinha ou roupa



usada, etc.), 3 cheques por 1 par de calçados (ou brinquedo novo, etc.).

Durante sua passagem pelo D.A.P.T. o menor geralmente desempenha várias atividades, pertencendo a vários clubes. Dessa forma ele se exercita em várias experiências de trabalho antes de ingressar na Cerâmica.

A ligação desses menores com o Departamento é muito grande e alguns deles, hoje já trabalhando na Cerâmica há muito tempo, prestam colaboração ao D.A.P.T. — sendo alguns, inclusive, membros de sua diretoria.

O D.A.P.T. mantém ainda uma estreita relação com a comunidade em geral e especialmente com os estabelecimentos comerciais que, ao serem frequentados por menores, podem informar ao Departamento sobre eventuais irregularidades praticadas pelos mesmos. Isso é feito como estratégia de ação preventiva do Departamento, que atua também em colaboração com o Juizado de Menores do Local.

Vir a ser trabalhador da Cerâmica Educacional Boa-Nova é uma meta a ser alcançada pela maioria das crianças oriundas de famílias de baixa renda da cidade de Ipameri: "Vim pela necessidade. O pessoal lá de casa achou que eu devia trabalhar. Eu antes vivia pelos córregos pegando passarinho. Como era órfão, minha irmã achou que eu devia trabalhar. Eu hoje gosto de trabalhar. Acho que toda criança devia trabalhar. Tendo início desde cedo, fica mais fácil".

A consciência de que a Cerâmica é praticamente a única fonte de emprego do lugar, aparece claramente em seus depoimentos: "Eu precisava trabalhar e não tinha emprego

em outro lugar. Então eu vim parar aqui. Cheguei através do Departamento onde estive mais ou menos 1 ano. Agora mesmo, lá no Departamento, deve haver uns 300 ou 400 menores esperando vaga aqui".

Mas, além da necessidade de ajudar a família, esses menores também alegam – entre as razões de procura à Obra – que "é importante trabalhar para não ficar molecando na rua. É bom trabalhar desde pequeno para depois não ser marginal". "Não existe mais marginal em Ipamerí. Aqui, todos trabalham". Respostas como estas denotam a preocupação com a ociosidade como possível elemento gerador de problemas sociais. Assim, parece claro que esses menores têm uma nítida percepção de que um dos objetivos da Obra é também a prevenção da marginalidade. É que avaliam, nesse sentido, que a Obra vem obtendo êxito nas suas propostas.

Geralmente, para chegar a trabalhar na Cerâmica, é necessário já haver passado pelo D.A.P.T. No entanto, hoje, muitos dos trabalhadores da Cerâmica alegam não haver passado antes por lugar algum, o que se explica a partir do fato do Departamento só existir há alguns anos. Hoje, no entanto, essa é a trajetória de admissão do menor na Cerâmica: ter trabalhado e obtido resultados satisfatórios no D.A.P.T.

Quando se "abre uma vaga" e é convocado, o menor se apresenta e imediatamente se integra à rotina de trabalhador, com todas as exigências reais que existem no mercado de trabalho externo. Assim, por exemplo, se o menor se atrasa ou falta um dia, é descontado o dia do serviço e do

domingo (repouso remunerado) e se a falta for de 3 dias, perde a bonificação mensal. Existe, no entanto, tolerância para atrasos em alguns casos, como apresentação de justificativa.

A integração ao trabalho se dá de forma simples, ficando o menor observando para depois, paulatinamente, começar a produzir "primeiramente a gente faz amizade, se torna amigo da pessoa para depois introduzir no trabalho. Sempre quem inicia ensinando é o chefe, ajudado pelo auxiliar que está sendo treinado para ser chefe". Para um menino novo, nós temos que dar muito carinho. Porque ele é muito carente e não tem hábitos de trabalho. O primeiro é a amizade porque o resto fica mais fácil. Sou amigo de todos. Admiro mais esses meninos que meus irmãos". Esse depoimento de um jovem chefe ilustra claramente o início do processo produtivo por um novo trabalhador. A Cerâmica possui vários setores de trabalho, estando cada um deles sob a responsabilidade de um chefe, escolhido entre os demais pelo seu desempenho. "Ser chefe é bom pela confiança, pela responsabilidade e pelo trabalho. Todos esperam um dia vir a ser chefe".

Ségundo os próprios menores, o "chefe é muito escolhido. Ele tem que ter méritos em tudo, a começar pela escola. Ele tem que saber a função direitinho, porque se não ele não tem condições de organizar os outros meninos (os colaboradores)". E todos os chefes, apesar de reconhecerem que "fica mais custosa" a relação com os demais por causa das novas exigências e responsabilidades, gos -

tam muito de sua função "pelo respeito que temos".

O aprendizado é da responsabilidade dos chefes, que alegam que só excepcionalmente o menor não chega a produzir. A grande maioria leva em média um mês para aprender sua nova atividade. Para acompanhar esse processo, os chefes vão anotando todas as mudanças dessa aprendizagem em um caderno — havendo um para cada menor. Dessa forma se acompanha e avalia a aprendizagem que é estimulada através de prêmios, distribuídos a cada fim de ano. "Alguns que não se dão bem em um setor, são transferidos para outro até dar certo. O chefe é quem se responsabiliza pelo ensino. Eu mesmo já tive um menino-problema, mas o que ele deu conta de aprender, aprendeu".

No final de cada mês, os chefes se reúnem entre si para avaliar o rendimento dos menores a estes subordinados e também para discutir seus problemas. Os chefes têm ainda a função de visitar semanalmente as famílias dos menores sob sua responsabilidade. Estas visitas domiciliares têm por objetivo estreitar as relações da Obra com as famílias e vice-versa.

Logo, o processo ensino-aprendizagem nessa Obra é dirigido e centrado na figura do "chefe-professor", respeitando, no entanto, as diferenças individuais e o tempo de aprendizagem de cada um. A figura do chefe funciona também como modelo de socialização, já que deve ser alguém que mereça respeito, sob todos os pontos de vista. "Eu chego a chocar com os outros chefes por causa dos meninos. Eles gostam muito de mim e eu deles. É uma ligação

muito bonita". Não existe, entretanto, instrução teórica. O conhecimento é informado empiricamente e é assimilado automaticamente, pela prática.

Outra característica da Obra é a evidente e constante atenção com o ensino formal. Esse é acompanhado pela responsável pela Obra - através dos boletins escolares dos menores. As notas acima de 6 (seis) são elogiadas e até premiadas através de bonificações (acréscimo ao salário) financeiras.

O pagamento dos menores é outra particularidade dessa Obra que possui um sistema de pagamento que agrega ao salário gratificações de até 40% sobre o mesmo em função das atitudes, como: bons modos, honestidade, assiduidade, pontualidade, etc. A remuneração leva em conta o tempo do menino na casa, aumentando portanto, de acordo com o número de anos. Como, geralmente, o menor sempre recebe essa bonificação, via de regra ele não sabe qual o seu salário nominal, já que o imagina como o total do que recebe. Nas raras vezes em que é descontado, porém, o menino reconhece a razão do desconto. Dessa forma, todo o sistema de pagamento, envolvendo critérios de bonificação e descontos, é legitimado pelos menores que não expressam jamais opiniões ou posicionamentos divergentes: "D. Margarida sempre tem razão". A Obra também tem uma posição firme contra o pagamento por produção, já que o considera anti-educativo por destruir o espírito de solidariedade.

O pagamento é feito mensalmente, às segundas-fei

ras, mas para receber é necessário apresentar o boletim, já que a frequência à escola e o bom rendimento nela são pré-requisitos para ingresso e permanência no programa. Quaisquer que sejam as notas, o menor recebe o salário. Mas as mesmas são transcritas para um formulário interno, onde os responsáveis podem acompanhar a vida escolar do menor. Existe, também, uma articulação com as diretoras dos vários colégios para nos dias 26 de cada mês informarem à direção da Obra sobre a frequência e o acompanhamento do menor. Desta forma a Obra acompanha a evolução do menor, podendo mais efetivamente realizar o trabalho preventivo, já que qualquer disfunção pode ser facilmente prevista, antes de se tornar irremediável.

A partir da perspectiva preventiva estruturou-se o trabalho da Hortaliza Boa-Nova. Inicialmente criada para ocupar a mão-de-obra dos adolescentes quase marginais de Ipamerí, este trabalho ampliou-se ocupando hoje uma clientela mista, de várias idades, com resultados muito satisfatórios. O produto desta hortaliza é vendido com descontos para os menores integrados ao programa sendo o excedente vendido para a comunidade — funcionando como mais um meio para o estreitamento destes laços.

É evidente em toda Ipamerí a sólida ligação existente entre a Associação e a comunidade, o que muito auxilia o trabalho junto ao menor. "Os casos mais graves é a própria sociedade que me indica. Hoje já tenho aurotidade até na relação com as famílias dos menores e então eu exijo. No começo sofri muito. Hoje não, porque tenho reta -

guarda. Hoje a sociedade não tem condições de criticar o nosso trabalho", diz a fundadora da Obra. E acrescenta: "O trabalho sofreu alteração e foi se aperfeiçoando, começa - mos empiricamente, sem quaisquer recursos". A idéia em si permanece intacta, mas, os meios foram se aprimorando.

E é, sem dúvida, a convicção de que qualquer menor bem treinado se torna um cidadão útil e respeitado a idéia central que anima essa Obra. É por isso mesmo que, segundo sua fundadora "nosso lema é a força do exemplo", justificando-se assim a preocupação em não sobrecarregar a sociedade, dispensando-se sua ajuda financeira e aceitando-se as demais - assistência médica e odontológica.

É ainda em função da força educativa do exemplo que todos os menores da Cerâmica Educacional Boa-Nova aprendem e memorizam trovas que são recitadas perante os visitantes, quando conhecem esta Obra. Essa é, sem dúvida, uma das características peculiares do programa.

A maioria desses menores trabalha na Cerâmica durante 8 horas diárias, havendo no entanto maleabilidade para alguns casos, onde o menor trabalha 4 horas.

Além da jornada de trabalho, os jovens trabalhadores da Cerâmica Educacional Boa-Nova encontram-se ainda aos domingos à tarde para palestras de caráter religioso e moral, consideradas pelos dirigentes do programa como de suma importância para sua formação.

Apesar de sua fundadora reconhecer a importância do problema e a necessidade de tomar providências a respeito

to, a Obra não possui ainda normas para o desligamento do menino, quando completa a maioridade. Este, até agora, tem sido "natural", segundo palavras dos responsáveis pela mesma, isto é, não há interesse em ficar com o rapaz, mas tampouco o forçam a retirar-se. No entanto, às vezes a Obra se vê obrigada a "forçar" esse desligamento para que o menor não permaneça definitivamente em seu interior. Quando permanece na Obra, ao completar os 18 anos, esses menores têm sua carteira de trabalho assinada. Esses casos são, entretanto, minoria.

E este é, sem dúvida, um dos maiores desafios para quem trabalha há 22 anos no campo social, 16 dos quais dedicados ao menor. Muito já foi fiado mas ainda há muito por fazer. Enfim, como afirmam, "foi a intuição e o medo que nos ensinaram" mas ainda há muito por aprender".

### 3.3 - Serviços Assistencias

A Associação Adelino de Carvalho preocupa-se também em prestar serviços assistenciais aos menores nela inseridos e sua programação estende estes serviços às famílias destes menores.

O tipo de assistência, porém é diversificado de acordo com as atividades exercidas.

Assim sendo, todos os menores que trabalham na "Cerâmica" recebem, pela manhã e a tarde, merendas substanciais (sopa, legumes, pão, etc.) suficientes para satisfazer suas necessidades nutricionais, mas por considerar muito



to importante manter os laços entre o menor e a sua família, a administração da Obra envia o menor para almoçar em casa.

Já o Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador não fornece merenda, mas estimula os empregadores dos meninos a lhes fornecer alimentação.

Inicialmente, a Obra mantinha relações com os médicos e dentistas da comunidade para conseguir gratuitamente os serviços de saúde necessários para os menores. Hoje, porém, a Obra mantém entendimentos com o INAMPS para todo atendimento de saúde.

Nesta mesma linha de trabalho foi criado um "Bazar" cujos produtos disponíveis não são destinados à venda (troca de produto por dinheiro) mas sim à troca de produto por "cheques". Estes "cheques" não constituem uma forma de remuneração por trabalho executado — são fornecidos aos menores como prêmio e estímulo pelas atividades demonstradas em relação ao trabalho, aos colegas, chefes, etc.

Situado numa velha garagem, quase em frente ao Departamento, este bazar possui um estoque de gêneros alimentícios de primeira necessidade, além dos utensílios mais necessários às famílias carentes, todos doados ou fornecidos por preços reduzidos por comerciantes e outras pessoas interessadas em contribuir para o trabalho da Obra. Assim o bazar ajuda a suprir as necessidades básicas das famílias carentes ao mesmo tempo em que estimula o menor, mesmo numa tenra idade, a orgulhar-se de poder contribuir com o seu tra-

lho para o bem-estar de seu núcleo familiar.

### 3.4 Estrutura

#### - Organização

A Associação Adelino de Carvalho, registrada como entidade filantrópica sem fins de lucro, é a expressão assistencial do Grêmio Espírita Paz e Fraternidade. A Associação, que oferece atendimento social de vários tipos, tem poucos funcionários assalariados, pois funciona principalmente como base em uma ampla participação voluntária. Além dos menores empregados, só um adulto no Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador e outro na Cerâmica são remunerados.

A Cerâmica Educacional Boa-Nova, a Hortalíça Boa-Nova, e o Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador são os departamentos da Associação que mais proporcionam oportunidade de preparação e emprego para os menores (veja Organograma em anexo), cada um tendo como responsável uma pessoa da diretoria da Associação. O Departamento de Assistência ao Pequeno Trabalhador também tem seu próprio grupo de apoio, composto de aproximadamente 18 pessoas, que se reúnem semanalmente para tratar dos diversos assuntos ligados ao Programa. Apesar de não ser formalmente constituído, este grupo de pessoas dedicadas à Obra constitui-se como importante núcleo de debates e decisões a respeito da administração do Departamento. D.A.P.T. se divi-

de em "clubes", caracterizando os ofícios dos meninos. Porém, estes clubes representam agremiações para fins de discussão, não correspondendo a qualquer nucleação real dos meninos nas atividades práticas da Obra.

#### 4. ANÁLISE

*"E assim marchando e trabalhando,  
havemos de vencer..."*

O programa desenvolvido pela Associação Adelino de Carvalho, em IPAMERI, Goiás, apresenta alguns dados curiosos. O relato, feito em 1982 por uma equipe de membros da UNICEF e da FUNABEM (pag. 95) descreve minuciosamente o funcionamento da entidade, suas vinculações com a entidade mantenedora - Grêmio Espírita Paz e Fraternidade - e o sucesso alcançado frente ao problema da "marginalidade" dos menores de IPAMERI.

Como nosso princípio de análise é verificar se estas formas alternativas de atendimento mantêm uma estratégia de controle e a relação existente entre esta e o mundo do trabalho, o caso de IPAMERI é significativo. Não devemos ao ler a descrição da experiência, deixar de avaliar os benefícios imediatos tanto para as crianças como para suas famílias. No entanto, mais uma vez verificamos que a questão do trabalho perde seu significado real enquanto apropriação e manuseio crítico das relações que se estabelecem - trabalhador/produto/remuneração e se apresenta revestido de conteúdos originários de um outro universo, filantrópico e assistencialista.

O sistema vigente em IAPMERI pode ser resumido num sistema complexo de controle e da alienação da mão-de-obra infantil. O que se remunera não fica claro para os trabalhadores infantis. A obra possui um sistema de pagamento (p.109) que agrega ao salário gratificações em função de atitudes. Dessa forma o sistema de pagamento é legitimado pelos menores que não expressam jamais opiniões divergentes.

A obra também tem uma posição firme contra o pagamento por produção já que o considera anti-educativo. Ora, ao negar o princípio básico da compreensão das relações, que se estabelecem no mundo da produção, considerando-a anti-educativa, desvela-se a incoerência entre um regime de trabalho de 8 horas, que gera renda para o Município (pág. 115) goiano e a proposta de promoção da cidadania. A força de trabalho infantil é utilizada em todas as etapas: desde a preparação da matéria prima até a fase de acabamento. Os baixos custos permitiram também a capitalização da entidade: terrenos, construções, etc. A escolaridade é controlada e vinculada a remuneração que se dá na esfera do trabalho. O sistema de trocas de cheques, adquiridos mediante bom comportamento, por mercadorias de primeira necessidade para as crianças e suas famílias, duplica o papel destas crianças: trabalham 8 horas por dia, aumentam a renda do Município, tem suas famílias dependentes de suas atividades, frequentam reuniões dominicais de centro cívico-religioso, e sua remuneração é vinculada à bondade da Diretora. Sem compreender o processo no qual estão inseri

dos, sem dominar os conteúdos próprios de sua situação, saindo do programa aos 18 anos e deparando-se com a pauperrima realidade de seu Município, torna-se compreensível que a visão sem alternativas de futuro: "Eu nem penso no futuro, porque melhor que isto não se arranja não..."

Resumindo, podemos concluir que um Município brasileiro, recebe assistência de uma entidade social particular no que se refere ao atendimento das crianças e jovens de sua população, com lucros inegáveis tanto para o Município quanto para a Obra, lucros estes originários do trabalho infantil. Por outro lado, resolve-se a questão social de forma não traumática, adiando-se os problemas inerentes a situação de pobreza do Município e de sua população para depois da maioridade destas crianças e garantindo a manutenção da ordem através de um bem estruturado sistema de controle no qual o trabalho comanda os demais processos de socialização necessários (escola, família, religião). (Pag. 116, 177, 118).

## PASTORAL DE SÃO PAULO - SÃO PAULO

Situação atual: A Pastoral é um movimento que abrange toda São Paulo e concretiza suas ações através de diferentes programas.

Tem proposta e ação pedagógico-pastoral, incluindo critérios que traduzem uma educação alternativa, crian-do condições de tempo e espaço para que o menor seja sujeito de seu próprio desenvolvimento e autor de sua História e Comunidade. Postula e assume uma pastoral crítica - situando o problema do menor num contexto mais amplo, causador da marginalização do menor e do maior ao mesmo tempo, significativa - revelando o menor como sujeito da história; comunitária envolvendo família e comunidade, liberatadora não paternalista, assistencialista ou imediatista, integrada de forças, esforços e recursos; de processo e não episódios, buscando ação sequencial e por etapas; não institu-cionalizadora - processo educativo - evangelizador ligado à família e à comunidade não é condicionada a injunções i-deológicas ou partidárias.

A sua ação está voltada para a comunidade, sendo indutora de um novo comportamento na sociedade. Pauta-se no pressuposto de que o menor não é um problema em si, estando sua problemática ligada a outras questões sociais, mantendo contudo, suas próprias especificidades.

Na Arquidiocese de São Paulo, a Pastoral do Me-nor promove um processo de sensibilização das classes popures, intelectual e estudantes; mobilização (canalização de

forças e esforços para atender às necessidades nos setores de Educação, Saúde, Lazer, Profissão); ação política em nível de processo e integração de forças para a solução do problema a partir das causas e indicação de novas perspectivas e projetos alternativos.

O movimento desenvolvido pela Pastoral do Menor concretiza-se através de diversos projetos:

1. Casa do Menor e/ou equipes regionais além da sede Central.

Endereço Sede

- Secretaria Arquidiocesano da Pastoral do Menor  
Rua Eloy Cerqueira, 46  
03062 - São Paulo - SP  
Fone (011)930277
- Casa do Menor - Região Sé  
Rua Conselheiro Ramalho, 519  
01325 - São Paulo - SP  
Fone: 289.5032
- Casa do Menor - Região Lapa  
Largo da Lapa, 106  
05069 - São Paulo - SP  
Fone: 261-4477
- Casa do Menor - Região Ipiranga  
Rua Domingos de Morais, 2958  
01000 - São Paulo - SP  
Fone: 276-2516

A sede central, localizada em Belém, zona leste de São Paulo, foi criada em 1982. Tem como objetivo criar em pontos diferentes e estratégicos da Cidade, sub-sedes que assumam a Coordenação Regional dos trabalhos com meno-

res em nível comunitário, com ligação com a Coordenação Central, de modo a oferecer nas regiões e igualmente nos setores e nas Paróquias (nos moldes da Sede Arquidiocesana): apoio para pessoas e grupos que atuam junto ao menor; serviço de integração e canalização de iniciativas e de esforços; serviço suscitador de novos projetos; um Centro de estímulo e divulgação de novas perspectivas de uma Educação Alternativa; lugar de encontro para repensar e sistematizar a prática do trabalho com menores; espaço para sensibilização de agentes a serviço do menor e promoção do entrosamento entre Pastoral do Menor e outras ações pastorais (favela, cortiço, direitos humanos, operários, terra, etc.).

## 2. Plantão de Atendimento

A "Casa do Menor" sede da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, mantém um Plantão de Atendimento ao Menor, famílias, agentes de pastoral e comunidade, assim como nas subsedes. Este Plantão de Atendimento é acima de tudo uma atitude de acolhimento, prontidão e sinal de serviço e valorização da vida.

O Plantão mais do que resolver problemas individuais, procura criar um processo e uma mudança social para que muitas situações semelhantes sejam resolvidas na prática da justiça, na ajuda mútua e do amor fraterno.

Tem como objetivo orientar, encaminhar e acompanhar menores e suas famílias em situação problemática, num processo de co-participação, na busca de alternativas, na solução de seus problemas; capacitar essas pessoas a assu



mirem com realismo e espírito crítico, a sua situação e a tomarem decisões; envolver a Comunidade na solução das situações problemáticas, explorando os recursos existentes, a fim de que internação seja a última alternativa; sensibilizar instituições e órgãos para que os atendimentos sejam mais adequados e concorrer para que as situações individuais não se repitam e as causas dos problemas sejam atingidos.

### Parte dos Princípios

- a) Partir *sempre do ponto* em que o solicitante está:
- tratar a pessoa não como um tipo, um caso, uma categoria;
  - deixar expressar seus sentimentos, tanto negativos como positivos;
  - deixar fazer sua própria escolha e tomar suas próprias decisões no que se refere à sua vida.
- b) Aceitar a pessoa como ela é e não como desejavíamos que fosse:
- com seus pontos fortes e fracos;
  - com suas potencialidades e limitações;
  - com atitudes compatíveis e incompatíveis;
  - com conduta aceitável e não aceitável.
- c) Atitude de não julgamento:
- compreensão solidária e correspondência aos sentimentos expressos;
  - não julgar e nem condenar pela dificuldade em que se encontra.

O serviço de plantão acolhe as crianças e suas famílias, prestando atendimento com relação a documentação (fotos, certdiões, certificados e atestados), encaminha para tratamento médico, odontológico especializado; assistência jurídica, educação e lazer, vestuário, alimentação etc...

### 3. Centros Educacionais Comunitários - CEC's

O Centro Educacional Comunitário é uma das forças de Atendimento ao Menor que surgiu com o maior incentivo dado à Pastoral do Menor, a partir de 1979 e de movimentos populares já organizados.

Tendo como objetivo geral o *fortalecimento das comunidades através de espaços de encontro, reflexão e ação de seus membros*. Promover o desenvolvimento global e participativo da comunidade principalmente no que se refere à educação das crianças.

As alternativas criadas são frutos da mobilização das comunidades e voltadas para elas. Os CEC's trabalham fundamentalmente para que os menores e suas famílias possam *refletir e reivindicar as questões reais dos seus direitos junto as entidades públicas*.

A ação dos CEC's tem força através da atuação voluntária das mulheres da periferia que se organizam com base em problemas concretos: postos de saúde, vaga nas escolas, saneamento básico, etc.

#### 4. Casa e Apoio

Iniciaram-se com atendimento para meninas saídas de Instituições ou sem família. Essas casas estão voltadas basicamente para a questão da situação das meninas em estado de abandono, ao mesmo tempo minimizar os efeitos do período instucional.

Parte do princípio que o espaço institucional vigente não preenche os anseios das meninas. Aquelas que saem das instituições sentem-se incapazes de enfrentar a vida, por terem vivido uma experiência de muita dependência. A necessidade de experiências alternativas está mais do que patente. É preciso um atendimento pedagógico novo. As ligações afetivas institucionais não criam laços profundos e permantes. É neste contexto que começam a aparecer comunidades coordenadas por religiosas que têm a mística do menor. Neste espaço alternativo, os desafios são vividos de modo forte e conseqüente. As angústias da mulher os preconceitos à cor, à pobreza, como também a falta de encontro nítido de personalidade, são pontos chaves do processo educativo. Casais cristãos comprometidos mantêm contatos, para oferecer elementos de uma vivência familiar mais autêntica.

O desligamento da casa é feito não pela idade, mais pelo amadurecimento para a vida. Neste momento, percebe-se os laços de amizade firme e significativa criados no tempo da casa de apoio.

O dia dessas meninas é como o das outras de sua

idade, com trabalho fora de casa, estudo, lazer, namoro, administração da casa, festas...

Apesar das dificuldades encontradas neste tipo de atendimento (meninas resgatadas por adultos, problemas inerentes a situação da mulher) foi ampliado também para meninos mantendo como objetivos básicos os princípios da Pastoral. "Acolhida e Caminhada":

- ambiente de acolhida, amizade e apoio;
- acompanhamento e retaguarda nas dificuldades diversas da vida durante a permanência;
- inserção gradativa na vida social, através da profissionalização, trabalho, estudo;
- proporcionar contatos com outros jovens e famílias, tendo em vista uma possível passagem para serem acolhidas por famílias ou pensionatos comuns;
- ponto de referência e orientação mesmo após o desligamento.

## 5. Educador Social de Rua

Este projeto fundamenta-se no princípio básico da opção pelos oprimidos. É o "estou com eles, irmãos e povo de Deus".

A atitude básica é ir ao encontro destas crianças vivenciando e descobrindo com elas novas possibilidades de relacionamento.

Tem como objetivo geral possibilitar aos meninos e meninas de rua que se reconheçam como pessoas, como gru-

po e que fazem parte de um povo, que tem uma história, e:

- criar condições reais de participação crítica na realidade em que vivem;
- vivenciar situações de solidariedade e partilha;
- propiciar espaço de relacionamentos e reflexão a partir da experiência de grupo.

Os educadores de rua orientam sua ação partindo de princípios, oriundos da Pastoral: Solidariedade e Partilha.

"A partir da presença constante e ativa na rua, o que implica em não se ter fórmulas prontas, nem caminhos traçados, como educadores sociais de rua vemos que a importância de se criar laços efetivos e afetivos com o menor, a nível de compromisso, é fundamental.

Isto nos impede de ver estas crianças como instrumentos para testes, experiências e entrevistas.

Mas, pelo contrário, isto vai nos sugerir os seguintes princípios pedagógicos para o trabalho do educador social de rua, princípios que têm como fonte a palavra de Cristo e que deverão nortear toda a prática educativa a ser desenvolvida.

Amá-lo como pessoa, reconhecendo seu potencial de transformação;

Despojar-se de preconceitos, que nos colocam acima numa atitude de ajuda e nos impedem de estar com o menor, numa partilha de vida;

Abrir-se para novos valores, o que exige um repensar constante,

Respeitar, até as últimas consequências, o direito à vida em todas as suas dimensões .

A metodologia segue de perto os princípios já enunciados de "acolhida" e "caminhada" vivência "com" e não "para", respeito a dignidade humana, não imposição de nenhum valor oriundo do sistema capitalista, mas sempre firmando compromisso com a população brasileira, espoliada, marginalizada e oprimida.

O projeto dispõe de uma sede central, que é a Casa do Menor da Arquidiocese de São Paulo.

A equipe de rua é um grupo misto, que pela sua presença junto a estas crianças, procura ser denúncia dos desvalores de nossa sociedade.

## ALDEIA JUVENIL - GOIÁS

### I - APRESENTAÇÃO

Em Goiânia, mais de 150.000 pessoas vivem em "invasões", nas mais precárias condições de habitação.

A região é pobre, vegetação tópicica do serrado, terra vermelha e árida.

Ao chegar a Aldeia Juvenil, localizada a 15Km de Goiânia, vemos logo na entrada um galpão de alvenaria e algumas ocas indígenas construídas numa chácara de 10 alqueires cedida pela Universidade Católica de Goiás.

Mais adiante encontra-se a pocilga, o aviário, a horta e algumas poucas caixas de criação de abelha.

Tudo é extremamente modesto e árido. As construções estão bem espaçadas e seu funcionamento depende dos meninos e técnicos que compõem a Aldeia.

No galpão, que serve de refeitório, existem poucos móveis, os mesmos bancos serão mais tarde colocados na rua para outras atividades. Os meninos, coordenadores e estagiários estão terminando de preparar o almoço. Em torno da mesa são feitas as apresentações de maneira informal, carinhosa e hospitaleira.

Mais tarde, durante as entrevistas com os coordenadores e estagiários os meninos se aproximam do grupo. Contam, discordam, acrescentam informações sobre o funcionamento da Aldeia.

A preparação do almoço, as atividades e a discusão do projeto é uma tarefa de todos.

## II - INTRODUÇÃO

O trabalho se inicia em 1982 com um grupo de professores e alunos dos cursos de psicologia da Universidade Católica de Goiás.

Trata-se de um projeto para atender meninos infratores primários. A idéia, naquele momento, era criar uma comunidade com estudantes universitários e, aos poucos, ir integrando meninos infratores encaminhados pelo Centro de Observação da FEBEM.

A concepção do projeto integra elementos de uma experiência na Itália, vivenciada por um dos professores, no qual grupos de toxicômanos passavam a viver em comunidades de universitários. Os pressupostos deste trabalho eram de que desvio sendo gerado pelo meio pode ser reconsiderado a partir da convivência com grupos que têm práticas e valores diferentes. A vida em microssociedade mais justas levaria a uma nova adaptação daqueles indivíduos à sociedade. Um segundo elemento que está na base desta experiência é a preocupação em preservar os valores culturais locais, estimulada por pesquisas realizadas na época sobre a questão do índio no Brasil. Ainda mais um elemento contribui decisivamente para a concretização do projeto: a Uni-versidade cede espaço físico e pessoal para trabalho atendendo à pressões no sentido de levar a universidade a in -



tervir com propostas concretas na comunidade a que ela deve servir.

Desta forma a experiência inicia-se a partir de um mutirão para a construção das ocas (malocas). A idéia era reproduzir um espaço no estilo de uma aldeia xavante – povo indígena ainda existente na região e que luta pela preservação de sua cultura. Não só a forma de organizar o espaço, como de utilização do tempo e os mecanismos de tomada de decisão buscam reproduzir alguns traços de cultura indígena.

No desenvolvimento do trabalho começam a se revelar contradições significativas quanto a condução do projeto. A tendência a recuperação (reprodução) da cultura indígena se contrapõe a preocupação com o avanço da experiência enquanto um trabalho científico inovador.

### III - HISTÓRICO

A Aldeia Juvenil tem origem a partir da iniciativa de um grupo de professores e alunos da Universidade Católica de Goiás.

Sensibilizada com a magnitude ao problema do menor abandonado e infrator e comprometida com a busca de soluções práticas e alternativas para os problemas sociais, a Universidade decide em 1982 apoiar esta iniciativa através da Vice-Reitora para Assuntos Comunitários e Estudantis.

O ante-projeto da Aldeia foi apresentado pelos

Professores Rodolfo Petrelli, Mario Arruda Costa e psicólogo Vanderlei Pereira de Castro.

A idéia central é construir um espaço-laboratório onde jovens marginalizados socialmente tivessem oportunidade de conviver com outras pessoas, referências e valores privilegiando elementos da cultura indígena e cabocla considerada forte na região. A perspectiva é de que a preservação da cultura aliada a uma maneira de viver e conviver mais justa e democrática propicia a descoberta ou redefinição de valores superando as próprias condições de marginalização.

A Aldeia era destinada inicialmente a receber menores infratores e toxicômanos. Experiência semelhante se desenvolvera na Itália onde um grupo de toxicômanos passaram a viver em comunidades de universitários.

Em 1981 o Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás realizou uma pesquisa sobre o comportamento de Goiânia com relação ao uso de tóxicos. Os resultados deste trabalho indicaram que quase 40% da população jovem de Goiânia teve prática de tóxicos, sendo que 15% consomem as drogas pesadas – cocaína e heroína.

O atendimento destes jovens em casos críticos de intoxicação é feito em clínicas psiquiátricas públicas ou particulares e tratado apenas a nível farmacológico. Mesmo nos casos atendidos em clínicas privadas a utilização de técnicas psicoterapêuticas não intervêm na globalidade da experiência do jovem. Além disto, existe uma resistência

natural dos pais em encaminhar seus filhos para instituições psiquiátricas que os estigmatiza e rotula.

Além do problema dos toxicômanos, os jovens com desvio de conduta que pertencem "as classes não privilegiadas economicamente serão institucionalizados nos lugares oficiais da violência"\*. Ambos são processos de estigmatização e penalização que levam a progressiva deterioração de personalidade, não sendo portanto possível pensar numa verdadeira recuperação em instituições administradas por uma ideologia psiquiátrica e de custódia. (idem).

Partindo destas constatações a equipe propõe a Aldeia Juvenil que tem como objetivo atender "transgressores primários cuja personalidade promete uma rápida recuperação (...) através do desenvolvimento de formas mais espontâneas, vivas e inclusive populares de psicoterapia e convivência comunitária". (idem)

Desde sua implantação, em 1983, inúmeras dificuldades foram se colocando, conduzindo a um processo de discussão intensa e culminando na reformulação de alguns pontos da proposta original.

De acordo com a equipe da Aldeia, que faz esta avaliação, as dificuldades seriam de ordem teórica, prática e material, algumas destas dificuldades estão analisadas no documento "Repropondo a Aldeia" e podem ser sintetizados desta forma:

---

\*Projeto "Criação de uma Aldeia Juvenil"

- falta de referencial teórico de suporte que se pudesse contrastar com a pesquisa empírica;

- falta de explicação do instrumento conceitual (conteúdos sociais, culturais, psicopedagógicos);

- falta de clareza, discussão e definição dos objetivos e metodologias (principalmente método psicopedagógico);

- falta de unidade e coerência da equipe na execução prática da proposta;

- indefinição dos papéis dos envolvidos, inclusive da coordenação;

- a estrutura física não condizente com a realidade do menor;

- falta de recursos financeiros para implantação e manutenção de uma infra-estrutura mínima necessária.

A partir desta experiência é também repensada a ênfase, e sobretudo, a maneira de colocar a questão da preservação da cultura indígena. A utilização da cultura indígena tinha sido um pouco mágica e desligada da cultura real dos meninos. Estes, naturalmente, queriam casas de alvenaria, com luz, água encanada, etc. Justamente esta questão seria uma das diferenças que se evidenciariam no decorrer da primeira fase pois alguns defendiam a recuperação total da cultura indígena, chegando ao limite de propor aos meninos viverem como índios (sem sê-lo). Na Aldeia tinham apenas dois índios e justamente estes tiveram maior dificuldades de adaptação.

As divergências entre os coordenadores da Aldeia faz com que os meninos comecem a "dominar o espaço das decisões".

Eles estavam muito soltos, saíam e voltavam de madrugada e muitas vezes atuavam em gang na comunidade. Há uma tentativa de manter a coerência e o diálogo, pois fica evidenciado que o que está em jogo é a questão do poder da quele espaço. Neste momento haviam 7 meninos na Aldeia.

A Aldeia ficou esvaziada de agosto de 1984 à março de 1985. No processo de desligamento dos meninos a maior dificuldade foi a de colocação daqueles quatro (4) que tinham sido institucionalizados desde muito pequenos. Alguns foram empregados como office boy (2); um (1) foi para uma família; um (1) voltou para o COOG (FEBEM); um (1) está trabalhando numa fazenda; um (1) está na casa de detenção e um (1), a liderança do grupo, anda "solto".

#### IV - SITUAÇÃO ATUAL

Cumprida a primeira etapa foi possível repensar a experiência buscando novas formas de superar aquelas dificuldades.

O trabalho nos bairros é feito em torno dos temas/problemas aí levantados. A comunidade circunvizinha da Aldeia e a comunidade local (Goiânia) terão sua participação no projeto. A idéia é "tornar a Aldeia um centro detonador de um movimento de menores que buscará gradativamente envolver a comunidade de forma geral (...)" (Repro -

pondo a Aldeia).

O funcionamento da Aldeia se estrutura a partir de atividades permanentes que visam sua sustentação (agropecuária) desenvolvidas por todos os participantes. Será realizado um rodígio periódico para permitir que todos possam desenvolver todas as atividades.

Quanto a escolarização existe na Aldeia um trabalho de reforço onde são trabalhadas as dificuldades de aprendizagem e os conteúdos, através do método Paulo Freire. Os estagiários de pedagogia também vão às Escolas da Rede Oficial que os meninos frequentam, para discutir com os professores a necessidade de buscar novas pedagogias mais voltadas para esta população. A equipe de estagiários é coordenada e supervisionada pelo Departamento da Universidade a que pertencem.

É intenção do grupo suscitar debates, estimular pesquisas e incentivar a formação de pessoal para trabalhar na questão do menor. Neste sentido as discussões sobre a Aldeia levaram a criação da cadeira de Direito do Menor no curso de psicologia da Universidade Católica de Goiás:

- "utilização de elementos autênticos das suas culturas de forma a resgatar valores culturais que estão sendo diluídos ou sobrepostos por uma cultura massificante";

- "desenvolver atividades produtivas de cunho formativo baseada no princípio da "Educação pelo Trabalho";

- "ser um espaço de laboratório e pesquisa onde

novas opções psicopedagógicas sejam experimentadas na conveniência comunitária e na relação com a natureza";

- "estabelecer campo de estágio alternativo integrando ensino, pesquisa e extensão ao mesmo tempo estimular o processo de discussão e debate pela Universidade".

Atualmente estão na Aldeia cerca de 20 meninos divididos em 2 grupos, um pela manhã e outro à tarde, encontrando-se na hora do almoço e aos sábados no mutirão onde todos (meninos e funcionários) trabalham na limpeza do local. Aos pais cabe parte destas tarefas, tais como, ajuda na elaboração de refeições e participação nas assembléias.

A clientela é indicada pela comunidade a partir de um trabalho de sensibilização e discussão com os menores. Os pais queixam-se da falta de ocupação para os meninos, da pouca frequência às aulas e manifestam o desejo de que eles adquiram condições de ingressar no mercado de trabalho. No documento retro citado - Reprodução a Aldeia - já estão explicitados num conjunto de referenciais teóricos que fundamentam a nova proposta, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de ampliar o número daqueles que buscam soluções alternativas para a questão do menor.

Na formação dos objetivos e metodologias para esta segunda fase do projeto estão presentes algumas das principais preocupações já iniciadas da 1ª. fase do trabalho. Destacamos as principais.

- "atuar principalmente no sentido de resgatar menores do caminho da institucionalização";

- "convivência comunitária, com a participação do

menor em micro-sociedade mais justa, baseado nos sistemas de cooperação e co-gestão";

- "trabalhar com eventos inespecíficos (atividades produtivas, educacionais e de lazer) para atingir os eventos específicos como a transgressão, a infração e o vício em tóxico";

- "oferecer ao menor um referencial de valores (dos próprios menores, de técnicos, de famílias e voluntários comprometidos com uma nova visão de homem), que possibilite uma redefinição do seu sistema de valores, de sua identidade pessoal, social e política".

Atualmente os meninos que frequentam a Aldeia se constituem em um "grupo de referência" (carentes). Serão aceitos menores infratores quando este primeiro grupo já tenham assimilado os objetivos e metodologia do projeto."O grupo assim estruturado apresentará, através de seus elementos, comportamentos e valores referenciais aos menores do grupo (infratores) que foram sendo integrados gradativamente" (Repropondo a Aldeia). Os infratores virão, portanto, quando a Aldeia já estiver bem organizada e se integram nas atividades práticas da comunidade, evitando assim o caminho da institucionalização.

Desta forma está sendo proposta a operacionalização do projeto para fazer da Aldeia uma comunidade juvenil com finalidade educativa, reeducativa, recreativa, produtiva e terapêutica.

Julgamos interessante anexar o projeto "Repropondo a Aldeia" que elucidará de forma clara as diretrizes e referenciais que orientarão esta experiência.(Anexo 2).



## ANÁLISE: PASTORAL DE SÃO PAULO E ALDEIA JUVENIL DE GOIÁS

*"Os arautos de uma nova era" ...*

Ao elegermos a Pastoral de São Paulo (vide p.124) e a Aldeia Juvenil – PUC Goiás (vide pg.132) como matéria de análise para este trabalho, aparentemente estaríamos nos desviando de nosso objetivo básico, que seria desvendar de que modo a questão Educação e Trabalho está sendo viabilizada em programas dirigidos às crianças e jovens passíveis de sofrerem intervenções organizadas. No entanto, embora a questão do trabalho não apareça de forma rigorosa na atuação destas entidades e nem é seu objetivo primeiro, julgamos importante verificar as concepções que as orientam pois elas retratam o que, anteriormente, consideramos como a segunda perspectiva do problema. Resolvemos inclusive, destacar os pontos em comum existentes, entre as duas, resguardando algumas especificidades que se façam necessárias para melhor compreensão do texto. Tanto a Pastoral de São Paulo quanto a Aldeia Juvenil orientam suas ações baseadas na concepção política de criação de uma consciência crítica e participativa nestas crianças a partir de suas experiências de vida. A Aldeia Juvenil, começa com um apoio cultural (este trabalho é vinculado a Universidade Católica de Goiânia) externo (experiência na Itália com toxicômanos) e interno (recuperação da cultura indígena e cabocla) que orientou sua primeira intervenção junto aos menores delinquentes (p. 134 ).

A Pastoral de São Paulo parte da linha da Arqui-

diocese de opção pelos oprimidos. Como primeiro ponto em comum as duas procedem a uma negação frontal da atuação do Estado nesta área, denunciando o arbítrio, a violência policial, a situação carcerária das instituições oficiais de atendimento a menores. Por outro lado não podemos deixar de lado a semelhança do papel político que alguns setores da igreja e a Universidade desempenharam no Brasil enquanto resistência ao regime político implantado em 1964.

Este papel, reflete-se sem nenhuma dúvida na abordagem que orienta estes dois programas, referendado na atuação junto a população de baixa renda (vide pag.124, 128, 129, 130).

É importante que fique clara, nossa concordância em termos de princípios com estas propostas, o que não nos impede de levantar alguns pontos atinentes a problematização que formulamos: o que está se fazendo com estas crianças – que concepções originárias do mundo da Educação e do trabalho estão sendo o fundamento destas ações. As classes populares através de seus filhos, são passíveis ainda hoje, de se tornar matéria prima utilizada por quem quer que se imagine capaz de resolver problemas sociais. A Aldeia Juvenil, em sua "re-proposta" atem-se a alguns objetivos que nos remetem de imediato a sua contradição com os trabalhos desenvolvidos pelo CESAM de Belo Horizonte e por IPAMERI, nos quais o adestramento, a eficácia servil e a ausência de conteúdos críticos, são os fatores que garantem o sucesso da obra e a "promoção" social dos meninos (anexo 2).

## A ALDEIA JUVENIL

Considera o menor como sujeito da ação de todo processo psicopedagógico assim como a Pastoral. Isto implica em renegar as iniciativas que buscam a sua "domesticação", "acomodação" ou a ajustamentos ao sistema social vigente e em acreditar que seu potencial de inconformismo, rebeldia e agressividade não deva ser eliminado, mas sim orientado de forma a ser canalizado para a construção de uma sociedade mais justa. A Pastoral, ao explicar um de seus trabalhos, Educadores sociais de rua, nos diz que sua atitude básica é ir ao encontro destas crianças, vivenciando e descobrindo com elas novas possibilidades de relacionamento, criando condições reais de participação crítica na realidade (pag.140).

As duas obras se propõe também a formar uma força viva de reflexão e reivindicações sociais/comunitárias, na qual os menores seriam os mobilizadores dinâmicos junto a suas famílias e/ou grupos, associados a outros movimentos (pag.128, 129, 130, 131 ).

Embora estruturadas espacialmente de maneira diferente: A Pastoral tem várias ramificações e atua basicamente na rua e a Aldeia tem local próprio e clientela determinada, a questão da Educação para a Pastoral, (embora organize as mães para reivindicar escolas) não prioriza o encaminhamento das crianças de rua às escolas por julgá-las excludentes, despreparadas e elitistas (formais).

Neste momento, seria impossível deixar de consi-

derar alguns pontos sobre a escola e seu papel político.

Já vimos anteriormente que estas crianças estão fora do sistema escolar. Trabalhos anteriores, como os de Guiomar Namó de Mello, Luís Antonio Cunha e outros, analisaram exaustivamente o sistema excludente e precário do ensino oficial no Brasil. Entretanto, acreditamos que junto a outras lutas políticas, a escola se modificará por pressões internas. Estas crianças, as quais, é atribuído um papel revolucionário de agentes de transformação política e social, tanto pela Pastoral quanto pela Aldeia, te rão sua "missão" dificultada se continuarem impossibilitadas de apreender e portanto, de decodificar o código cultural vigente.

Em relação ao trabalho, enquanto a Aldeia Juvenil, por questões da própria sobrevivência da obra, já organizou algumas atividades laborativas (horta, ranário, o ficina), a Pastoral organiza engraxates, vendedores ambulantes, respeitando sua cultura de origem e portanto mantendo-os afastados da escola.

Não deixamos de acreditar na honestidade dos princípios políticos que fundamentaram as ações da Universidade de Goiânia e da Arquidiocese de São Paulo, mas, levantamos a questão, mais uma vez, dos papéis impostos externamente a estas crianças e dos trabalhos, que ao negarem a atuação do Estado, lhe prestam um grande favor, preenchendo lacunas de um funcionamento que é sua obrigação.

Não deixa de ficar evidente, que tanto os "autômatos" de IPAMERI e do CESAM quanto os "engraxates revolu-

cionários" da Pastoral, estão sendo o aval político de instituições que lhes são externas e de processos estruturais que os tornam vítimas desta situação, excluídos da cultura política nacional.

## ESCOLA BARÃO DE CAMARGO : OURO PRETO - MG

A Escola Barão de Camargo atende menores do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos em regime de internato. A clientela procede do Juizado de Menores e da FEBEM.

A proposta de trabalho da Escola é destinada a menores carentes e/ou abandonados, não sendo adequada, de acordo com posição de seu diretor, a menores infratores pois considera que a permanência dos mesmos na Unidade seria uma "permanência divorciada" dos objetivos e finalidades da mesma.

O atendimento em meio aberto adotado pela escola é fruto de um trabalho de conscientização comunitária, iniciado pela direção anterior e continuado pela atual direção que diuturnamente trabalham a Comunidade de Ouro Preto, no que tange a aceitação e apoio à Escola e suas educandas. Aliás, esta foi uma das primeiras metas perseguidas pela Direção, a par da organização interna da escola e definição de uma proposta de trabalho, ainda hoje adotada, que privilegia a educação formal em Escolas de comunidade (rede oficial) e a educação pelo trabalho, compreendendo o "trabalhar para aprender" (profissionalização, enquanto preparação de mão-de-obra e educação não formal, como reflexão crítica sobre a vida - "vigiar o agir").

Nas áreas de educação para o trabalho, a Escola dispõe das seguintes modalidades:

Datilografia  
Horticultura  
Educação para a saúde  
Artesanato  
Corte e Costura  
Cozinha  
Costura industrial  
Jardinagem

O acesso às modalidades dá-se considerando: entre vista com o Coordenador Pedagógico, interesse do educando e nível de escolaridade.

Procuraremos relacionar de forma sucinta alguns pontos observados na "vida" da Escola que ao nosso entender são relevantes:

- paralelo ao trabalho de conscientização da comunidade para que esta entendesse que a clientela "naõ e-ra da FEBEM mas da própria sociedade" a direção desenvolveu (e desenvolve) um trabalho reflexivo junto as educandas para que as mesmas não agridam e também respeitem a comunidade;

- a escola não dispõe de "equipe técnica" aos moldes das tradicionais Unidades de Permanência. O trabalho técnico a nível administrativo e pedagógico em termos gerenciais, é assumido pelo Diretor e sua esposa que desenvolve a função de Coordenadora Pedagógica. A equipe de suporte básico da Escola é feita pelos Instrutores de Ensino, denominados "educadores" que acompanham as internas no dia a dia não restringindo por conseguinte suas tarefas, ao cumprimento do ensino profissionalizante;

- a Escola não dispõe em seu quadro funcional de "Monitores de Disciplina" e/ou vigilantes, posto que o acompanhamento rotineiro das menores é efetuado pelos ins- tores de ensino profissional e/ou de educação não formal;

- em sua proposta de educação pelo trabalho prioriza como mais importante, o aprendizado das modalidades disponíveis, sem preocupação imediata com a geração de renda, que representa uma outra instância no processo educativo. Não obstante esta característica, as educandas participam do produto de seu trabalho. Por exemplo: na modalidade corte e costura, o que cada educanda produz passa a correr seu próprio vestuário ou ainda nas modalidades artesanato e horticultura, quando comercializam junto a comunidade o excedente da produção, usufruem da renda obtida;

- o trabalho dentro e fora da Escola é instrumento educativo substancial a ele é somado encontros denominados de "aulas de Relações Humanas" onde os educadores debatem com a clientela temas relacionados a vida dentro e fora da Escola. Um outro instrumento utilizado nesse trabalho reflexivo são os "Jornais Murais";

- para cada modalidade de ensino profissional é elaborado o "regulamento" do curso, contando com a participação direta das educandas. Referido regulamento é afirmado nas dependências onde o curso é desenvolvido e representa a participação das educandas na gestão do trabalho;

- a equipe da Escola busca no trabalho de reflexão com a clientela, evidenciar que a Escola deve ser sen-



tida pela clientela como um meio de sobrevivência e que devem sair dela com uma visão de auto sustentação;

- o trabalho desenvolvido pela Escola é discutido durante as denominadas "Jornadas Pedagógicas" que reúne a - nualmente todos os funcionários para análise do trabalho realizado e metas do ano posterior; (Além das Jornadas são realizadas reuniões periódicas para avaliação do trabalho);

- o conteúdo teórico das modalidades de ensino profissional é voltado para a prática e significa dentro do processo da educação pelo trabalho o princípio da participação do educando no conhecimento relativo ao trabalho realizado;

- o "reforço escolar" é uma atividade de suporte ao ensino formal e é oportunizado sistematicamente as educandas. Um instrutor é responsável pela atividade e pelo acompanhamento (rendimento) das menores nas Escolas da comunidade;

- as menores participam de eventos religiosos e sociais na comunidade, particularmente nos finais de semana, assim como grupos comunitários participam de eventos sócio-recreativos e esportivos que ocorrem na Escola;

Dentre as modalidades de ensino profissional uma destaca-se como trabalho e geração de renda. Trata-se da Costuraria Industrial que tem por objetivo:

- possibilitar estágio remunerado as educandas (Bolsa de Estágio paga pela FEBEM/MG, no valor de 1/4 do salário mínimo);

- aperfeiçoar menores egressos da modalidade corte e costura; e
- confeccionar peças de vestuário para as demais Unidades da FEBEM/MG;
- a médio prazo a Costuraria Industrial pretende produzir para encomendas.

Na Escola existe um "Grêmio Recreativo" formado pelos educadores e educandos, estando sob sua responsabilidade a promoção de recreação principalmente no período de férias.

### 3.2 Informações Adicionais sobre o Relato

O estágio realizado, caracterizou-se por 03 (três) momentos básicos:

- diálogo com o Diretor da Escola sobre a proposta de trabalho em níveis teórico e prático;
- observação da "vida" da Escola, isto é, observação da rotina da mesma e contactos com educadores e educandos;
- conversa com o Diretor e Coordenador Pedagógico sobre as observações que efetuamos e arguições que se fizeram pertinentes para melhor compreensão do que foi assinado.

Considerando a disponibilidade de tempo propusemos ao Diretor que o último dia previsto de visita fosse

destinado a visitar a Casa São Francisco em Belo Horizonte, uma vez que havíamos percebido que a mesma constituía su -  
porte ao trabalho desenvolvido pela Escola Barão de Camar -  
go. A proposta foi aceita e concluímos nosso estágio visi -  
tando durante o dia 29 a referida Unidade, que em síntese  
reúne as seguintes características:

- espécie de "Casa Lar" para menores considera -  
das aptas para serem desligadas da Escola Barão de Camar -  
go, particularmente as habilitadas na Costuraria Industri -  
al da Escola;

- estar apta em termos de desligamento e acesso  
a Casa São Francisco significa um estágio intermediário en -  
tre a Escola Barão de Camargo e a sociedade (ou ainda, en -  
tre o *trabalho* assumido na Escola Barão de Camargo e o tra -  
balho assumido em empresas e/ou instituições da comunidade;

- a Casa São Francisco tem direção própria e in -  
dependente da Escola Barão de Camargo muito embora seja con -  
siderada "anexo" da mesma;

- referida Casa com o suporte da FEBEM/MG proce -  
de a colocação no mercado de trabalho de menores egressos  
de Barão de Camargo e realiza o devido acompanhamento em  
termos de trabalho;

- sua estrutura física e funcionamento assemelha -  
se a um pequeno lar (ou república) onde os menores residem,  
sob a guarda de um educador que também reside na mesma;

- o período de permanência das meninas trabalhadoras na  
casa está previsto para 06 meses, tempo estimado para prepa

rã-las para assumir seus próprios destinos como cidadãs. Referido tempo pode no entanto ser extrapolado se for verificado que a menor ainda não está apta para ser desligada;

- durante o tempo em que as menores estão na Casa, destinam parte do salário ganho para poupança, que as auxiliará quando forem residir por conta própria;

- os trabalhos domésticos com a casa são assumidos pelas residentes, que usufruem da força de trabalho de uma colega (encaminhada pela FEBEM) mediante remuneração da mesma. Referida despesa é assumida pelas residentes que destinam quantia de seus salários para remunerar a colega;

- as menores residentes usufruem na Casa, de alimentação e ajuda financeira para transporte (assumida pela FEBEM/MG) uma vez que a Casa fica distante dos locais de trabalho que exigem, via de regra sejam tomadas duas conduções (ônibus).

## ANÁLISE

*"Doméstica, ela é  
empregada doméstica..."*

No decorrer de nosso trabalho, já fizemos referência à proposta desta escola (Anexo 1), por constituir-se o pilar fundador da "Educação para e pelo Trabalho" no atendimento oficial. Trata-se de internato, para meninas infratoras, encaminhadas pelo Juiz de Menores e Centro de Recepção e Triagem da FEBEM-MG. Quando da visita, a cliente já se constituía de "carentes" e "abandonados" pois consideravam a proposta divorciada da questão da infração (pag. 187).

Baseada em Freinet, Makarenko e Paulo Freire, as proposições, tem como primeira questão o local: uma escola oficial do sistema de atendimento e portanto os "alunos" estão sob custódia, o que já dificultaria a proposta de educação libertadora.

Em relação aos internatos para meninas a escola apresenta pontos positivos: é aberta, não possui monitoria disciplinar e nem equipe extensa. Sua visão do trabalho pressupõe, teoricamente, a participação em todos os aspectos da vida produtiva. A organização da escola é decidida de forma democrática através das jornadas pedagógicas e do Grêmio. No entanto, alguns pontos contraditórios, já arrolados anteriormente, merecem ser reafirmados a partir da visita: o ponto de partida em relação às educandas é calcado em projeto de vida, auto proposto, o que induz a uma vição individualista e desvinculada da situação de classe das

meninas.

A ruptura prevista com o passado (anexo 1) pressupõe esta separação origem/classe social. O fato de que as meninas em processo de desligamento, que já auferem alguma renda, pagam a uma colega "menos adiantada" para fazer os serviços domésticos, confirma essa assertiva (pag. 148).

As atividades promovidas pela escola na área da educação para o trabalho não se coadunam com princípios que visam dar ao "menor" apreensão do mundo da produção em seus estágios. Não sabemos como isto pode se dar em Datilografia, Artesanato, Corte e Costura e Jardinagem. O próprio projeto individualista, de uma escola oficial que corresponde as formulações e propostas teóricas de um diretor e sua esposa, nos remete ao fato já discutido em outras experiências, de que, mesmo oficialmente, o que se inventar se torna possível de ser realizado (não há aqui a intenção de julgar a validade, mas sim a disponibilidade arbitrária em que se encontram estas crianças). Curiosamente, a atividade mais industrial - Costuraria, que tem propósitos educativos, paga 1/4 do salário mínimo e confecciona vestuário para as Unidades da FEBEM-MG. Será que Freinet, Makarenko e Paulo Freire, não considerariam este "processo educativo" próximo da exploração de crianças/jovens que se encontrando em situação de custódia oficial, contribuem desta forma para a manutenção de um aparelho de Estado? As propostas de apreensão crítica do mundo da produção, de manejo das três etapas, tornam-se incompatíveis e incoerentes com a situação das meninas (custódia), os pré-conceitos que selecionam e

informam sobre elas (anexo 1) e as atividades propostas (pag.148 ,149).

FUNDAÇÃO CASA DAS CRIANÇAS DE OLINDA  
Pernambuco

1 - HISTÓRICO

Há 15 anos um italiano residente em São Paulo vi sitou Olinda em função de sua profissão: Marchand. Ficou impressionado com a miséria e com a força da tradição da cultura popular na cidade de Olinda. Interessado nas formas de manifestação artística que potencialmente pertenciam aquela população e preocupado em ajudar, procura uma solução para a situação de miséria que se encontra os meninos da cidade. Propõe-se a realizar um trabalho que ao mesmo tempo gere ganho e que possa canalizar o potencial ar-tístico existente naquelas crianças.

Com seu próprio capital adquiriu um local na periferia de Olinda e organizou uma Fundação, que como primeira atividade passa a distribuir sopa diariamente. Ao constatar que a distribuição do alimento não resolvia o problema da população local, monta oficinas que deem condições de trabalho para atividades lucrativas, garante o atendimento médico, através de um posto de saúde. Com proposta de atender 500 meninos inicia-se desta maneira a Fundação Casa das Crianças de Olinda.

Após uma série de insucessos o que se vê é fruto de uma proposta feita e implantada por pessoas que lá se encontram há 2 anos.



## 2 - SITUAÇÃO ATUAL

O trabalho da Fundação concebe ao menino enquanto indivíduo potencialmente capaz, reunindo as condições necessárias "para a superação de sua condição de marginalizado", através do desenvolvimento de suas possibilidades. Centram, portanto, suas estratégias de ação na potencialidade não na carência dos meninos, atuando sobre o que ele tem, antes de tentar suprir o que ele não tem.

Entende que o menino é marginalizado socialmente, isto é, enquanto indivíduo posto de lado pela sociedade à qual deveria pertencer.

Assim compreendido o trabalho (relação de produção) adquire importância capital já que só através dele o menino deixa de ser marginal, para integrando-se a produção, integrar-se a sociedade. Tornando-se trabalhador ele transforma-se em cidadão, possuindo legitimamente direitos e deveres sociais.

Enfatiza-se, assim, a capacidade e a necessidade do menor assumir a responsabilidade de ser agente de seu próprio avanço pessoal, respeitando sua necessidade de ganho imediato mas, simultaneamente, respeitando e promovendo suas necessidades enquanto cidadão socialmente participante.

A partir dessa visão conceitual o trabalho passa a ter um novo significado. É necessário que, além de executá-lo, o menino entenda o que ele significa. Este significado do trabalho deve ser apreendido no decorrer do pro-

cesso produtivo, portanto, é necessário que o menino/trabalhador esteja envolvido em todas as etapas desse processo.

Só dessa forma o menino/trabalhador deixa de ser um mero fator de produção para ser um trabalhador consciente, não só fazendo mas também compreendendo o que faz, já que o trabalho não se constitui simplesmente numa atividade onde, além do que se produz, importa o como e por que se produz.

Praticamente, essas idéias se operacionalizam através do processo educativo constituído a partir de uma nova proposta pedagógica: a pedagogia do trabalho. Segundo esta visão pedagógica o trabalho é presidido pela educação, contando com a efetiva participação do menino desde a concepção até a confecção e distribuição do produto.

Uma vez vivenciado esse processo o menino poderá posteriormente, uma vez inserido no sistema produtivo, avaliar criativamente o que faz e compreender todo o processo ao qual está integrado.

Nessa perspectiva, o "trabalho" não é simplesmente concebido como fonte geradora de renda, mas, antes como fonte geradora de consciência.

O indispensável é que o menino se integre ao processo produtivo, tal qual ele está organizado, para poder melhor compreender sua situação no mundo, através das relações do trabalho. Logo as necessidades do mercado e as necessidades do menino têm que, antes de ajustar-se serem confrontadas através da prática de trabalho.

Assim, a base da consciência está dada pela vivência desta alienação, devidamente compreendida e criticada através do processo educativo.

O fim das ações propostas por esta concepção é levar o menino à compreensão de que suas necessidades reais — e não as aparentes — só serão satisfeitas através de um projeto de vida prospectivo, atuante e engajado, nunca ime-diatista.

Esta concepção acima descrita é operacionalizada através de atividades de trabalho sistemático e de um pro-cesso de discussão que envolve educadores e meninos.

É dentro de uma dinâmica específica que surge a través da prática, que a experiência hoje tem seu arcabouço teórico construído no curso do seu processo histórico. Se por um lado ela não sistematiza esta prática através de pressupostos teóricos, eles podem ser inferidos de cada a-ção lá executada.

Foram implantados dois tipos de atividades que são chamadas: — profissionalizantes, quando visa a preparação para o mercado de trabalho; vivencial, quando visa aprender maneiras de ganho imediato.

Tanto o curso profissionalizante quanto o viven-cial obedece a mesma dinâmica de organização, que baseados em "valores referenciais" norteiam todas as ações — sejam dos educadores, sejam dos meninos.

Todo o trabalho está centrado nos "valores refe-renciais" que surgem de um processo de discussão onde foi

solicitado que cada pessoa indicasse 5 pessoas de sua admiração. A cada pessoa indicada, é dado um atributo, sendo que os que aparecem com maior incidência passam a formar de fato os valores a serem alcançados através do trabalho.

São eles:

- 1º - capacidade profissional
- 2º - criatividade
- 3º - companheirismo
- 4º - responsabilidade
- 5º - compromisso com a classe trabalhadora

A partir desta referência cada menino e cada educador devem executar suas tarefas.

A organização de grupo de estudos dos educadores, do qual os meninos participam através de uma representação, serve como elemento de auto-avaliação, reorientação e de sistematização de conhecimento.

Este aprofundamento do conhecimento tanto pode ser de questões diretamente vinculadas ao trabalho quanto de questões indiretamente vinculadas. O rumo das discussões é dado pelo grupo sem seguir um roteiro prévio. São as suas necessidades que determinam o tema.

Os cursos profissionalizantes: marcenaria, gráfica, tipografia, eletricidade e música (banda de frevo), tem a duração de 3 meses e são compostos por uma parte teórica e uma parte prática.

Qualquer renda obtida através destes cursos são divididos igualmente em 50% para a "caixinha" da Fundação

e 50% para dividir entre os meninos. Da compra de material até a venda e prestação de contas é feita pelos meninos. A caixinha da Fundação que de fato se constitui no capital de giro que ela possui recebe 50% de toda a venda efetuada em qualquer atividade; o uso desta verba é decidido em assembléia de meninos e funcionários e destina-se, via de regra, a realimentar as atividades.

Se a marcenaria, a gráfica e a tipografia eram atividades que antecederam a esta proposta que foi implantada há dois anos, a eletricidade e a banda de frevo surgem neste novo contexto assim como os cursos chamados de vivencial.

Cada curso tem uma história própria de implantação e desenvolvimento, surge de circunstâncias e não obedecem a planejamento prévio, podendo, portanto, serem adaptados e reformulados para melhor atender as necessidades apresentadas.

Pode-se arrolar de maneira sistemática estes cursos vivenciais: horticultura, massas, serigrafia, encadernação, máscaras, maracatu, bumba meu boi, cantoria, crouchê, corte e costura e tapeçaria.

Estes cursos são ministrados por mestres contratados pela prefeitura local. O que lhes é exigido, é que além do conhecimento sistematizado, eles possam "chegar aos meninos de forma a não só entendê-los mas a se identificar com eles, além de estarem engajados na proposta educacional.

Como a maior parte dos meninos que frequentam a Fundação tem como origem uma família vinda do campo, além

de no nordeste a questão do campo estar sempre presente, a atividade de horticultura serve de elemento didático para a aprendizagem do plantio, como parte geradora de recursos imediatos e como prática concreta que leva a reflexão.

"A "história" desta atividade demonstra de forma clara a operacionalização da proposta da experiência: considerada uma atividade vivencial, ela é concebida enquanto algo que gere ganho imediato não necessitando de grande capital para a sua execução, mas necessitando de conhecimento técnico especializado para que atinja uma boa produtividade.

O primeiro canteiro foi preparado por alunos e mestres para o plantio do coentro, tempero típico de quase todos os pratos do cotidiano pernambucano. Quando a primeira colheita foi feita a turma de alunos desta atividade decidiu que a produção deveria ser dividida entre eles. A segunda colheita seria para o tempero da comida do refeitorio deles e a terceira para o refeitório dos funcionários.

A ida destes grupos de meninos a casa dos pais do mestre, que fica no interior de Pernambuco, permitiu que eles vivenciassem a realidade do campo, além da aprendizagem e aprimoramento da técnica do plantio, levando-os a separar pequena parte da produção para a sementeira, uma vez que esta não exigiria um novo investimento em sementes, tornando o canteiro auto-sustentável.

Os demais leirões colhidos recebem diferentes destinos sendo que atualmente são comercializados dentro da

proposta de 50% para os que trabalham e 50% para a Fundação.

Existe na Fundação uma oficina de costura industrial implantada nos primórdios da experiência, onde trabalha um grupo de mulheres (mães e moradores da periferia da casa), que receberam um treinamento e hoje se auto gerenciam. Desta produção 60% do líquido da produção se destina a quem ali trabalha (mulheres, meninos e meninas), 20% para a caixa comum (material, vale, etc.) e 20% para gastos com vigia, água e luz. Neste regime de cooperativa não só atendem a pedidos (via de regra fardas para escolas ou para pessoal do serviço público) como se reúnem para discutir as questões do trabalho.

Esta atividade tem início com um grupo de mulheres que iam para lá fazer crochê até a chegada do funcionário da prefeitura que ensinou corte e costura, tapeçaria e crochê. Hoje tem um pequeno grupo na tapeçaria.

A atividade de massa surge com a experiência de uma pessoa que já sabia fazer pão caseiro e começa ensinando aos meninos, seu interesse vai crescendo e ela busca se aperfeiçoar aprendendo a fazer macarrão com outras experiências (no Centro de Trabalho e Cultura de Recife) e introduzindo na produção variações que uns aprendem com os outros.

A serigrafia surge da necessidade que o grupo de costura sente de colocar embremas impressos nas suas confecções. Foi feito um treinamento rápido e um menino foi

eleito pelos alunos para ser o mestre desta atividade.

Há no local um fabrico de violas não frequentado pelos meninos, a coordenação é de opinião que para esta atividade é necessário que o menino tenha aptidões e que o fato dela ali estar funcionando com um mestre poderá ser estimulante, principalmente para o grupo de cantoria e história popular.

A atividade de fabrico de máscaras é ocasional, uma vez que estas são usadas no carnaval, e se altera de acordo com a época, na época de São João se faz estrelas, luas, etc., na época de pipa fazem pipas, além de empalhamento de cadeiras. O importante é que a atividade seja lucrativa e que propicie aos meninos a vivência da pedagogia do trabalho.

Dentro desta perspectiva se desenvolve o grupo de Maracatu e Bumba meu boi. Os mestres envolvidos nestas atividades culturais são pessoas cedidas pela Prefeitura local e artistas publicamente conhecidos.

Funciona dentro do espaço físico da Fundação um pré-escolar da Prefeitura que não obedece a pedagogia da obra mas também atende a população circunvizinha.

A mesma tarefa tem o posto de saúde embora este tenha uma peculiaridade que se encaixa na proposta pedagógica. O posto atende e fornece dois receituários — um com os medicamentos que podem ser adquiridos nas farmácias e um alternativo a base de ervas que podem ser adquiridos na própria horta do posto. Há um técnico especializado que



se encarrega de mostrar qual a erva, como se planta, como se usa, durante quanto tempo deve ser tomada, etc. O posto doa estas ervas.

Ainda dentro deste espaço físico encontra-se um anfiteatro ao ar livre onde são realizadas atividades culturais e um alojamento onde são realizadas encontros, reuniões e seminários.

Sente-se em cada ação desenvolvida na experiência uma coerência e uma unidade muito grande em relação a sua proposta pedagógica, que pode ser resumida na resposta à indagação sobre a formação e destino destes meninos quando saírem da Casa das Crianças: "nós não procuramos emprego, pois ele (menino) tem que ir a luta como qualquer trabalhador, o que nós damos é formação profissional e consciência das relações de trabalho" (Helena, coordenadora).

## ANÁLISE

*"meninos de todo o  
mundo uni-vos ..."*

Entre as experiências visitadas e/ou analisadas, a Fundação Casa das Crianças de Olinda é a que mais se aproxima do ideal de fusão do menor trabalhador/mundo do trabalho. Sua proposta pedagógica é explicitada e coerente com os referenciais político-ideológico que a fundamentam. Nascida a partir do interesse de um "marchand" italiano (pag. 157) hoje reflete a coesão do grupo que reorganizou a obra há dois anos. O processo educativo, vinculado estreitamente ao mundo do trabalho, caracteriza-se por romper com as práticas usuais vistas nas outras obras: não existem atividades adaptativas, não se coloca a geração de renda imediata como fim último, não se abre mão da cultura e valores das crianças e, principalmente, não existe nenhum tipo de exploração da mão-de-obra infantil. A perspectiva de transformar esta criança em um ser capaz de apreender o funcionamento das relações de trabalho, seu papel no mundo e suas reais possibilidades em uma sociedade de classes, permeia tanto a formação profissional quanto as práticas de ganho executadas por eles.

Alguns indicadores talvez permitam compreender porque, ao compararmos a Casa das Crianças de Olinda, com IPAMERI, CESAM e mesmo a Pastoral de São Paulo as diferenças sejam tão visíveis.

Em primeiro lugar, a Fundação Casa da Criança é

autônoma, não se vinculando a nenhum esquema oficial ou religioso. Como consequência, as crianças que frequentam a obra, estão por sua própria vontade. A proposta política/pedagógica é clara e coerente com seus princípios norteadores. Ao trabalhar com o potencial destas crianças, ao desvendar para elas as relações capitalistas existentes tor - nando-as aptas a entenderem o mundo a que pertencem, afasta-se imediatamente qualquer possibilidade de "adestramen - to" ou de formação de uma brigada mística-revolucionária. A pedagogia do trabalho aqui utilizada faz do trabalho, fonte geradora de consciência, uma vez que não é concebido a - penas como fonte geradora de renda. Ao orientar, através do processo educativo, um projeto prospectivo de vida, é dada a possibilidade de que estas crianças/jovens se tor - nem conscientes de seu papel no mundo. Embora sem sistematizar de forma teórica sua proposta, a permanência por três dias acompanhando as atividades, as conversas informais com a equipe e as crianças, tornaram visíveis (pag. 158, 159) os princípios que fundamentam esta prática.

Do ponto de vista geral, tratado por nós neste estudo, podemos reforçar algumas hipóteses já discutidas anteriormente: mas uma vez encontramos um trabalho dirigido às crianças e jovens das classes populares, que se origi - nou da vontade de uma pessoa.

A coerência do trabalho desenvolvido e a honestidade das pessoas envolvidas, não descartam de-per-si uma questão básica: todas as propostas teóricas de formação da consciência do proletariado foram dirigidas a um universo

adulto em situação de trabalho definida (fábrica).

Não nos cabe aqui, por uma questão de rigor teórico, invalidar a proposta da Casa das Crianças de Olinda, mas sim sugerir outros estudos.

A questão da formação da "consciência em si", do espírito coletivo, do reconhecimento da estrutura de produção que organiza um modelo econômico enquanto objetivos a serem alcançados em obra "filantrópica" (tomada strictu-sensu) com crianças e jovens, são indicadores de outras análises e estudos que poderiam partir do acompanhamento da trajetória futura destas crianças e sua inserção no considerado "mundo da produção".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - DEL ROSSO, Sandy; RESENDE, Maria Lucia. "Comerás o pão com o suor do seu rosto". mimeo. 1985.
- 2 - PEREZ. Glória. "A mão de obra infantil no processo de industrialização brasileira". UNB, 1982. mimeo.
- 3 - DELGADO, Gilda; CASTRO, Sandra; PADILHA, Silvia Helena. Revista Espaço, nº VI, 1985.
- 4 - DELGADO, Gilda; CASTRO, Sandra; PADILHA, Silvia Helena; PINTO, Lucia Luiz. "Delinquência Juvenil" - DIESP/CEDEP/FUNABEM. 1983. mimeo.
- 5 - Idem (4).
- 6 - Ver a respeito CHENIAUX, Sonia. "Trapaceiros e Trapaceados". Vozes, 1983 e Rosa Fisher Ferreira - Meninos de Rua - CEDEC/São Paulo, 1980.
- 7 - PINTO, Cacilda - Os menores trabalhadores da feira de São Braz. Universidade do Pará, 1985, mimeo.
- 8 - DELGADO, Gilda; CASTRO, Sandra; PADILHA, Silvia Helena; GONÇALVES, Hebe; PINTO, Lucia Luiz. "Educação e Trabalho" - DIESP/CEDEP. mimeo, 1985.
- 9 - GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. Projeto Escola Barão de Camargos, FEBEM/MG, 1981.
- 10- Ver a respeito: TAVARES, Myers William; DELGADO, Gilda. "Encontro de Geração de Renda por Menores", SAS/UNICEF/FUNABEM, 1983.
- 11- KOWARICK, Lucio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina - Paz e Terra, 1985.
- 12- BAZILIO, Luiz, Cavalieri - O menor e a Constituinte, GAB/FUNABEM, 1983, mimeo.

- 13 - SADER, Emir. A construção ideológica do "menor infrator". mimeo, 1987.
- 14 - Idem (13).
- 15 - BAZILIO, Luiz, Cavalieri - O menor e a ideologia de Segurança Nacional - Editora Veja, Belo Horizonte, 1985.
- 16 - Idem (15).
- 17 - Idem (16).
- 18 - Ver a respeito OLIVEIRA, Francisco - Crítica e Razão Dualista, São Paulo, 1977.
- 19 - ALTENFELDER, Mario. A questão do menor e a Segurança Nacional, 1970. FUNABEM/Pres., mimeo.
- 20 - Ver a respeito: TAVARES Lia; Funkel Lenira; GUERRA, Manuel; Myeis William: "Eu preciso trabalhar", UNICEF/SAS/FUNABEM, 1983.
- 21 - Idem (20).

## BIBLIOGRAFIA



- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Brasília, 1980.
- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BARROS, José Manoel de Aguiar - mais uma vez, a utilização político-ideológica da delinquência. In: *Educação e Sociedade*, nº 6, 1983.
- CAMPOS, Angela Valadares, DS. "O menor institucionalizado". Petrópolis, Vozes, 1984.
- COSTA, Antonio Carlos. Educação pelo trabalho. In: *Debate* nº 1, FUNABEM, 1983.
- EIRADO, Maria Lucia e BOREL, Gilberto. *Meninos de rua*. s/d.
- ERVING, Gofman, *O estigma*. Zahar, 1978.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social e o Estado Capitalista*. São Paulo, Cortez, 1982.
- FEBEM-Minas Gerais. "É preciso mudar", 1983  
"O educador, agente de mudança", 1984.
- FELDMAN, M. Philip. *Comportamento criminoso - uma análise psicológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FUNABEM. A questão do menor: discurso de Terezinha Sarai-va. Rio de Janeiro, 1983, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Centro de Aprendizagem e trabalho: filosofia e prática, 1980, mimeo.
- FREINET, Celestin. *Pour une école du peuple*. Paris, Maspéro, 1976.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- GONÇALVES, Zuila de Andrade. *Meninos de rua*. Belém, Salesianos, 1979.

- JAGUARIBE, Hêlio. *Brasil 2000*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAKARENKO, A.S. *Poème pedagogique*. Edition du Progrès, 1967.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- NASCIMENTO, Milton Meira. *Freinet e a restituição do sentido do trabalho pela educação*. 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A crítica da razão dualista*. São Paulo, 1977.
- PASSETTI, Edson (org.). *O mundo do menor infrator*. S/d.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PINTO, Lucia Luiz. Vítima transformada em réu. In: *Espaço*, nº 6, 1983.
- PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- SILVEIRA, Maria Regina Cavalcanti. *O menor infrator como problema brasileiro*. PUC/RJ, 1984, mimeo.
- SINGER, Paul. *A industrialização no Brasil*. CEBRAP, 1980.
- TRAGTEMBERG, Maurício. Francisco Fener e a pedagogia libertadora. In: *Educação e Sociedade*, ano 1, nº 1.
- VIOLANTE, Maria Lucia V. *"O dilema do decente malandro"*. São Paulo, PUC/SP, 1981. Tese de Mestrado.

ANEXO 1:

PROJETO ESCOLA BARÃO DE CAMARGOS

Ouro Preto - Minas Gerais

## Anexo I

APRESENTAÇÃO DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO, por ANTONIO CARLOS GOMES DA COSTA: FUNDAMENTOS E CURSOS DE UMA EXPERIÊNCIA.

- 1 - Local: Escola FEBEM "Barão de Camargos" / Ouro Preto  
Duração da Experiência: 5,5 anos  
Período: Fevereiro/77 até hoje

Equipe Técnica responsável pelo Trabalho:

- Antonio Carlos Gomes da Costa (pedagogo)
- Maria José Gomes da Costa (Pedagoga)
- Airton Silva (enfermeiro)

- 2 - Público: em média 120 adolescentes - sexo feminino  
(12 a 18 anos)

- 3 - Problemática Básica:

- Conduta anti-social caracterizada por:
  - a) Agressividade física e verbal
  - b) Roubo
  - c) Prostituição
  - d) Vícios (cigarros, bebidas, drogas)

- 4 - Extração Social:

- As camadas marginalizadas da população

- 5 - Caracterização:

Como traço básico, presente em quase toda a população, apontamos a carência que se manifesta ao nível do biólogo, do psíquico e do sócio-cultural.

## 6 - Traços psíquicos psicológicos mais característicos:

- a) Insegurança e dependência
- b) Baixa tolerância à frustração
- c) Dificuldade em estabelecer relacionamento significativos
- d) Bloqueio na expressão da afetividade
- e) Não canalização da agressividade em termos construtivos.

## 7 - Atitude em relação à escola:

- a) Rejeição total (fuga)
- b) Ambivalência em relação à Escola (recuso mas aceito).

Recusa sistemática dos modos de ver, viver e conviver propostos pela escola.

Aceitação dos bens e serviços existentes no ambiente escolar

## ACEITAÇÃO

- Aceita o alimento oferecido

- Aceita consulta médica e re  
médios

- Aceita ser matriculado e re  
ceber material para frequên  
cia a uma escola formal.

- Aceita ser matriculado num  
curso de formação profissio  
nal.

- Aceita roupa e calçado.

## RECUSA

- Rejeita o modo de co-  
mer e as atitudes em  
relação aos alimentos  
propostos pelos educa-  
dores.

- Rejeita os hábitos (em  
relação ao corpo e ao  
ambiente) que preser-  
vam a saúde.

- Rejeita a frequência  
regular, as tarefas e  
exigências da vida es-  
colar.

- Rejeita os deveres, os  
compromissos e as obri  
gações daí decorrentes.

- Recusa-se a ter uma re  
relação a eles os cui-  
dados necessários.

- 8 - Antecedentes da clientela conforme o tipo de vida anterior à chegada em nossa unidade:
- a) educandas com ou sem passado infrator.
  - b) educandas que passaram ou não por outras instituições de atendimento ao menor.
  - c) educandas que foram internadas na primeira infância, na segunda infância ou já na adolescência.
  - d) meninas com ou sem vivência de rua (abandono total).
  - e) meninas com ou sem passado de evasão de internato.

Esta era a variedade de situações com que depará-vamos ao tentarmos compreender nossas educandas a partir do tipo de passado que tiveram.

- 9 - Posição assumida pela equipe em relação ao passado de nossas educandas:

- "O estudo do passado do educando pelo educador pode ter sempre alguma valia no sentido de evitar que se coloque a exigência antes da compreensão". Queremos contudo deixar bem claro o seguinte: a necessidade de não relegar a consideração do passado não faz dele a dimensão privilegiada do trabalho do educador. Está é, sem dúvida, o futuro".
- "Dirigir-se ao educando, do ponto de vista de seu futuro e perscrutar nele o feixe de suas possibilidades (constatar o que o educando tem e, não, o que lhe falta) e, a partir delas, tentar com a sua ajuda, abrir um espaço (pelo curso dos acontecimentos mais do que pelo discurso das palavras) a partir do qual ele possa re-situar-se frente a seus problemas, encaixados na linha de viabilização de um projeto de vida".

Atualmente, vemos, entre nossas educandas, apenas dois grupos básicos, definidos a partir de uma categoria

que procura entender a problemática de cada uma delas referenciada a um horizonte de possibilidades. Esta categoria é o projeto. Observamos que as menores que têm algum tipo de projeto capaz de situar e dar sentido ao encadeamento dos fatos em sua vivência, têm algumas características comuns:

- a) Não fogem da escola, procuram enfrentar seus problemas aqui mesmo.
- b) Não estão muradas no particularismo dos impulsos, sabem controlar-se.
- c) Tem conformidade (não conformismo) diante das imposições básicas da vida coletiva.
- d) São capazes de entender o trabalho, o estudo, o lazer e até mesmo as punições como atividades inscritas no contexto de uma ação educativa.

Já com as educandas que têm um projeto de vida, qualquer que tenha sido seu passado, as coisas dão-se de modo inverso: fugas, uma servidão maior à vida impulsiva, reação violenta às normas da convivência, incapacidade de ligar sentido existencial ao estudo e ao trabalho, revolta cega diante de uma punição, desprezo pelo tipo de lazer que a escola tem condições de oferecer-lhes. Estes são os traços básicos da forma como se conduzem estas meninas.

Resumindo, poderíamos concluir o seguinte: Ter ou não ter um projeto, eis a questão.

Mas o problema não se esgota nesta conclusão. A grande pergunta continua sendo: como levar o educando à elaboração de um projeto? Como torná-lo, para si mesmo, um ser auto-proposto?

Foi procurando responder a esta questão que em

julho de 1987 iniciou-se na Escola FEBEM "Barão de Camargos" um Programa de Formação Profissional voltado para atender à especialidade de nossa clientela. A Carta-Programa de 1978 já trazia a concepção de Educação pelo Trabalho inserida no contexto global do atendimento, através do qual se pretendeu redimensionar as atividades da Escola.

10 - Concepção sobre as relações entre educação e trabalho.

- a) Educação desvinculada do trabalho.
- b) Trabalho educativo desvinculado do trabalho produtivo (trabalho criativo como atividade terapêutica).
- c) Educação para o trabalho (aprender para trabalhar).
- d) Educação pelo trabalho (trabalhar para aprender).

11 - Educação pelo Trabalho (Makarenko - Freinet - Paulo Freire)

- Concepção sustentadora da ação educativa dirigida às educandas da Escola FEBEM "Barão de Camargos".
- A Educação pelo trabalho baseia-se em três exigências básicas:

- a) Que o educando, de alguma forma, participe do produto de seu trabalho.
- b) Que o educando participe da gestão de seu trabalho.
- c) Que o educando participe dos conhecimentos relativos à atividade que realiza e ao mundo do trabalho como um todo.

12 - Atividades que servem de suporte à viabilização das três participações (produto-gestão e conhecimento) que sustentam nossa concepção de educação pelo trabalho:

- a) Elaboração conjunta do estatuto de funcionamento das oficinas pelas educandas e educadores (parti-



cipação na gestão).

- b) recebimento pelas educandas (em dinheiro ou espécie) de parte do que foi produzido no curso participação no produto.
- c) Aulas de informação Tecnológica e Relações Humanas, envolvendo, os primeiros conhecimentos teóricos relativos à atividade prática realizada e os segundos conhecimentos sobre a vida afetiva, a vida comunitária e o mundo do trabalho.

13 - Concepções mais amplas que atuam, a um tempo, como moldura e cerne da Educação pelo Trabalho:

- 1 - Concepção do homem como sujeito da transformação do mundo e do seu mundo. Esta concepção tem no educando uma fonte viva de iniciativa, liberdade e comprometimento com as forças que movem a história.
- 2 - Concepção do mundo como questão, como pergunta, como matéria de que-fazer, convite permanente à ação e à reflexão do educando.
- 3 - Concepção da educação como atividade capaz de abrir espaços para que o educando, situado concreta e organicamente no mundo empreenda (ele próprio) a construção de seu ser individual e social.
- 4 - Concepção da Escola como Educador Coletivo subjetiva e objetivamente estruturado para empreender a ação educativa.
- 5 - Concepção do trabalho educativo não apenas como aplicação mas, sobretudo, como produção coletiva de conhecimento pedagógico.

- 6 - Concepção da Escola como Instituição marcada em todos os níveis pelo princípio de sua incompletude essencial. (princípio que nos leva a não reproduzir no interior do aparelho escolar nenhuma forma de atendimento existente na comunidade).
- 7 - Concepção da comunidade não apenas como espaço de ir e vir do educando, mas, como agente educativo comprometido com o seu futuro e empenhado na sua socialização.
- 8 - Concepção do papel do educador não como representante do sistema junto aos educandos, mas, como representante do ponto de vista e dos interesses sociais concretos dos educandos junto ao sistema.
- 9 - Concepção da relação escola-educando como prevalente sobre as relações interpessoais (educador-educando) numa perspectiva em que a primeira inclui e ultrapassa a segunda.
- 10 - Concepção da existência como sinal básico de respeito do educador pela pessoa do educando.
- 11 - Concepção da consciência como espaço-vivo de reordenação do estarno-mundo do educando na medida em que esta seja capaz de problema tizá-lo de forma orgânica e consequente.
- 12 - Concepção da consciência do ser humano como capacidade de refletir, compreender, significar, criticar, projetar o mundo natural e humano de que faz parte e (atividade suprema) presidir a transformação deste mundo, transformando-se ela própria no curso desse processo.

- 13 - Concepção da liberdade mais como produto do que como condição da ação educativa. A liberdade deve ser construída no curso das relações do educando consigo mesmo, com seus educadores e com o mundo do qual é parte.
- 14 - Concepção do verbalismo como aspecto a ser superado como base principal da relação educador-educando. Entendemos que o curso dos acontecimentos é mais educativo que o discurso das pala-  
vras.
- 15 - Concepção do educador como animador grupal, um organizador, um dirigente de atividades, de modo que estas dimensões se integrem e o resultado seja um criador de acontecimentos.

Escola FEBEM "Barão de Camargos"

Antonio Carlos Gomes da Costa

Diretor

ANEXO 2

PROJETO REPROPONDO A ALDEIA

Goiânia - Goiás

## Anexo 2

PROJETO: REPROPONDO A ALDEIA

Em 1976 a CPI do menor revelava a existência no Brasil de 25 milhões de menores carenciados e abandonados. Após quase 10 anos este número deve ter ultrapassado a casa dos trinta milhões, principalmente se considerarmos que as mesmas causas estruturais que determinam esta problemática social, estão cada vez mais agravadas. Eis portanto toda a complexidade do problema do menor marginalizado e infrator: problema com raízes na estrutura social e com números que estão a exigir muito mais que soluções paliativas, ou improvisadas. É sem dúvida um problema que afeta toda a sociedade e cuja solução deverá necessariamente surgir da participação dos elementos que a constituem.

É verdade que muitos setores da sociedade tem-se empenhado no equacionamento e solução desta problemática. A questão entretanto exige ainda muito estudo, empenho, pesquisa e dedicação, no sentido de se utilizar o conhecimento acumulado e produzir novos conhecimentos capazes de propiciarem recursos operacionais que permitam trabalhar a marginalidade e a delinquência no nível em que se encontra.

A Universidade Católica de Goiás - UCG, consciente dessa realidade, resolve trabalhar na busca de soluções para a problemática do menor, tendo em vista sobretudo, os princípios expressos no documento "Grandes Linhas e Linhas Operacionais" que a definem como uma universidade comprometida com a transformação social através de seu crescente envolvimento com os problemas regionais e com a busca de soluções práticas e alternativas para os desafios que se apresentam.

Assim, em 82 UCG, através da sua Vice-Reitora

Para Assuntos Comunitários e Estudantis, resolve apoiar a iniciativa dos professores Rodolfo Petrelli, Mário Arruda da Costa e do psicólogo Vanderlei Pereira de Castro que apresentavam um ante-projeto do que seria a Aldeia Juvenil. A proposta apresentada foi a de se construir um espaço-laboratório onde jovens marginalizados, confrontando-se dialéticamente com outras referências de valores, formadas a partir de elementos autênticos das culturas indígena, cabocla e urbana, pudessem tomar consciência dos eventos que os atingem, descobrindo e/ou redefinindo, cada um, os seus valores e superando as próprias condições de marginalização.

A Aldeia era assim destinada a hospedar menores transgressores e também adolescentes e jovens toxicômanos. A proposta previa ainda a participação de índios, caboclos, e alunos estagiários da UCG. O Projeto seria inicialmente financiado por recursos de entidades nacionais e estrangeiras, até que se conseguisse atingir a programação da auto-sustentação a ser obtida através da implementação de um pequeno projeto agro-pecuário. O trabalho na terra, a vida em comunidade, a moradia em cabanas xavantes eram pensados como elementos terapêuticos.

Mesmo sem receber os recursos previstos, a implantação do projeto iniciou-se em março de 83, com a participação de Professores da UCG, estudantes, voluntários, índios xavantes e alguns menores infratores do Centro de Observação e Orientação Juvenil - COOJ, sob a coordenação de Vanderlei, Petrelli e Mário Arruda.

Desde a sua implantação, a Aldeia passou por inúmeras dificuldades de ordens materiais e humanas. No início da experiência os recursos financeiros eram poucos, quando não inexistentes. Naquele período o Projeto se desenvolveu devido a um esforço coletivo de professores, estudantes, amigos, através de colaborações diversas e com

ajudas extra-orçamentárias que a UCG podia dispor. A UCG também cedeu o espaço físico na Chácara São José, de sua propriedade, para a implantação do projeto. Em relação à alimentação, os principais auxílios foram prestados pela Fundação Legionárias do Bem Estar Social e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar/GO.

Posteriormente, no início de 84 os convênios as sinados com a FEBEM-GO/FUNABEM e MISEREOR colaboram para superar grande parte desses problemas decorrentes da fase inicial do Projeto, quando estavam previstos investimen-tos relativamente altos.

As principais dificuldades surgidas a partir desse momento foram em decorrência da clientela inicial, que não tendo sido selecionada a partir dos critérios propostos no plano original, apresentou uma realidade problemática muito mais complexa do que se esperava e para qual não se dispunha de recursos humanos e da infra-estrutura necessária para enfrentar.

Evidenciou-se, portanto, no início de 84 a necessidade de uma reflexão teórico-prática muito mais aprofundada e conseqüentemente a necessidade também de uma reavaliação mais demorada do projeto.

Com essa intenção, uma nova equipe assume a coordenação da Aldeia tendo também como objetivo a solução das dificuldades acima mencionadas e o encerramento do trabalho com o primeiro grupo de menores, promovendo a sua reintegração na sociedade maior.

Assim, nesta primeira fase do Projeto Aldeia, marcadamente no primeiro semestre de 84 foram implantadas partes das obras constantes da infra-estrutura projetada; iniciando o processo de reintegração da clientela e desenvolvido um processo de avaliação da experiência até então

vivenciada. No segundo semestre este processo teve prosseguimento concomitantemente ao trabalho de acompanhamento psico-pedagógico aos menores reintegrantes.

Em setembro, concretizando ainda mais a cooperação que vinha acontecendo desde o início do projeto é realizado conjuntamente pela UCG, FUNABEM, FEBEM e Juizado de Menores o I Seminário do Menor, que se caracterizou como um momento de intensa discussão e aprofundamento sobre a questão.

Subsidiados por um estudo teórico, pelos dados apresentados e recolhidos a partir da experiência vivenciada e com as contribuições do referido seminário, as análises feitas indicaram que o Projeto deveria ser redefinido em alguns pontos básicos.

Cumprindo essa indicação, elaborou-se o documento "Repropondo a Aldeia". Nele foram reforçados os pontos facilitadores, além de serem indicadas possíveis soluções para muitas das dificuldades iniciais encontradas.

### 3 - LINHAS GERAIS DA PROPOSTA

#### 3.1 - Síntese dos Objetivos e Metodologia:

Apresenta-se a seguir, numa forma esquemática, uma síntese dos objetivos e metodologias propostos para a segunda fase do projeto Aldeia Juvenil.

3.1.1 - Desenvolver um trabalho de interferência sobre as causas e as consequências da problemática do menor utilizando uma pedagogia dialogal que faça da criticidade o instrumento de análise da realidade; buscando a formação de inteligências criativas capazes de encontrar alternati



va para os problemas nacionais e, fazer da necessidade de sobrevivência das classes marginalizadas o elo da luta geradora de novas formas de existência/convivência.

3.1.2 - Tornar a Aldeia um canto detonador de um "movimento de menores" que buscará, gradativamente, envolver menores, família e a comunidade de forma geral visando uma maior assumência do problema por parte da comunidade, num trabalho conjunto com as pastorais específicas da Arquidiocese (CEB's, juventude, família e do menor), outras entidades congêneres e movimentos populares (associação de moradores, etc).

3.1.3 - Atuar preventivamente no sentido de resgatar menores dos caminhos da oficialização, da institucionalização e da penalização, ou seja, evitar que o menor entre no chamado circuito da criminalidade.

3.1.4 - Evitar a formação de grupos com diversas categorias de problemas no espaço da Aldeia, o que poderia levar a criação de um círculo de alimentação agravante desses problemas.

3.1.5 - Considerar o menor como sujeito da ação de todo o processo psico-pedagógico de si e do outro. Isto implica em renegar as iniciativas que buscam a sua "domesticação", "acomodação" ou ajustamento ao sistema social vigente e em acreditar que seu potencial de inconformismo, rebeldia e agressividade não deva ser eliminado, mas sim orientado de forma a se tornar socializado, criativo e canalizado para a construção de uma nova sociedade mais justa.

3.1.6 - Contrapor ao "tecnicismo", ao "psicologismo" e à "psiquiatrização" o desenvolvimento de formas mais espontâneas, vivas e inclusive populares de psicoterapia. Isto significa:

- convivência comunitária, com a participação do menor em micro-sociedade mais justa, baseado nos sistemas de cooperação e co-gestão;

- dentro de uma estrutura fundamentada na convivência comunitária, que esteja ligada a uma realidade maior e rótulos de recuperação, trabalhar com eventos inespecíficos (atividades produtivas, educacionais e de lazer) para atingir os eventos específicos como a transgressão, a infração e o vício em tóxicos;

- oferecer ao menor um referencial de valores (dos próprios menores, de técnicos, de famílias e voluntários comprometidos com uma nova visão de homem, que possibilite uma redefinição do seu sistema de valores, de sua identidade pessoal, social e política.

3.1.7 - Considerar como um dos fundamentos básicos do trabalho com menor e/ou comunidade a utilização de elementos autênticos das suas culturas de forma e resgatar valores culturais que estão sendo diluídos ou sobrepostos por uma cultura massificante.

3.1.8 - Desenvolver a Educação Informal e Educação Escolar numa pedagogia alternativa (método Paulo Freire).

3.1.9 - Desenvolver atividades produtivas, do cunho formativo, numa visão desalienada de trabalho, baseada no princípio das três participações da "Educação pelo Trabalho" e nos seguintes setores:

- setor agropecuário - suinocultura, avicultu-  
ra, horticultura, apicultura, fruticultura, culturas de  
arroz, milho, feijão e mandioca;

- setor artesanal,

3.1.10 - Realizar atividades lúdicas - jogos, brincadei-  
ras - buscando o desenvolvimento e integração do menor  
(corpo e mente).

3.1.11 - Possibilitar aos participantes da Aldeia uma re-  
descoberta ou vivenciar da dimensão religiosa, sem compul-  
sividade e/ou fanatismo.

3.1.12 - Desenvolver trabalho de saúde preventiva junto  
ao menor e à família, com apoio do Programa de Saúde Popu-  
lar da UCG, Assistência Médica Ambulatorial e Laborato-  
rial da UCG e Assistência - Odonto-Médico-Hospitalar da  
FEBEM-GO.

3.1.13 - Ser um espaço de laboratório e pesquisa onde no-  
vas opções psicopedagógicas sejam experimentadas - na con-  
vivência comunitária e na relação com a natureza.

3.1.14 - Estabelecer campo de estágio alternativo, inter-  
disciplinar e inter-departamental, qualificando e inte-  
grando o ensino, pesquisa e extensão.

3.1.15 - Estimular a criação de outros empreendimentos se-  
melhantes, na medida em que os custos de sua multiplica-  
ção seja compatíveis com a realidade nacional sob a pers-  
pectiva de que possam alcançar a auto-sustentação.

### 3.2 - Participantes:

Participarão, da Aldeia Juvenil, professores, estudantes, profissionais, técnicos e pessoas da própria comunidade, além dos menores, sujeitos do processo, dos quais se trata especificamente no item 3.4. A atuação dessas pessoas ocorrerá em diferentes níveis, número e responsabilidades próprias.

A responsabilidade geral pela execução, administração e direção do projeto será da Coordenação da Aldeia, formada pelos seguintes profissionais: Benedito Rodrigues dos Santos, responsável pela coordenação geral, Antonio Roberto de Melo Ferreira, responsável pela coordenação das atividades psicoterapêuticas, Norma Aparecida Cardoso, responsável pelas atividades comunitárias e João Guimarães Sobrinho, responsável pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias. Entretanto o exercício da coordenação é visto como um trabalho de colegiado, de equipe, onde todos os participantes diretos contribuem nas decisões, planejamento e execução das atividades.

Prevê-se a formação de um grupo de consulta constituído por professores/técnicos e profissionais de diversas áreas, inclusive os próprios professores supervisores de estagiários dos cursos da UCG, com os quais a coordenação pode se reunir em grupo ou individualmente para valiar, discutir e refletir o trabalho desenvolvido.

A equipe de estagiários tem como atribuição geral acompanhar o menor e/ou família deste, de acordo com sua área específica, seguindo a orientação da coordenação e supervisionado pelo departamento a que pertence. O grupo de estagiários de cada departamento deverá ter no mínimo um professor supervisor. A admissão de alunos em pré-estágio só será aceita mediante pedido do professor supervisor e aprovação do coordenador de estágio do departamen

to a que estiver vinculado.

A coordenação de Estágio e Extensão da UCG poderá admitir alunos para trabalharem na administração do Projeto sob supervisão da equipe de coordenação.

Na execução e orientação das atividades da Aldeia está ainda prevista a participação de monitores. Os monitores são profissionais ou pessoas da própria comunidade que atuarão em dois níveis: interno e externo.

Interno, no espaço restrito da Aldeia acompanhando os menores em todas as atividades que desenvolvem. Externo, divididos, em 4 grandes regiões (norte, sul, leste e oeste), atuando como educadores junto aos menores destas regiões e contribuindo no interrelação Aldeia/Comunidade.

A comunidade circunvizinha da Aldeia e a comunidade local (Goiânia) terão sua participação no projeto como família do menor, casais de apoio ou voluntários: Casais de apoio são aqueles engajados nas CEB's, nos movimentos populares, pastoral da família ou do menor e que se disponham a participar do projeto. Sua atuação se dará principalmente no acompanhamento do menor, apoiando, amando, formando as bases de um novo relacionamento. Será sempre buscada a participação da família do menor no trabalho da Aldeia.

### 3.3. Funcionamento da Aldeia - Atividades permanentes

O funcionamento da Aldeia se estrutura a partir de atividades permanentes relacionadas com a auto-sustentação (agropecuária) a educação, o lazer, a cultura, alimentação, higiene e manutenção, convívio comunitário, dinâmicas psicoterapêuticas, discussão e avaliação do trabalho.

Essas atividades serão desenvolvidas por todos os participantes organizados em equipes de trabalho. Há atividades que todos executarão conjuntamente e outras que serão de responsabilidade apenas de uma equipe específica.

Um rodízio periódico será promovido para permitir que todos possam desenvolver todas as atividades. Este esquema está previsto inclusive para as atividades de apoio: alimentação, limpeza e manutenção, recepção e contatos.

### 3.4.- Clientelas:

A clientela da Aldeia será constituída por menores do sexo masculino na faixa etária de 09 a 14 anos, formada por dois grupos a serem selecionados em conformidade com os seguintes critérios:

#### - Grupo 1 (grupo de referência)

Titulado segundo o código de menores de "carentes", constituindo um grupo nuclear ou instrumental, que em termos de quantidade e qualidade (valores) possam formar a antítese da imaturidade e transgressão. Estes menores devem apresentar padrões éticos elevados e traços de personalidade mais estruturados. O grupo assim estruturado apresentará, através de seus elementos, comportamentos e valores referenciais aos menores do grupo 2 que forem sendo integrados gradativamente. É vital portanto que o grupo de referência tenha assimilado os objetivos e metodologia do projeto antes da admissão de menores do grupo 2.

#### - Grupo 2

Menores com desvio de conduta e menores autores

de infração penal (incisos V e VI do código de menores) sujeitos ao regime de liberdade assistida.

#### 3.4.1 - Critérios de seleção:

Serão aceitos menores que apresentaram dificuldades como por exemplo: relacionamento afetivo com a família, hetero e autoagressividade, desespero existencial, depressão reativa, dificuldade de socialização.

Não serão aceitos menores: portadores de doenças infecto-contagiosas; com "déficit" mental acentuado; em surto ou estado psicótico; com psicopatologias graves; esquizofrenia; maníaco-depressiva; com porte físico acentuadamente fraco ou deficiente; menores que já tenham traços de personalidade estruturados em instituições e menores que não tenham família ou responsáveis.

#### 3.4.2 - Recepção da clientela:

I ETAPA: - Esta primeira etapa caracteriza-se pela fase inicial do trabalho com um grupo de 20 menores, sendo 12 menores encaminhados pela comunidade circunvizinha e 08 menores encaminhados pelo Juizado de Menores.

\* 1º MOMENTO: - Constitui-se basicamente na formação e estruturação do Grupo 1, também denominado de grupo de referência. A indicação e seleção dos elementos desse grupo será feita a partir dos contatos, entrevistas e relacionamentos a serem estabelecidos prioritariamente com a comunidade circunvizinha.

O desenvolvimento desse 1º momento prevê também a realização das seguintes atividades:

- estruturação das práticas terapêuticas;

- desenvolvimento das dinâmicas psico-pedagógicas;
- adaptação dos estagiários da UCG;
- fixação das regras de convivência comunitária;
- consolidação da participação comunitária;
- consolidação do trabalho conjunto com outras entidades;
- implementação do Projeto Agropecuário;
- regularização das rotinas, inclusive aquelas relacionadas à administração do espaço físico e dos recursos materiais.

\* 2º MOMENTO: - Constitui-se na formação do grupo 02, cujos elementos deverão ser integrados gradativamente. Sua recepção só deverá ser feita, se for avaliado que hajam condições favoráveis tendo como critério o desenvolvimento das atividades acima citadas.

Estimativamente prevê-se que a recepção desse grupo somente deverá ser iniciada decorrido 02 meses de trabalho com o grupo 1.

II ETAPA: - O processo iniciado na I etapa será continuado numa II etapa, quando as avaliações periódicas apontarem um nível satisfatório de incorporação e introjeção por essa primeira turma dos objetivos, metodologias e procedimento do projeto. Essa passagem não representa um rompimento ou um corte nas atividades mas é apenas uma maneira didática de caracterizar a recepção e integração, gradativa, de uma nova turma de menores em iguais quantidades e proporções.



### 3.4.3 - Tempo de Permanência e Desligamento:

A permanência do menor na Aldeia será de aproximadamente 2 anos. O desligamento de cada menor será avaliado individualmente.

Após o desligamento da Aldeia será feito um acompanhamento personalizado de apoio terapêutico, psicopedagógico-social junto ao menor. Esse acompanhamento será feito por técnicos ou casais de apoio e voluntários designados pela coordenação da Aldeia.

O objetivo é que alguns desses menores sejam integrados aos quadros de pessoal da Aldeia ou contribuam no efeito multiplicador de trabalho com menores em outras áreas.

A Aldeia Juvenil é uma realidade, é uma proposta que se desenvolve com sua história. A contribuição é sempre esperada por todos. A caminhada está posta e depende de seus atores e seus autores a sua realização ou não. Ojalá tenhamos a consciência deste empreendimento, deste momento, desta luta com compromisso firme e verdadeiro.

Pedro Wilson Guimarães  
P.U.C. / GOIÂNIA

## RESUMÉE

L'évolution de la Poletique Social au Brésil, don ne naissance a una multitude de politiques setoriaux.

Em 1964, on voit naître la "Politique Nationale du Bien-etre des mineurs", évidemment une politique de intervention sociale. Les grands internats se developpent sous l'autorité de l'État et l'aspect corretionel est priviligié a côté de l'aspect de l'éducation formale.

Dans cet epoque, le Brésil est sou mis a une ditac ture militaire et cette politique a une très grande capacité d'atteindre les enfants et jeunes du peuple bresilien, en les obligeant a être internées, en dépit de ce qu'ils ont joint.

Dans les années 80, cette politique se reformule, en essayant de s'adapter au regime de transition democratique et au lieu de l'internat, on se pose la question du travail com me solution nouvelle et même libertaire pour ces enfants auctés, qui habitent la rue des grandes villes, déjà travaillant.

Cete étude vent expliquer, que même dans une struc ture politique de transition democratique, les "mineurs" du Brésil, au tant qu'appartennant aux classes populaires sans aucune droit d'interference â se soumettre a una action, qui changeant son discours ne change pas sa pratique.

On peut verifier ça parmi les exemples, en divers états du Paús qu'y sont décrits dans ce étude, dans lesquels on se pose la question que a donnée le rapport pour cette re-

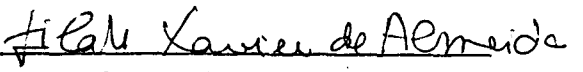
cherche: Debolier les principes qui organisent les pratiques et les actions adressees aux enfants et jeunes passibles d'etre soumis a la "politique du Bien-Etre des Mineurs", a l'intervention de la policie et des Juges de Mineurs, sans droit a defence.

Dissertação apresentada aos Senhores:

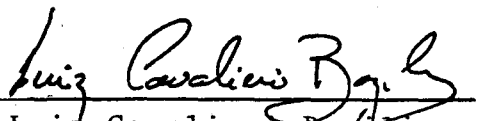
  
Carlos Alberto Plastino

Nome dos Componentes

da

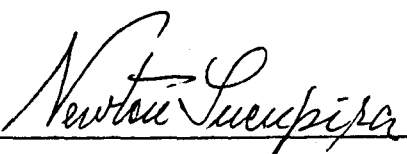
  
Zilah Xavier de Almeida

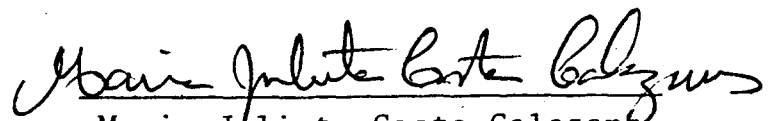
Banca Examinadora

  
Luiz Cavaliere Bazilio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 09/06/1988

  
Newton Sucupira  
Coordenador Geral de Ensino

  
Maria Julieta Costa Calazans  
Coordenadora Geral de Pesquisa